

Veículo: Tribuna On Line	Caderno: Cidade
Data 20/07/2021	



Bahia tem arrecadação recorde de ICMS neste semestre Arrecadação cresceu 30,2% em relação ao mesmo período do ano passado

Tribuna da Bahia, Salvador

20/07/2021 12:00 | Atualizado há 22 horas e 10 minutos



Foto: Reprodução

Um estudo divulgado pelo Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), apontou que a Bahia obteve arrecadação recorde de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no primeiro semestre deste ano. A análise, baseada no Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais disponibilizado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), apontou que o Estado apresentou um crescimento nominal (sem descontar a inflação) de 30,2%, quando comparado ao mesmo período de 2020 e de 23,6% se comparado ao mesmo período de 2019.

De acordo com o presidente do IAF, Marcos Carneiro, o aumento da carga tributária e a base de comparação pequena em 2020 são apontados como os principais agentes motivadores para o crescimento da arrecadação. "Um dos fatores que poderiam explicar o grande incremento da arrecadação do primeiro semestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020 seria uma base de comparação pequena em 2020, fruto da pandemia. Contudo, quando se observa que o crescimento também ocorreu quando se compara 2021 com 2019, evidencia-se que outros fatores contribuíram para esse crescimento, como, por exemplo, aumento de carga tributária, haja vista que não se observa, ainda, uma retomada da atividade econômica que justifique tal crescimento", explicou.

O IAF ainda destaca que, mesmo descontando a inflação do período medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que em 2019 foi de 4,3% e em 2020 foi de 4,5%, o crescimento de arrecadação de ICMS ocorreu em todos os meses do ano de 2021, tanto em relação a 2020, quanto a 2019.

Ainda de acordo com Carneiro, os números positivos em relação à arrecadação de impostos garantem um fôlego econômico vantajoso ao Estado. "Em relação à arrecadação de impostos a Bahia não tem do que reclamar em 2021. Foi atingido um excelente desempenho, com recorde de arrecadação com o principal tributo estadual. Isso é extremamente satisfatório diante de toda a crise que estamos atravessando", disse o presidente, destacando a importância do trabalho dos auditores fiscais. "Vale destacar também que outro fator que explica esse fenômeno é a contínua atuação fiscalizadora desenvolvida pelos auditores fiscais, que mesmo em trabalho remoto com o uso de equipamentos próprios, nunca interromperam suas atividades neste período de pandemia", pontuou.

Arrecadação do ICMS na Bahia cresceu 30%,2 no primeiro semestre, informa IAF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A **arrecadação** do **ICMS** na Bahia teve crescimento nominal (sem descontar a inflação) de 30,2% no primeiro semestre de 2021. O dado, resultado da comparação com mesmo período do ano passado, é uma conclusão do Boletim de **Arrecadação de Tributos Estaduais** disponibilizado pelo **Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)**, do Instituto de **Audidores Fiscais (IAF)**.

O presidente do **IAF**, Marcos Carneiro, afirmou que um dos fatores que poderiam explicar o aumento da **arrecadação** no semestre passado seria uma base de comparação pequena em 2020, fruto da pandemia. 'Contudo, quando se observa que o crescimento também ocorreu quando se compara 2021 com 2019 (de 23,6%, também nominal), evidencia-se que outros fatores contribuíram para esse crescimento, como, por exemplo, aumento de carga tributária, haja vista que não se observa, ainda, uma retomada da atividade econômica que justifique tal crescimento', explicou.

O **IAF** ainda destaca que, mesmo descontando a inflação do período medida pelo IPCA, a **arrecadação** de **ICMS** cresceu em todos os meses do ano. Essa expansão variou de 10,8%, em março, a até 72,8% em maio, no comparativo com igual período do ano passado.

'Em relação à **arrecadação** de impostos a Bahia não tem do que reclamar em 2021. Foi atingido um excelente desempenho, com recorde de **arrecadação** com o principal **tributo estadual**', disse o Carneiro. 'Vale destacar também que outro fator que explica esse fenômeno é a contínua atuação fiscalizadora desenvolvida pelos **auditores fiscais**, que mesmo em trabalho remoto com o uso de equipamentos próprios, nunca interromperam suas atividades neste período de pandemia', opinou.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - ICMS, CONFAZ, Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais, Tributos Estaduais, Arrecadação, ICMS, IAF - Instituto dos Auditores Fiscais, Confaz

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia E Mercado
Data: 21/07/2021	



ECONOMIA E MERCADO

Dívidas relacionadas ao IPVA podem ser quitadas através do SAC Digital



21 de Julho de 2021 às 08:13 Por: Divulgação/GovBA Por: Redação Bnews

Dívidas relacionadas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) podem ser acessadas e quitadas pelos contribuintes do estado da Bahia através do SAC Digital. O contribuinte também pode consultar o valor do débito e até emitir o Documento de Arrecadação Estadual (DAE) para efetuar o pagamento, evitando cobrança judicial. O serviço é oferecido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Para ter acesso à plataforma é só baixar o aplicativo SAC Digital ou digitar o endereço www.sacdigital.ba.gov.br na internet. Após isso, é preciso buscar o serviço “Consultar Débitos de IPVA inscritos na dívida ativa”. Depois é necessário digitar o CPF do proprietário ou o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) do veículo e consultar o valor do débito. Em seguida, o cidadão emite os DAEs e efetua os pagamentos, com o intuito de regularizar a situação junto ao Fisco Estadual.

Segundo o procurador chefe da Procuradoria Fiscal da PGE, Nilton Gonçalves de Almeida Filho, o objetivo principal é facilitar o acesso do cidadão ao serviço, que pode ser feito todo de maneira virtual, sem necessidade de deslocamentos. “Essa iniciativa da PGE, além de trazer comodidade, praticidade e facilidade ao cidadão, contribui com a recuperação do crédito público”, diz o procurador.

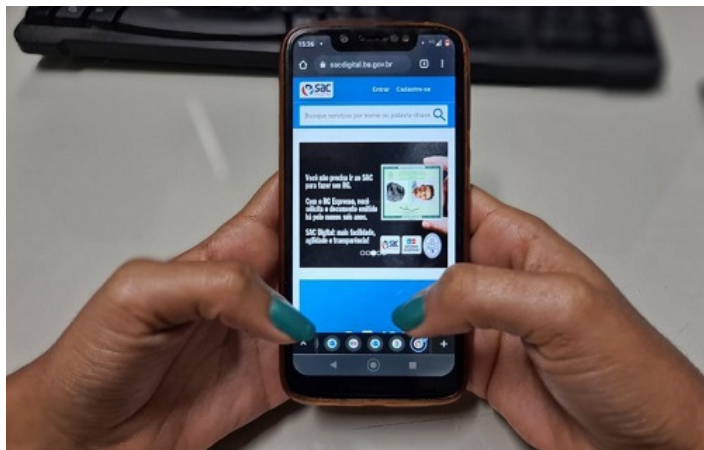
Através desse procedimento, o contribuinte também pode quitar o débito à vista, com descontos que variam de 30% até 70% sobre a multa fiscal, a depender da fase de

cobrança. O parcelamento do pagamento também pode ser feito no SAC Digital, no site da PGE, no site da **Secretaria da Fazenda (Sefaz)**, ou ainda pessoalmente nos pontos de atendimento da Sefaz.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 20/07/2021	Coluna: Economia



DÍVIDAS DO IPVA PODEM SER QUITADAS ATRAVÉS DO SAC DIGITAL



20 Julho, 2021

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas relacionadas ao IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) podem consultar o valor do débito e até emitir o Documento de Arrecadação Estadual (DAE) para efetuar o pagamento, evitando cobrança judicial. O serviço é oferecido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e está disponível através do SAC Digital.

Para ter acesso à plataforma, é só baixar o aplicativo SAC Digital ou digitar o endereço www.sacdigital.ba.gov.br na internet. Após isso, é preciso buscar o serviço “Consultar Débitos de IPVA inscritos na dívida ativa”. Depois é necessário digitar o CPF do proprietário ou o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) do veículo e consultar o valor do débito. Em seguida, o cidadão emite os DAEs e efetua os pagamentos, com o intuito de regularizar a situação junto ao Fisco Estadual.

O objetivo principal é facilitar o acesso do cidadão ao serviço, que pode ser feito todo de maneira virtual, sem necessidade de deslocamentos. “Essa iniciativa da PGE, além de trazer comodidade, praticidade e facilidade ao cidadão, contribui com a recuperação do crédito público”, diz o procurador chefe da Procuradoria Fiscal da PGE, Nilton Gonçalves de Almeida Filho.

Através desse procedimento, o contribuinte pode quitar o débito à vista, com descontos que variam de 30% até 70% sobre a multa fiscal, a depender da fase de cobrança. O parcelamento do pagamento também pode ser feito no SAC Digital, no site da PGE (www.pge.ba.gov.br), no site da Secretaria da Fazenda (Sefaz) – www.sefaz.ba.gov.br, ou ainda pessoalmente nos pontos de atendimento da Sefaz.

Foto: Divulgação/Saeb

Dívidas relacionadas ao IPVA podem ser quitadas através do SAC Digital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas relacionadas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) podem consultar o valor do débito e até emitir o Documento de **Arrecadação** Estadual (DAE) para efetuar o pagamento, evitando cobrança judicial. O serviço é oferecido pela **Procuradoria Geral do Estado (PGE)** e está disponível através do **SAC Digital**.

Para ter acesso à plataforma, é só baixar o aplicativo **SAC Digital** ou digitar o endereço www.sacdigital.ba.gov.br na internet. Após isso, é preciso buscar o serviço 'Consultar Débitos de **IPVA** inscritos na **dívida ativa**'. Depois é necessário digitar o CPF do proprietário ou o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) do veículo e consultar o valor do débito. Em seguida, o cidadão emite os DAEs e efetua os pagamentos, com o intuito de regularizar a situação junto ao **Fisco** Estadual.

O objetivo principal é facilitar o acesso do cidadão ao serviço, que pode ser feito todo de maneira virtual, sem necessidade de deslocamentos. 'Essa iniciativa da **PGE**, além de trazer comodidade, praticidade e facilidade ao cidadão, contribui com a recuperação do crédito público', diz o procurador chefe da **Procuradoria Fiscal** da **PGE**, Nilton Gonçalves de Almeida Filho.

Através desse procedimento, o contribuinte pode quitar o débito à vista, com descontos que variam de 30% até 70% sobre a multa fiscal, a depender da fase de cobrança. O parcelamento do pagamento também pode ser feito no **SAC Digital**, no site da **PGE**, no site da Secretaria da Fazenda (Sefaz), ou ainda pessoalmente nos pontos de atendimento da Sefaz.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAC Digital | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Fiscal, Dívida Ativa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Arrecadação, IPVA

Dívidas relacionadas ao IPVA podem ser quitadas no SAC Digital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas relacionadas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) podem consultar o valor do débito e até emitir o Documento de **Arrecadação** Estadual (DAE) para efetuar o pagamento, evitando cobrança judicial. O serviço é oferecido pela **Procuradoria Geral do Estado (PGE)** e está disponível através do **SAC Digital**.

Para ter acesso à plataforma, é só baixar o aplicativo **SAC Digital** ou digitar o endereço na internet. Após isso, é preciso buscar o serviço 'Consultar Débitos de **IPVA** inscritos na **dívida ativa**'. Depois é necessário digitar o CPF do proprietário ou o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) do veículo e consultar o valor do débito. Em seguida, o cidadão emite os DAEs e efetua os pagamentos, com o intuito de regularizar a situação junto ao **Fisco** Estadual.

serviço, que pode ser feito todo de maneira virtual, sem necessidade de deslocamentos. 'Essa iniciativa da **PGE**, além de trazer comodidade, praticidade e facilidade ao cidadão, contribui com a recuperação do crédito público', diz o procurador chefe da **Procuradoria Fiscal** da **PGE**, Nilton Gonçalves de Almeida Filho.

Através desse procedimento, o contribuinte pode quitar o débito à vista, com descontos que variam de 30% até 70% sobre a multa fiscal, a depender da fase de cobrança. O parcelamento do pagamento também pode ser feito no **SAC Digital**, no site da **PGE**, no site da Secretaria da Fazenda (Sefaz), ou ainda pessoalmente nos pontos de atendimento da Sefaz.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAC Digital | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Fiscal, Dívida Ativa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Arrecadação, IPVA

Veículo: Bahia.ba	
Data: 21.07.2021	

Publicado em 20/07/2021 às 13h59.

Dívidas relacionadas ao IPVA podem ser quitadas através do SAC Digital

O cidadão pode consultar o valor do débito e emitir o DAE para efetuar o pagamento, evitando cobrança judicial

Leilane Teixeira

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas relacionadas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) podem consultar o valor do débito e emitir o Documento de Arrecadação Estadual (DAE) para efetuar o pagamento, evitando cobrança judicial. O serviço é oferecido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e está disponível através do SAC Digital.

Para ter acesso à plataforma, é só baixar o aplicativo SAC Digital ou digitar o endereço www.sacdigital.ba.gov.br na internet. De acordo com a PGE, o objetivo principal é facilitar o acesso do cidadão ao serviço, que pode ser feito todo de maneira virtual, sem necessidade de deslocamentos. “Essa iniciativa da PGE, além de trazer comodidade, praticidade e facilidade ao cidadão, contribui com a recuperação do crédito público”, diz o procurador chefe da Procuradoria Fiscal da PGE, Nilton Gonçalves de Almeida Filho.

Através desse procedimento, o contribuinte pode quitar o débito à vista, com descontos que variam de 30% até 70% sobre a multa fiscal, a depender da fase de cobrança. O parcelamento do pagamento também pode ser feito no SAC Digital, no [site da PGE](#), no [site da Secretaria da Fazenda \(Sefaz\)](#), ou ainda pessoalmente nos pontos de atendimento da Sefaz.

Dívidas relacionadas ao IPVA podem ser quitadas através do SAC Digital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas relacionadas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) podem consultar o valor do débito e até emitir o Documento de **Arrecadação** Estadual (DAE) para efetuar o pagamento, evitando cobrança judicial. O serviço é oferecido pela **Procuradoria Geral do Estado (PGE)** e está disponível através do **SAC Digital**.

Para ter acesso à plataforma, é só baixar o aplicativo **SAC Digital** ou digitar o endereço www.sacdigital.ba.gov.br na internet. Após isso, é preciso buscar o serviço 'Consultar Débitos de **IPVA** inscritos na **dívida ativa**'. Depois é necessário digitar o CPF do proprietário ou o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) do veículo e consultar o valor do débito. Em seguida, o cidadão emite os DAEs e efetua os pagamentos, com o intuito de regularizar a situação junto ao **Fisco** Estadual.

O objetivo principal é facilitar o acesso do cidadão ao serviço, que pode ser feito todo de maneira virtual, sem necessidade de deslocamentos. 'Essa iniciativa da **PGE**, além de trazer comodidade, praticidade e facilidade ao cidadão, contribui com a recuperação do crédito público', diz o procurador chefe da **Procuradoria Fiscal** da **PGE**, Nilton Gonçalves de Almeida Filho.

Através desse procedimento, o contribuinte pode quitar o débito à vista, com descontos que variam de 30% até 70% sobre a multa fiscal, a depender da fase de cobrança. O parcelamento do pagamento também pode ser feito no **SAC Digital**, no site da **PGE**, no site da Secretaria da Fazenda (Sefaz), ou ainda pessoalmente nos pontos de atendimento da Sefaz.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAC Digital | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Fiscal, Dívida Ativa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Arrecadação, IPVA

SALA DE AULA Secretaria da Educação publicou portaria que estabelece orientações e protocolos

Aulas semipresenciais começam na 2ª-feira apenas para o ensino médio

BRUNO BRITO*

A partir da próxima segunda-feira, o ensino médio da rede estadual iniciará as aulas na modalidade semipresencial, na Bahia. Ontem, a Secretaria da Educação do Estado (SEC) publicou, no Diário Oficial do Estado (DOE), a portaria que estabelece orientações gerais e protocolos a serem seguidos e instituiu a segunda fase do ano letivo na rede estadual de ensino.

Entre as orientações da portaria está a indicação de que, no dia 26, só devem ir para as aulas semipresenciais os alunos do ensino médio. O ensino fundamental nas suas diferentes modalidades e ofertas terá início das aulas em 9 de agosto, e, até lá, estes alunos seguirão com ensino remoto.

Nos dois casos, as aulas estão condicionadas à ocupação máxima de 50% da capacidade da sala, além do cumprimento dos protocolos sanitários. Para tanto, cada turma será dividida em duas, uma com alunos cujos nomes têm iniciais de "A" até "I" e outra com iniciais de "J" a "Z". Por outro lado, cada unidade escolar poderá ajustar a escala conforme a realidade de cada turma.

Com essa modalidade, a cada dia, metade dos alunos



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Divididos em dois grupos por sala de aula, haverá revezamento de horários entre alunos nas aulas presenciais

Início das aulas para alunos do ensino fundamental será no dia 9 de agosto

de uma turma participará das atividades de maneira presencial, em sistema de alternância diária e com igual carga horária.

Sendo assim, metade da turma irá na segunda, quarta e sexta, e a outra metade, terça, quinta e sábado. Já na semana seguinte, os dias serão invertidos. Dessa forma,

busca-se assegurar que todos os estudantes tenham aulas presenciais de todos os componentes curriculares.

De acordo com a superintendente de políticas para a educação básica da SEC, Manuelita Brito, a volta no formato semipresencial é um mecanismo importante para a retomada do vínculo do alu-

no com a escola. Segundo ela, já está mais do que provado que o ambiente escolar é mais do que um espaço só de transmissão de conhecimento.

"Entendemos que as famílias que estejam inseguras, mas as escolas fizeram as adaptações e melhorias necessárias para retomar as aulas com segurança. Nossa

expectativa é alta, sabemos que, como ocorreu no restante do mundo, há uma hesitação das famílias nas primeiras semanas, mas há uma necessidade, do ponto de vista da aprendizagem, de uma rotina presencial de aprendizagem", observou.

Segundo ela, com as aulas semipresenciais será possível avançar no ano letivo contínuo, que uniu os anos letivos de 2020 e 2021, para organizar o calendário escolar.

"Como em 2020, embora as escolas tenham feito atividades, elas não foram colocadas como carga horária letiva, e precisamos cumprir 1.500 horas, surgiu a ideia de organizar o ano letivo de forma contínua, portanto, trabalhando o que não foi visto em 2020, e avançando para 2021. A proposta é fazer uma transição gradual, sem ruptura de uma série pra outra, mas com uma progressão de aprendizagem", explicou.

Expectativa

Segundo o estudante do 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual Bolívar Santana, Davi Souza, embora exista a expectativa pelo início das aulas em sistema híbrido, há a preocupação com a segurança dos alunos fora da escola, nos ônibus e no percurso até as unidades escolares.

Para a estudante do 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual de Aplicação Anísio Teixeira, Camilly dos Santos Ferreira, a adaptação ao modelo híbrido não deve ser simples por conta do longo período sob aulas online. "A adaptação aos dois sistemas pode ser mais complicada".

*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Prefeitura desmobiliza mais 80 leitos em Salvador

DA REDAÇÃO

A baixa nos índices de ocupação dos leitos de UTI em Salvador, com 49% na noite de ontem, assim como da fila nos gripários, com 77,5% a menos de atendimentos do que no pico da segunda onda, permitiu que Secretaria Municipal de Saúde tenha iniciado a desmobilização de 80 leitos na cidade.

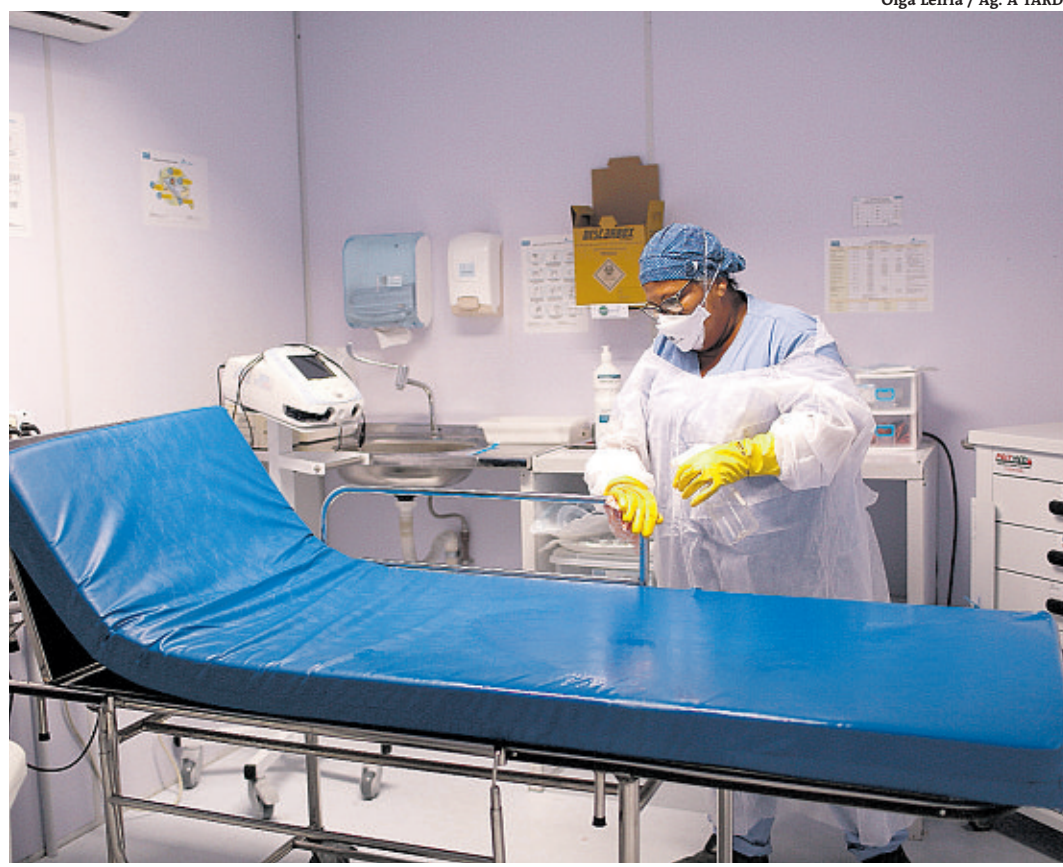
A medida visa a desoneração dos cofres públicos, algo constantemente apontado pelo prefeito Bruno Reis (DEM), já que cada leito de UTI custa R\$ 2 mil ao dia para a Prefeitura, em meio aos repasses cada vez mais escassos por parte do governo fe-

NÚMEROS JUSTIFICAM DECISÃO MUNICIPAL

A baixa nos índices de ocupação dos leitos de UTI em Salvador, com 49% ontem, e a redução da fila nos gripários, com 77,5% a menos de atendimentos do que no pico da segunda onda, justificam medida

deral. Com a desmobilização, Salvador conta agora com 679 leitos de UTI adulto e 27 leitos de UTI pediátrico.

Anteriormente, o prefeito explicou ainda que, apesar



Olga Leiria / Ag. A TARDE

Cada leito de UTI custa R\$ 2 mil ao dia para a prefeitura

da desmobilização e do otimismo, os insumos continuam disponíveis para facilitar uma rápida remobilização caso os números voltem a subir, o que acarretaria também no retorno de medidas restritivas para evitar um colapso na saúde.

"Vamos reduzir contrato mas, se necessário for, eles serão novamente ampliados, para não desperdiçar recursos. Se chegar no final do mês com números de ocupação de leitos ainda caindo, aí vamos desmobilizando um hospital ou outro, mas sempre com possibilidade de retorno se os números voltarem a aumentar e se houver risco de colapso na saúde", disse.

Bahia registra 654 novos casos e mais 54 óbitos

DA REDAÇÃO

Nas últimas 24 horas, foram registrados 654 casos de Covid-19 na Bahia, o que representa uma taxa de crescimento de +0,1%. Também nesse período foram registradas 1.923 pessoas recuperadas (+0,2%). As informações constam no boletim epidemiológico de ontem da Secretaria estadual de Saúde, que também registra 54 óbitos nas últimas 24 horas. Apesar de as mortes terem ocorrido em diversas datas, a confirmação e registro foram realizados ontem. Dos 1.175.267 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.141.106 já são considerados recuperados, 8.857 encontram-se ativos e 25.304 tiveram óbito confirmado.

O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.411.917 de casos descartados e 229.951

em investigação. Estes dados representam notificações oficiais compiladas pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica em Saúde da Bahia (Divep-BA), em conjunto com as vigilâncias municipais e as bases de dados do Ministério da Saúde até as 17 horas desta terça. Na Bahia, 51.231 profissionais de saúde foram confirmados para Covid-19. O boletim epidemiológico da Secretaria estadual de Saúde, com dados da Covid-19 no estado, é divulgado diariamente no site da secretaria.

O número total de óbitos por Covid-19 na Bahia desde o início da pandemia é de 25.304, representando uma letalidade de 2,15%. Dentre os óbitos, 55,75% ocorreram no sexo masculino e 44,25% no sexo feminino. Em relação ao quesito raça e cor, 54,91% responderam a parda, seguidos por branca com 22,50%,

preta com 15,32%, amarela com 0,41%, indígena com 0,14% e não há informação em 6,72% dos óbitos. O percentual de casos com comorbidade foi de 59,98%, com maior percentual de doenças cardíacas e crônicas (72,63%).

A existência de registros tardios e/ou acúmulo de casos deve-se a sobrecarga das equipes de investigação, pois há doenças de notifi-

cação compulsória para além da Covid-19. Outro motivo é o aprofundamento das investigações epidemiológicas por parte das vigilâncias municipais e estadual a fim de evitar distorções ou equívocos, como desconsiderar a causa do óbito um traumatismo craniano ou um câncer em estágio terminal, ainda que a pessoa esteja infectada pelo coronavírus.

Às 12h de ontem, segundo informações da Sesab, sete solicitações de internação em UTI Adulto Covid-19 constavam no sistema da Central Estadual de Regulação. Outros 13 pedidos para internação em leitos clínicos adultos Covid-19 estavam no sistema. A Sesab destaca que este número é dinâmico, uma vez que transferências e novas solicitações são feitas

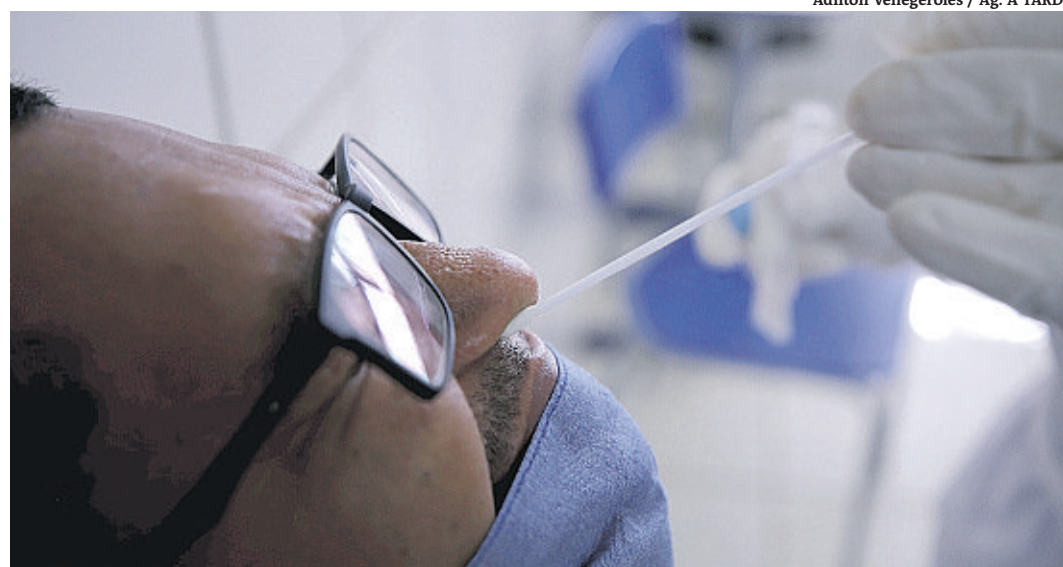
Boletim registra 1.923 pessoas recuperadas da doença em 24h

ao longo do dia.

Vacinação

Com 5.691.562 vacinados contra a Covid-19 com a primeira dose, dos quais 2.167.844 receberam também a segunda aplicação, e mais 238.968 vacinados com o imunizante de dose única, até as 17 horas de ontem, a Bahia já vacinou 53,1% da população acima dos 18 anos (estimada em 11.148.781) com, pelo menos, a 1ª dose. A Sesab realiza o contato diário com as equipes de cada município do estado a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas e disponibiliza as informações detalhadas no painel <https://bi.saude.ba.gov.br/vacinacao/>.

COM INFORMAÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA (SESAB)



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

DA REDAÇÃO

O Grupo A TARDE amplia esta semana a sua cobertura na área de economia com a chegada de dois novos colunistas, que passam a assinar de forma alternada, sempre às sextas-feiras, o espaço Olhar Econômico. São eles o professor e pesquisador Rodrigo Oliveira e o engenheiro eletricista especialista em gestão e comercialização de energia elétrica Luiz Carlos Lima.

A partir de sexta-feira, dia 23, Rodrigo Oliveira estreia com a proposta de trazer para o cotidiano discussões acadêmicas do campo econômico. "A minha carreira é focada em trabalhar com dados e métodos estatísticos e econométricos para responder problemas que podem melhorar a vida e o bem-estar das pessoas. Você já deve ter ouvido a expressão 'correlação não é causalidade'. Vamos tentar trazer essa expressão de forma técnica para o dia a dia. X causa Y? Sim? Por quê?", explica o novo colunista.

Atualmente vivendo em Helsinque, na Finlândia, onde atua como pesquisador na UNU-Wider – United Nations University World Institute for Development Economics, Rodrigo promete abordar temas do ambiente conhecido como economia aplicada, com foco especial em políticas públicas baseadas em evidências. "Estarei falando sobre temas como educação, saúde, mercado de trabalho, políticas públicas, dentre outros. A grande diferença é o uso de evidências científicas para guiar o pensamento e chegar às conclusões. Como se diz na academia, vamos deixar os dados falarem", afirma.

Sobre a experiência de estreitar como colunista em um veículo de comunicação, ele diz que a classe acadêmica muitas vezes tem dificuldade de se comunicar com o grande público. "Em economia isso é bem importante, pois economia no fim das contas trata sobre como as pessoas tomam decisões. E todos nós tomamos decisões sobre diversos assuntos, a todo momento. A economia impacta diretamente no nosso dia a dia, não apenas ao saber se o dólar vai subir ou vai cair, mas também na hora de escolher colocar o filho na creche, de optar por ter um seguro de carro ou seguro de vida, julgar se a política de cotas é boa ou não etc.", exemplifica. "Sem contar nas políticas públicas em que todos têm algum pitaco, como o teto de gastos, reforma tributária, trabalhista, admi-

EDITORIA O professor Rodrigo Oliveira e o engenheiro eletricista Luiz Carlos Lima são os novos colaboradores

A TARDE reforça a cobertura econômica com novos colunistas

Arquivo pessoal / 18.11.2019

Olga Leiria / Ag. A TARDE / 15.5.2021



Rodrigo Oliveira aborda economia aplicada



Luiz Carlos Lima atua na área de energia

nistrativa", completa.

Doutor em economia, Rodrigo Oliveira é professor do curso de economia da Universidade Federal da Bahia, atualmente em licença não remunerada, e sócio-fundador da Arazul Research. Possui experiência com consultoria econômica e coordenação de projetos na área de economia aplicada com foco em análise de dados e aplicação de métodos estatísticos e econométricos. Também tem experiência com análise de cenários econômicos, análise de impacto e engenharia econômica.

Em 2013, venceu o Prêmio CNI de Economia na categoria Economia do Trabalho. Em 2015, recebeu menção honrosa no Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional do Ministé-

Novos colunistas passam a assinar o espaço Olhar Econômico

rio da Integração Nacional – categoria Dissertação de Mestrado. Além disso, já recebeu o prêmio Werner Baer de Economia Regional.

Temática energética

Na sexta-feira seguinte, dia 30 de julho, é a vez da estreia de Luiz Carlos Lima, que tem uma trajetória de 35 anos atuando no mercado de energia, tendo passado pela Coelba, Citelum e Grupo Ecoluz. Lima atualmente é sócio-fundador e CEO da Voltxs Energia S/A, uma plataforma de energia renovável, limpa, barata e sustentável para todos os clientes.

As colaborações do novo colunista são um reforço à importância da cobertura da temática energética em veículos de comunicação. "Energia é algo essencial à vida moderna, sem ela a internet não funciona e trabalho home office nem pensar. Já passou pela aflição de estar com seu smartphone acabando a bateria e não ter onde carregar? Quando isso acontece, literalmente você está 'excluído' do mundo", comenta Lima.

Ele destaca que, além de essencial, a energia custa dinheiro e movimenta um

mercado de trilhões de dólares no mundo atual. "Sem algo de produção muito técnica e restrita aos grandes grupos monopolistas, todos enxergam a conta de energia como uma obrigação, algo como um imposto a pagar para continuar sendo cidadão. É uma verdade, porém nem tanto assim. Vamos colocar às claras esse tema e apresentar formas de gastar menos, produzir sua própria necessidade e quem sabe até ganhar muito dinheiro com esse produto tão importante cuja exploração comercial ainda é tão restrita e cercada de 'mistérios'", afirma o especialista.

A coluna em A TARDE, avalia ele, será um espaço para desmistificar o mercado de energia para todos, desde pessoas físicas até os interessados em investir nesse segmento, demonstrando as evoluções que se avizinhavam e o processo de ruptura tecnológica pelo qual estamos passando nesse momento, que para alguns pode passar de forma despercebida. "Vamos falar de energia para gente, para as empresas e para os empreendedores. Fique ligado!", conclui.

ENERGIA

Produção de petróleo bate recorde na Bacia de Santos

AGÊNCIA BRASIL
Rio de Janeiro

A Bacia de Santos atingiu recorde de participação na produção nacional de petróleo e gás natural. No mês de junho de 2021, foram 2,67 milhões de barris equivalentes de petróleo por dia (boe/d), o que corresponde a 71,06% do total registrado no país.

Este é o maior percentual já apontado no painel dinâmico da produtividade do setor. A plataforma é mantida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulatório vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME). Os números consolidados de junho de 2021 foram reunidos e divulgados ontem.

A Bacia de Santos é uma bacia sedimentar marítima que se estende desde o litoral

sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado de Santa Catarina. Nessa área, estão localizados campos com importantes reservas na camada pré-sal. Um deles, o Campo de Búzios, teve o poço que registrou a maior produção no mês passado. O 7-BUZ-10-RJS teve uma média de 66,51 mil boe/d.

Mantendo-se como a segunda maior produtora do país, a Bacia de Campos aparece no painel com 805,9 mil boe/d. O volume representa 21,45% do total nacional. A Bacia de Campos se estende das imediações da cidade de Vitória, no Espírito Santo, até Arraial do Cabo, no litoral norte do Rio de Janeiro.

O Brasil produziu ao todo 3,75 milhões boe/d em junho. Desse total, 93,75% vieram de áreas marítimas (offshore): 72,25% da camada pré-sal e 21,5% da camada pós-sal.



A afronta do Fundo Partidário

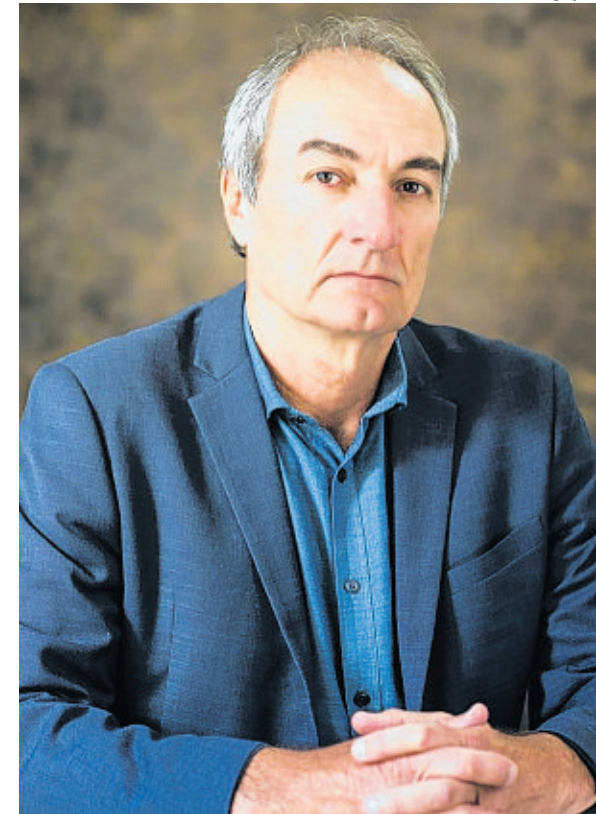
Recentemente, por meio da Fundação Paulo Cavalcanti, em parceria com a Associação Comercial da Bahia (ACB), foi lançado o projeto Via Cidadã. Trata-se de uma iniciativa da sociedade civil organizada e apartidária que nasce com o intuito de conscientizar os cidadãos sobre a importância de participar das transformações sociais, além de pretender atuar como ferramenta que auxilie na gestão dos recursos públicos do Brasil.

Esta semana, em mais um episódio de máximo desrespeito do Congresso Nacional para com o povo brasileiro, vimos confirmada a necessidade de propostas como a Via Cidadã para a nossa sociedade.

Acreditamos que não há cidadão que, em sua consciência, tenha se sentido satisfeito com o novo valor destinado ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, popularmente conhecido como Fundo Partidário. Sem consulta pública, assistimos a estorcedor aumento de mais de 300% no orçamento público destinado ao financiamento dos partidos políticos do nosso país, que saltou do já exorbitante R\$ 1,7 bilhão, para os estratosféricos R\$ 5,7 bilhões.

Cremos que, independentemente de classe social, ideologia política, se empregado ou se patrão, todo brasileiro se sentiu desrespeitado com este ato abusivo cometido pelos nossos legisladores. Homens e mulheres eleitos pelo voto

Divulgação



Paulo Cavalcanti, vice-presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB)

popular para garantir os nossos direitos constitucionais, legislando exclusivamente em causa própria.

Para uma melhor compreensão do absurdo, é preciso deixar claro que trata-se do orçamento público da união, do nosso dinheiro, dos impostos que pagamos em tudo que produzimos ou consumimos. Assim como fazemos em nossas empresas, em nosso condomínio ou no nosso orçamento doméstico, as prioridades orçamentárias precisam ser respeitadas. Qualquer pessoa responsável sabe disso.

Se você fosse consultado a respeito desta verba destinada ao Fundo Partidário, aprovaria este valor fora da realidade? Diante de todas as dificuldades que assolam o país e que foram ainda mais agravadas pela pandemia da Covid-19, é honesto que este montante do nosso orçamento público seja usado em gastos com campanhas político-partidárias?

Pensamos que o orçamento da união, resultado de tudo que recolhemos aos cofres públicos, seria melhor aplicado se, principalmente no momento atual, fosse destinado a assistência social aos milhões de brasileiros que passam fome, ao financiamento dos micro, pequenos e médios negócios que levaria a geração de empregos e renda para os 15 milhões de desempregados do país, e até mesmo para o auxílio à imensa massa de trabalhadores informais que estão nas ruas buscando o sustento de suas famílias.

Enquanto ativistas da função social da empresa, este é o caminho que queremos trilhar. O da indignação diante de tudo que fere os nossos direitos constitucionais. O momento é de nos conscientizarmos, criarmos a cultura participativa, nos unirmos em torno das transformações que garantam o desenvolvimento econômico e social do nosso país. Diante da grave crise que atinge o país, o momento é de cortar custos e garantir o pão de nossos filhos. E não de permitir a farra com o dinheiro público.

ECONOMIA



Vagas exigem Ensino Médio completo

Salvador: empresa abre 200 vagas de telemarketing

ENSINO MÉDIO A agência de RH Cátedra tem 200 vagas de emprego abertas em Salvador para trabalhar como operador de telemarketing perfil ativo.

As vagas, em regime CLT, são para trabalhar de segunda a sábado, com salário compatível com a função, comissão e benefícios como VR, VT, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

SERVIÇO

● As vagas são para trabalho de teleatendimento. Os trabalhadores selecionados serão responsáveis por ligar para clientes ou empresas, divulgar a marca e vender o produto ou serviço

● O salário não foi informado, mas a empresa contratante garante ser compatível com a realidade do mercado. Há benefícios co-

mo como vale-refeição, vale-transporte plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche

● As vagas são para regime CLT, tempo integral, de segunda a sábado

● A inscrição para o processo seletivo pode ser feita no site <https://catedra.gupy.io/>

Para concorrer, é preciso ter Ensino Médio completo, ter mais de 18 anos e morar em Salvador. Interessados podem se candidatar on-line, no site da Cátedra, <https://catedra.gupy.io/>

Os profissionais serão responsáveis por ligar para clientes ou empresas, divulgar a marca e vender o produto ou serviço. As principais atribuições são atender de maneira rápida os clientes, prestar informações e tirar dúvidas de maneira

clara e satisfatória.

A profissão ainda não é regulamentada, por isso não é obrigatória nenhuma formação específica para a sua realização. Para ter sucesso na área, o trabalhador precisa ter uma postura ética e respeitosa, ouvir atentamente o cliente, manter o foco no atendimento, usar seu poder de persuasão e desenvolver maturidade emocional para lidar com a diversidade de pessoas e situações com que terá contato.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2306	R\$ 5,2311
Dólar Turismo	R\$ 5,217	R\$ 5,293
Euro turismo	R\$ 6,087	R\$ 6,373

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	125.401,36	0,81%

POUPANÇA

21/7/2021	0,1559%
-----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

PREVIDÊNCIA PRIVADA

110BI

de reais foram resgatados de planos de previdência privada no Brasil de março de 2020 até maio deste ano segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi). É mais de 10% das reservas destas aplicações (PGBL e VGBL).

CÂMARA AFROUXA LIMITE DE GASTO DE ESTATAIS

JABUTI Em uma estratégia para evitar riscos à aprovação do projeto de lei de privatização dos Correios, o governo decidiu fechar os olhos e deixar passar na Câmara uma proposta que desmonta as regras que estabeleceram parâmetros máximos para os gastos de estatais com planos de saúde de seus empregados. O projeto de decreto legislativo ainda precisa passar pelo Senado para entrar em vigor. Se aprovado, terá validade para todas as estatais.

Essas regras foram criadas no governo do ex-presidente Michel Temer e foram fundamentais para reverter uma trajetória de prejuízos bilionários dos próprios Correios.

De autoria de uma deputada da oposição, Erika Kokay (PT-DF), e relatado por Sôstenes Cavalcante (DEM-RJ), da bancada evangélica, o projeto teve ampla maioria na Câmara, 365 votos favoráveis e somente 39 contrários.

Nos bastidores, o projeto foi comparado aos "jabutis" - emendas estranhas ao projeto original - da medida provisória da Eletrobrás, que o governo aceitou "engolir" em troca da aprovação do texto, e que custarão R\$ 84 bilhões aos consumidores. Procurado, o Ministério da Economia não comentou.

Número de famílias endividadas é o maior desde 2013

INADIMPLÊNCIA PREOCUPA

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-BA, aponta que 68,2% das famílias que moram em Salvador estão endividadas. Trata-se do maior percentual medido pelo estudo desde setembro de 2013 e acima dos 64,8% vistos em junho. Em números absolutos, são 635 mil famílias que possuem algum tipo de dívida na capital baiana. E cerca de 259 mil não possuem condições de pagar todas as suas contas.

Para o consultor econômico da federação, Guilherme Dietze, até então, o aumento do endividamento

Aumentou o percentual com dívida no cartão de crédito. Consumidores têm recorrido ao parcelamento para financiar seus gastos

não estava gerando alertas, pois o nível de inadimplentes estava caindo no início do ano e ficou estável no entre abril e maio. "No entanto, ao passar de 25,7% em junho para os atuais 27,8%, começa a indicar que a inflação tem complicado a organização financeira das famílias. Esse percentual sig-

nifica que 259 mil famílias não conseguiram pagar a dívida até a data do seu vencimento", afirma. "Tanto que, entre os endividados, aumentou o percentual com dívida no cartão de crédito, atingindo os 92,4%. São famílias que não estão conseguindo arcar com o consumo através da renda própria e precisam do crédito, no parcelado, para manter os gastos nos supermercados, farmácias e demais compras", completa.

Os cartões seguem na segunda posição, com 10,6% entre os endividados. É uma modalidade importante para o comércio e que atrai muitos consumidores nas

compras de produtos com valor mais alto como os eletrodomésticos.

Segundo Dietze, a inflação, de fato, é o grande problema neste momento. Na região metropolitana de Salvador, os preços subiram, em média, 7,84% nos últimos 12 meses. No entanto, os grupos que mais pesam no orçamento das famílias estão com aumento maior, como é o caso dos alimentos e bebidas que crescem 11,43% e dos transportes, que aumentaram 15,10%. Outros preços como da energia elétrica e do botijão de gás subiram 19,15% e 27,88%, respectivamente.

TARCÍSIO DEFENDE EDIÇÃO DE MP PARA FERROVIAS

INVESTIMENTOS O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou ontem que o avanço do regime de autorização de ferrovias em leis estaduais torna mais urgente ainda a necessidade de o governo editar uma medida provisória para liberar o modelo em âmbito federal. Ele afirmou que esse regime já vem sendo discutido pelo Congresso por dois anos. Investimentos de pelo menos R\$ 25 bilhões aguardam o aval legislativo para o modelo de autorização de ferrovias. Ontem, Tarcísio - que já defendeu a tramitação normal da medida pelo Congresso - foi mais enfático sobre a "urgência" em se publicar a Medida Provisória e destravar os investimentos previstos para o setor.

Vitória da diversidade MARTA SERÁ LÍDER DE DIVERSIDADE

A Latam contratou Marta, seis vezes melhor do mundo, como líder global de diversidade e inclusão. A aérea acredita que a parceria vai tornar a empresa mais inclusiva. A jogadora tem denunciado a desigualdade de valores oferecidos para homens e mulheres. FOTO DE LATAM/DIVULGAÇÃO



ECONOMIA

Produção de veículos deve aumentar 22%

PROJEÇÃO DO SETOR A produção nacional de veículos deve registrar uma alta de 22% este ano, na comparação com o desempenho registrado no ano passado, de acordo com uma projeção anunciada ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). No primeiro semestre deste ano, a alta registrada no volume de veículos licenciados foi de 33%, com um total de 1.074.173 unidades, sendo pouco mais de 40 mil comercializadas na Bahia.

Apesar do aumento significativo, o resultado poderia ser melhor, não fossem as dificuldades que o segmento vem enfrentando no acesso a insumos, destacou ontem o presidente da entidade, Luiz Carlos Moraes, durante um encontro virtual com jornalistas.

A indústria automobilística, que possui uma capacidade fabril de 5 milhões de unidades por ano, em 59 fábricas espalhadas por 41 cidades, projeta para 2021 a produção de um total de 2.459 de veí-

culos, após encerrar 2020 com um total de 2.014 veículos fabricados. Em janeiro, a expectativa para 2021 era de um total de 2.520.

Para os veículos comerciais leves e os caminhões, as expectativas são de altas de 33% e 36%, respectivamente. Em relação ao mercado de automóveis, o segmento espera uma ampliação de 7% para este ano. "O Brasil fechou o ano de 2020, em termos de produção, como o 9º mercado. A indústria mundial foi afetada", diz Luiz Carlos Moraes. Ele cita como exemplo o volume total de produção no planeta, que caiu de 95 milhões de unidades, para 76 milhões. "O mercado global perdeu cerca de 19 milhões de vendas", ressalta.

Nas vendas nacionais, os resultados do primeiro semestre deste ano, mesmo crescendo na comparação com 2020, ainda ficaram abaixo do cenário anterior à pandemia.

A dificuldade para comprar insumos é a principal



DIVULGAÇÃO

●● O Brasil fechou o ano de 2020, em termos de produção, como o 9º mercado. A indústria mundial foi afetada Luiz Carlos Moraes

presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)

explicação para a queda nas expectativas de vendas no país este ano. Desde o final do ano passado, a indústria estava atenta às dificuldades na oferta de componentes. Mas agora o mercado enfrenta também problemas para encontrar semicondutores, matérias-primas para a produção de chips. Segundo Moraes, os veículos produzidos atualmente saem de fábrica com algo entre 500 e 1000 peças do tipo. "Não usadas para controlar tudo no carro e simplesmente não tem como fabricar sem elas. Tem coisas que podem ser colocadas depois, mas essas peças não", explica.

"A gente tem falado muito com nossos sistemistas, nossos fornecedores, mas fomos também atrás de especialistas da BCG, que analisou o impacto da questão na indústria global, e num destes estudos a estimativa é de que o mundo perdeu 3,6 milhões de veículos por conta deste problema, sendo que 162 mil unidades foram na América do Sul", conta Moraes. Ele acredita que novas perdas de produção devem se repetir no segundo semestre e a situação só se estabilizará no primeiro semestre de 2022. Até lá, cerca de 7 milhões de veículos devem deixar de ser produzidos.

DONALDSON GOMES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS
CNPJ N: 13.830.336/0001-23
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2021 E Nº 060/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2021

A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO nº 059/2021 cujo objeto é Registro de Preços para Aquisição de Kit de Imunocromatografia para detecção qualitativa específica de antígenos de SARS-CoV-2, em amostras de swab de nasofaringe com resultados em até 15 minutos, para ampliação de teste da população de Candéias. Abertura das propostas: 03/08/2021 às 09h; Disputa: 03/08/2021 às 09h:30min. O Edital encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br e no site <https://sai.io.org.br/ba/candeias/site/licitacoes>. Maiores informações através do e-mail: copei@candeias.ba.gov.br. Telefone para contato: (71) 3599-0011. Candéias/BA – 20 de Julho de 2021. Eriton Ramos – Pregoeiro da COPEL.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2021

A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO nº 060/2021 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS COM O OBJETIVO DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS A SESAU - SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS - BAHIA. Abertura das propostas: 04/08/2021 às 09h; Disputa: 04/08/2021 às 09h:30min. O Edital encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br e no site <https://sai.io.org.br/ba/candeias/site/licitacoes>. Maiores informações através do e-mail: copei@candeias.ba.gov.br. Telefone para contato: (71) 3599-0011. Candéias/BA – 20 de Julho de 2021. Eriton Ramos – Pregoeiro da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
CNPJ N: 14.235.899/0001-36

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 039/2021

O Pregoeiro realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 039/2021 - IDENTIFICADOR LICITAÇÕES-E: Nº 884707 - PROC. ADM. LIC. Nº 413/2021, objeto: contratação de serviços de locação de veículos para atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Valença, através do Sistema de Registro de Preços, Julgamento: Menor Preço por Lote. Data da sessão: 03/08/2021, às 09:00 horas. Quando serão recebidas as propostas e documentos de habilitação, via sistema Banco do Brasil (licitação-e). O Edital e atos posteriores encontram-se no sítio eletrônico da Prefeitura www.valenca.ba.gov.br ou poderá ser adquirido via e-mail licitacao@valenca.ba.gov.br ou na Travessa General Labatut, s/nº, Centro, Valença-Bahia de segunda a sexta - feira, das 08:00 às 14:00. Informações por Telefone: (75)3641-8610. Valença-BA, 21/07/2021. Márcio Herbet Rocha Pinheiro - Pregoeiro

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVE BASES PARA SALVA-VIDAS, NO DISTRITO DE GUAIBIM, NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-BA. Data de abertura: 09/08/2021, às 09:00 horas. Julgamento: Menor Preço Global. Local: Salão de reuniões da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, sítio à 2ª Travessa Dr. Raul Malbouisson, sn, São Felix, Valença-BA, CEP 45.400-000. O Edital encontra-se disponível na Prefeitura no endereço acima, bem como no Diário Oficial do Município www.valenca.ba.gov.br. Tel: (75) 3641-8610. Valença-BA, 21 de julho de 2021. Márcio Herbet Rocha Pinheiro - Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CNPJ N: 13.806.237/0001-06

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2021 e 056/2021

O Município de Pojuca, comunica que fará realizar licitação na modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2021, cujo objeto é Contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (Grãos e Derivados, Líquidos e Enlatados, Pão, Massas, Cacaú em Pó e Biscoitos), referente a alimentação escolar, para atender as demandas de estudantes da rede municipal de ensino do município de Pojuca, no dia 05 de Agosto de 2021 às 09:00h. LEILA DAIANE ROSARIO DE SANTANA OLIVEIRA - Pregoeira. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2021, cujo objeto é Contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (Condimentos e Sementes, Manteiga, Produtos Hortifrutí), referente a alimentação escolar, para atender as demandas de estudantes da rede municipal de ensino do município de Pojuca, no dia 05 de Agosto de 2021 às 09:00h. VANDERSON ALEX DOS SANTOS SOUZA - Pregoeiro. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico: (<http://www.licitacoes-e.com.br>) e (<https://www.pojuca.ba.gov.br/publicacoes>). Informações: (71) 3645-1147. Pojuca, 19 de julho de 2021.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2021

O Município de Pojuca, através de seu Pregoeiro, comunica que, fará realizar no dia 10 de Agosto de 2021 às 09:00h, no Sala da COPEL, localizada na Praça Almirante Vasconcelos, Centro, Pojuca/BA, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 057/2021, cujo objeto é o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os servidores da SESAU e SEDUC em enfrentamento ao COVID-19. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico: (<https://www.pojuca.ba.gov.br/publicacoes>) e (<http://www.licitacoes-e.com.br>). Maiores informações no tel: (71) 3645-1147. Pojuca, 19 de Julho de 2021. VANDERSON ALEX DOS SANTOS SOUZA - Pregoeiro.

Assine o Correio e escolha o seu presente

Assinatura a partir **R\$ 9,90/mês**

Escolha seu brinde:

- Carregador Portátil VX Case
- Fone de ouvido VX Case
- Kit Churrasco personalizado

ASSINE JÁ

Correio

correio24h.com.br

Pandemia fecha as portas de cinco hotéis

Turismo Prejuízo no setor foi de R\$ 600 milhões; 30% dos funcionários foram demitidos

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM
carolina.cerqueira@redebahia.com.br

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA) aponta que de 5% a 10% dos hotéis de Salvador estão fechados temporariamente por conta da pandemia. Ao menos cinco foram identificados: Hotel Marazul, Novotel Salvador Rio Vermelho, Hotel Vila Velha, Sotero Hotel e Hotel Bahia Lodge. Os estabelecimentos que não fecharam seguem amargando os prejuízos de R\$ 600 milhões e 30% de funcionários demitidos calculados para 2020, de acordo com um levantamento da ABIH-BA. Apesar disso, a expectativa é de que, com a vacinação e a retomada das atividades na cidade, as taxas de ocupação subam no segundo semestre e o setor tenha grande fluxo de turistas no próximo verão.

O telefone e o site do Hotel Marazul, que fica na Barra, estão desativados, assim como é o caso do Hotel Vila Velha, no Corredor da Vitória. Em relação ao Hotel Bahia Lodge, no Rio Vermelho, um funcionário atendeu o telefone que aparece no site de buscas e informou que o local está desativado desde abril de 2020. O CORREIO entrou em contato com o diretor do Novotel Salvador, que também fica no Rio Vermelho. Ele informou que o local foi fechado em março de 2020 por conta da pandemia e agora está em reforma, com previsão de retomada para 24 de setembro deste ano.

O Sotero Hotel comunicou o fechamento por tempo indeterminado através das redes sociais. A nota informa que “Dada a incerteza que existe e está além do nosso controle, o Sotero Hotel suspendeu temporariamente, suas atividades a

partir de 23/3/2020”.

O Relatório de Diária Média e Ocupação dos hotéis de Salvador, divulgado pela Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade do Estado da Bahia (FeTur-BA) aponta que, em junho deste ano, os 19 principais estabelecimentos da cidade fecharam o mês com ocupação média de 31,24%. O índice é bem maior do que os 17,83% alcançados no mesmo período de 2020, mas ainda não é positivo. A média de junho de 2019, quando não existia a pandemia, foi de 52,67%.

O presidente da ABIH-BA, Luciano Lopes, aponta que o número ainda é preocupante. “Possibilita apenas pagar os custos fixos que um hotel tem, que são muito altos por conta da quantidade de funcionários e dos impostos. Muitos hotéis recorreram a capital de giro, créditos, estão colocando recursos próprios, justamente para não fechar as portas. O ideal é que se tenha ao menos 50% para atingir um ponto de equilíbrio”, explica.

Dos hotéis listados pela FeTur, só dois fecharam junho com taxa de ocupação acima de 50% (54% e 63%). Outros dois estão na faixa entre 40 e 50%. Na casa dos 30%, oito. Já na faixa entre 20% e 30%, são cinco. Por fim, dois hotéis aparecem abaixo dos 20% (12% e 15%).

PRECAUÇÃO

A proprietária do Hotel Fiеста, Liliane Pinheiro, concorda que a situação ainda é delicada. Por lá, a taxa de ocupação de junho ficou na casa dos 30%, mas ela explica que o número não se deve à movimentação turística, mas a um contrato feito para receber funcionários de uma empresa que veio prestar serviços em Salvador. “Nenhum hotel é capaz de se manter sozinho com 30% de ocupação. Uma taxa confortável seria entre 60% e

Hotel Bahia Lodge, no Rio Vermelho, está desativado desde abril de 2020



Hotel Marazul, na Barra, também fechou as portas por conta da crise



70%”, aponta Liliane.

Ela conta que, no ano passado, precisou investir dinheiro próprio no hotel e também demitir 50% dos funcionários para conseguir manter as portas abertas. “Muitos hotéis buscaram financiamento e agora estão tendo que pagar esses empréstimos. Esse não foi o nosso caso, mas tivemos que injetar capital próprio no negócio. Além disso, cortar gastos e demitir funcionários”.

A situação do Grande Hotel da Barra é parecida, mas, por lá, a taxa média de ocupação de junho foi mais con-

fortável: 54,08%. O diretor do hotel, Manolo Garrido, revela que os finais de semana têm apresentado bons resultados. No momento, quem mais está fazendo reservas são os turistas do Sul e Sudeste do país.

Segundo Garrido, o momento ainda não é de comemoração. O proprietário diz que a receita financeira está sendo usada para cobrir as despesas e não possibilita a formação de caixa. O hotel, assim como o Fiesta, também enfrentou dificuldade em 2020. “Tivemos que pegar crédito com um banco no ano passado para o fluxo

de caixa. Ficamos fechados do final de março até agosto porque não tinha como manter um hotel sem hóspedes e demitimos muitos funcionários, deixando poucos para a manutenção”.

O proprietário explica que, ao reabrir, conseguiu readmitir parte dos funcionários e a situação melhorou. “Em março deste ano, tivemos uma segunda onda e voltamos à estaca zero. Agora, as coisas começam a melhorar. Não nos recuperamos ainda, mas a perspectiva é de melhora a cada dia”, finaliza.

*ORIENTAÇÃO DE PERLA RIBEIRO

FOTOS DE ARISSON MARINHO



●● Muitos hotéis recorreram a capital de giro, créditos, estão colocando recursos próprios, justamente para não fechar as portas. O ideal é que se tenha ao menos 50% para atingir um ponto de equilíbrio
Luciano Lopes

Presidente da ABIH-BA

●● Nenhum hotel é capaz de se manter sozinho com apenas 30% de ocupação. Uma taxa confortável seria entre 60% e 70%
Liliane Pinheiro

Proprietária do Hotel Fiesta

Clima de otimismo para os próximos meses na hotelaria

Apesar dos dias difíceis, os índices de ocupação estão apresentando uma melhora, mesmo que discreta, a cada mês. De acordo com o levantamento da Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade do Estado da Bahia (FeTur-BA), em janeiro e fevereiro, as taxas foram mais elevadas por conta da alta estação, representando 50,95% e 39,43%, respectivamente. Em março, a queda foi acentuada e a média ficou em 18,93%, mas, em abril, subiu para 21,39% e, em maio, para 29,29%. A média de junho foi de 31,24%.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA), a gradual retomada impactou também na diária média, que apresentou crescimento em relação ao mês anterior, passando de R\$ 328,13 em maio para R\$ 338,58 em junho. Se excluídas as informações referentes aos hotéis de luxo, tem-se uma diária média em junho de R\$ 238,31.

Para a ABIH-BA, a Fase Verde de retomada das atividades, ativada no último dia 9 em Salvador, deve aumentar o fluxo de turistas e despertar otimismo no setor hoteleiro. De acordo com Luciano Lopes, presidente da Associação, a abertura das praias, bares e restaurantes, além da ampliação do horário de funcionamento do comércio, parques e centros culturais, vão possibilitar o incremento do fluxo de turistas.

“Salvador é um dos destinos mais desejados do país, por isso é necessário que as atrações turísticas estejam disponíveis para completar a rica experiência da visita. A hotelaria está preparada para atender a todos com os protocolos de segurança”, relata Lopes.

Por hóspedes, hotéis realizam promoções

Procurando alternativas para atrair hóspedes durante a pandemia, muitos hotéis têm implementado promoções, parcerias e iniciativas para conquistar público. O Pisa Plaza Hotel, no Stiep, está voltado agora para o público local. Além de estacionamento gratuito, oferece também a opção de Day Use, um pacote em que o valor é pago por pessoa e dá direito a utilização da estrutura do hotel, sem pernoite, por até 20% do valor de uma diária. Também há descontos de até 15% para quem realiza reserva com antecedência.

Já o Quality Hotel, também no Stiep, inaugurou uma sala preparada para eventos híbridos, com estrutura para transmissão ao vivo em redes sociais. O espaço, que pode ser usado por até 10 horas, sai por R\$ 7 mil. A reserva pode ser feita no e-mail events.qs@atlantichotels.com.br ou pelo telefone (71) 3617-3395.

No Gran Hotel Stella Maris, o foco é nas famílias e, com a hospedagem do casal, está sendo ofertada gratuidade para duas crianças de até 10 anos. Se a escolha for por hospedagem com café da manhã e jantar, a diária sai a partir de R\$ 450. “O objetivo é que as famílias paguem um preço mais competitivo, com o maior

número de serviços já inclusos”, afirmou a diretora de vendas e marketing do hotel, Viviane Pessoa. As reservas podem ser feitas no site ou nos telefones (71) 3413-0000 e (71) 3413-0200.

O Hotel Deville Prime Salvador, em Itapuã, também está com promoção voltada para as famílias. O pacote de meia pensão tem diária com 32 horas – check-in às 10h e check-out às 16h – em categoria Luxo Duplo a partir de R\$ 430 + 15% em até 10 vezes no cartão. O pacote inclui hospedagem, café da manhã e jantar, com bebidas à parte. Há cortesia para duas crianças de até 12 anos.

Outra iniciativa é uma parceria com uma agência de cicloturismo. A partir disso, os hóspedes podem alugar bicicletas e quadriciclos na recepção do hotel. O valor das bicicletas é R\$ 25 por hora ou R\$ 50 a diária. Já do quadriciclo, R\$ 50 por hora ou R\$ 30 por meia hora. “É mais um atrativo para nossos hóspedes, já que temos ciclovias próximas ao hotel. É um ótimo passeio”, explica Sueli Fernandes, gerente comercial do hotel.

Informações e reservas devem ser via central de reservas Deville, no 0800-7031866, pelo e-mail reservas.ctr@deville.com.br ou ainda pelo WhatsApp: (41) 3219-4004.

IBGE aponta aumento em serviços turísticos

Após quatro quedas consecutivas, os serviços turísticos na Bahia tiveram os maiores aumentos do país e da série histórica iniciada em 2011, tanto de abril para maio deste ano (52,6%) quanto de maio de 2020 para maio de 2021 (200,3%). Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último dia 13.

A Bahia teve desempenho de abril para maio melhor do que os 12 estados pesquisados, ficando à frente da média do país, que foi de 18,2%. No confronto com o mesmo mês do ano anterior, o estado também teve, em maio, o maior aumento no volume de serviços ligados ao turismo na série histórica, que se iniciou em 2012 para esse indicador (200,3%). O resultado se deu frente à forte queda registrada em maio de 2020 (-72,2%). A Bahia também mostrou o melhor resultado do país, quase o dobro do registrado no Brasil como um todo (102,2%).

Nos primeiros cinco meses de 2021, os serviços ligados ao turismo no estado apresentaram crescimento (4,2%), em um resultado acima do país como um todo (-5,5%). É a primeira vez, em 2021, que a Bahia tem alta nesse indicador acumulado. Porém, no acumulado nos 12 meses, encerrados em maio, os serviços turísticos baianos ainda mostram queda (-27,2%). Todos os estados têm recuo nesse indicador, com o resultado nacional (-29,7%) sendo inferior ao registrado por aqui.

200,3%

Crescimento do setor na Bahia de maio de 2020 para maio de 2021

4,2%

de aumento no estado nos serviços ligados ao turismo no 1º semestre

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM

carolina.cerqueira@redebahia.com.br

Os grandes reservatórios de água do país, nas regiões sul e centro-oeste, estão com níveis muito baixos e, para suprir a escassez, os mananciais baianos de Sobradinho e Lagoa de Itaparica, na bacia do Rio São Francisco, podem ser utilizados. As águas da bacia já atenderam em dezembro de 2020 a demanda das regiões em crise e podem ser novamente requisitadas no final deste ano. O fato preocupa o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHRS), que alerta para prejuízos à população ribeirinha e risco de crise na Bahia no Nordeste.

Os sistemas de abastecimento hidrelétrico são interligados nacionalmente e por isso, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) decidiu flexibilizar as restrições hidráulicas na usina hidrelétrica de Sobradinho, Itaparica e Xingó, entre Alagoas e Sergipe, para garantir capacidade de suprimento da demanda proveniente das regiões em crise hídrica. A resolução, que passou a valer em 15 de junho, prevê a retenção de água até novembro.

Para o presidente do CBHRS, Anivaldo de Miranda, a Bacia do São Francisco não tem capacidade para suprir a demanda das outras regiões em crise e a resolução da ANA é prejudicial. Ele explica que agora, a bacia terá que operar com vazão de 800 m³/s, retendo água para, entre setembro e outubro, praticar vazões de 1.500 e 2.700 m³/s, liberando água para atender à crise do Sudeste, que se destaca na bacia do Rio Paraná. Vale ressaltar que a mínima histórica de vazão era de 1.300 m³/s em Xingó.

“A situação atual dos reservatórios ainda é confortável. Entretanto, como o sistema de geração de energia elétrica no Brasil é interligado, a crise do Sudeste acaba nos atingindo. Estamos tendo que economizar água para atender em setembro e outubro a demanda da bacia do Rio Paraná”, diz.

Para gerar energia é preciso um grande movimento de água e a exigência de baixa vazão significa o oposto: represamento. “A bacia do São

Lagoa de Itaparica, em Xique-Xique, vai suprir estados em crise



Crise hídrica no Sudeste pode afetar a Bahia

Sobradinho e Itaparica devem suprir demanda da bacia do Rio Paraná

Francisco, no sistema interligado, está tendo um papel que vai além da sua capacidade. À medida que a bacia fica sendo usada para resolver os problemas do Sudeste, é claro que haverá prejuízos. Quando, recorrentemente, você tem que usar a bacia do São Francisco, que é uma bacia do semiárido, para atender emergências na região onde mais chove, é porque tem alguma coisa errada”, acrescenta Miranda.

MIGRAÇÃO DE CRISE

O presidente ainda alerta que o suprimento da demanda do

Sudeste pode levar a bacia do São Francisco ao cenário vivido entre 2013 e 2019, quando Sobradinho chegou perto de 1% do volume útil. “Em 2020 tivemos o primeiro ano de alívio depois de quase sete anos de penúria. Mas, parte de todo esse volume que poupamos com muito sacrifício foi usada em dezembro para gerar energia e atender a crise da bacia do Paraná. Os reservatórios que estavam quase em 100% baixaram para 60%”, argumenta.

Eduardo Topázio, diretor de Recursos Hídricos e Monitoramento Ambiental do Ins-

tituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), diz que a Bahia não vive atualmente situação de preocupação quanto ao abastecimento, mas pode enfrentar crise energética caso precise compensar a falta de água para geração de energia em outras regiões. “A nossa força hidráulica não consegue compensar porque grande parte do fornecimento de energia no país vem do Sudeste, que concentra a escassez. Não temos como compensar essa crise do Sudeste”, afirma.

Segundo ele, a medida da ANA assegura o abastecimento local para o final do ano, já que inicia-se, no segundo semestre, o chamado “período seco”, que deve durar até novembro. “A retenção de agora é garantia adicional para o futuro. A proposta é que a gente volte ao cenário anterior, que já vivemos. Não é nada novo, mas vamos retomar como precaução. Vale lembrar que, este ano, estamos começando esse período seco em uma condição melhor do que a do ano passado”, diz.

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), afirmou, em nota, que a situação atual dos principais reservatórios da Bahia é confortável para a época do ano, tanto em relação ao abastecimento humano quanto aos outros usos: agricultura, indústria, serviços e geração de energia elétrica.

Estamos voltando para o cenário de 2013 a 2019; o país está levando a crise de uma região para a outra
Anivaldo de Miranda

Presidente do CBHRS

Com a redução do nível das águas nas bacias do São Francisco, a tarifa de energia tende a subir
Rubens Vaz Junior

Advogado e membro da Comissão de Meio ambiente da OAB/BA

CONSEQUÊNCIAS

Para o advogado especialista em direito ambiental e membro da comissão de meio ambiente da OAB/BA, Rubens Vaz Junior, além do risco de insuficiência de geração de energia, os baixos níveis dos reservatórios afeta diretamente a população ribeirinha. “O primeiro grupo que tem impacto direto é a comunidade ribeirinha, inclusive os índios da aldeia Kiriri, no norte da Bahia, que necessitam daquela água para a subsistência das comunidades locais. No outro giro, o rio São Francisco abastece cerca de 264 cidades somente no Nordeste, isto é, em plena consonância com a regra da oferta e da demanda com a redução do nível das águas nas bacias do São Francisco, a tarifa de energia tende a subir”, pontua.

Segundo o vice-presidente do Comitê da Bacia do São Francisco, Maciel Oliveira, a diminuição da vazão implica consequências para a piscicultura, pesca, turismo e abastecimento de água para consumo humano. “O setor elétrico coloca a geração de energia como prioridade, mas a água também é utilizada para a piscicultura e culturas irrigadas. Além disso, a diminuição da vazão compromete a biota local. O rio não é só um canal de água, é um ecossistema”.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Pouca chuva agravou a crise hídrica na região Sudeste

Devido à seca vivida no Sul do país, pelo baixo volume de chuvas, o Brasil vive, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), a pior crise hídrica em 91 anos. No último dia 29, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fez um reajuste de 52% no valor da bandeira tarifária vermelha 2 - a mais alta. Ela passou de R\$

6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 kWh consumidos. O valor já está valendo em julho e deve continuar até novembro.

O economista Guilherme Dietze, da Fecomércio-BA, explica que o aumento de mais de 50% na bandeira vermelha 2 se deve ao baixo nível nos reservatórios das hidrelétricas brasileiras.

“Como o nível está muito baixo, principalmente no Sudeste e Centro-Oeste do país, força o ligamento das termelétricas, que geram custo mais elevado da produção de energia”, explica Dietze.

Segundo o MME, a quantidade de chuvas afeta a geração de energia no Brasil por que 65% da produção de

eletricidade do parque gerador brasileiro é composta por hidroelétricas.

Para o presidente do Comitê da bacia do Rio São Francisco, Anivaldo de Miranda, a crise é fruto da desorganização do regime de chuvas no território brasileiro. “Isso é fatura da queima das florestas, sobretudo a Amazônica, mais também

do Cerrado e da Caatinga. Isso mexe com o regime de chuvas, assim como a expansão desordenada das fronteiras agrícolas. Para um país que tem alta dependência da energia hidrelétrica, isso é mortal. Nós dependemos das chuvas porque são elas que mantêm o volume dos reservatórios”, explica.

Das Agências

REPORTAGEM
 correio24horas@redebahia.com.br

A atuação do ministro da economia, Paulo Guedes, e de sua equipe atrasou a compra de milhões de vacinas da Pfizer pelo governo federal, segundo revelam emails encaminhados à CPI da Covid. De acordo com os documentos, obtidos pelo jornal Folha de S.Paulo, Guedes e a pasta comandada por ele atuaram para barrar o dispositivo da Medida Provisória (MP) que facilitava a aquisição de imunizantes da Pfizer e Janssen. A ação fez com que a compra fosse postergada em cerca de oito meses desde a primeira oferta.

O dispositivo ao qual Guedes se opunha autorizava a União a assumir eventuais riscos e custos de possíveis efeitos adversos da vacina. A cláusula era uma exigência das farmacêuticas para negociar o imunizante em todos os países. Com a atuação do ministro, a MP que versava sobre a compra dos imunizantes foi publicada em 19 de janeiro sem a autorização para a União assumir riscos e eventuais custos. O contrato com a Pfizer, no entanto, só foi assinado em 19 de março graças a uma lei de iniciativa do Congresso que permitiu repassar o ônus ao poder público.

Os motivos da retirada do dispositivo da MP é alvo de investigação da CPI. De acordo com a Folha, os emails entregues à CPI da Covid no Senado mostram que o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Economia, Miguel Ragone de Mattos, acompanhou as discussões das minutas da MP das vacinas. A comissão, porém, Mattos afirmou que a pasta tratou do assunto na fase de sanção.

A MP entrou na mira da CPI porque um dispositivo que facilitava a compra das vacinas sumiu da versão publicada em janeiro. As farmacêuticas exigiam que a União assumesse riscos em caso de efeitos colaterais. Para isso, uma das minutas continha um artigo que autorizava o governo a constituir garantias ou contratar seguros.

A pedido do vice-presidente da CPI, senador Raulo Rodrigues (Rede-AP), as pastas da Economia, Saúde, Justiça, Casa Civil, Advocacia-Geral da União e Controladoria-Geral da União entregaram documentos sobre a MP das vacinas. Raulo pediu minutas e posicionamentos, além de solicitar "notas técnicas, pareceres, comunicações com outros órgãos" no processo de elaboração da MP.

Em despacho enviado à CPI, Miguel Ragone de Mattos afirmou que "a manifestação do Ministério da Economia relativa à referida medida provisória restringiu-se à fase de sanção do projeto de lei de conversão nº 1, de 2021, no sentido de não haver na matéria tratada competência afeta".



Segundo emails obtidos pela CPI, ação do ministro Paulo Guedes atrasou a compra de vacinas em 8 meses

Atuação do governo atrasou compra de vacina

Ministro tentou barrar dispositivo que facilitava a aquisição do imunizante da Pfizer

REUNIÕES

Em emails entregues pela AGU, porém, Mattos aparece entre os destinatários de duas mensagens sobre os rascunhos da MP. Procurado, o Ministério da Economia reconheceu que participou de "reuniões na fase final de elaboração do texto". A primeira mensagem eletrônica é de 12h22 do dia 23 de dezembro. "Conforme combinado, encaminho anexa minuta da medida provisória discutida na reunião de hoje", escreveu Kamyle Medina Monte Rey, supervisora nas Subchefias de Política Econômica e de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil.

Mais dois servidores da Economia constam como destinatários - Gustavo Lino, analista de Planejamento e Orçamento, e Mario Neves, diretor do Departamento de Programas das Áreas Social e Especial. De acordo com a Economia, não é

incomum que as áreas técnicas da pasta sejam chamadas a essas agendas, mesmo que não esteja definida a competência do órgão para a assinatura das propostas.

Outro email, de 13h36 de 29 de dezembro, também da Subchefia de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil, traz Mattos de novo entre os destinatários. "Conforme reunião realizada agora pela manhã, sob a coordenação da Casa Civil, encaminhamos a versão final da minuta de medida provisória", disse a mensagem sem signatário. A MP foi publicada em janeiro sem acatar a exigência das farmacêuticas. Segundo a Economia, em relação às reuniões citadas, não houve por parte da Secretaria de Orçamento Federal nem do secretário-executivo-adjunto sugestão de inclusão ou exclusão do artigo que facilitava a compra dos imunizantes.

PF pede que STF decida se deputado será investigado

A Polícia Federal (PF) enviou à ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido do ministro da Justiça Anderson Torres para apuração de possível denúncia caluniosa do deputado federal Luis Miranda contra o presidente Jair Bolsonaro. A corporação quer que a vice-presidente do STF, relatora do inquérito aberto contra o chefe do Executivo por suposta prevaricação no caso Covaxin, decida se cabe, ou não, procedimento aberto pedido de Torres aos autos das apurações contra Bolsonaro.

O parlamentar e seu irmão, o chefe de importação do Departamento de Logística do Ministério da Saúde Luis Ricardo Fernandes Miranda, afirmaram em depoimento à CPI da Covid o presidente ignorar alertas a respeito de suspeitas de corrupção no processo de aquisição do imunizante fabricado pelo laboratório Bharat Biotech. As revelações acabaram resultando em inquérito aberto pela PF, por ordem da ministra Rosa Weber.

CPI da Covid se divide em núcleos para acelerar trabalhos

A CPI da Covid decidiu dividir a investigação sobre suposta omissão e corrupção do governo federal na pandemia em subgrupos. Em reunião, os senadores entenderam que os documentos referentes a cada assunto serão apurados por sete núcleos.

A força-tarefa da CPI conta com o reforço das senadoras Simone Tebet (MDB-MS) e Eliziane Gama (Cidadania-MA), que não são titulares da Comissão, mas têm sido atuantes, comparecendo aos depoimentos e acompanhando as investigações. A ideia é que os núcleos ajudem a estruturar um material consistente, baseado nos documentos recebidos, para auxiliar na produção do relatório final, do relator Renan Calheiros (MDB-AL).

A compra da vacina indiana Covaxin vai ser apurada por um dos grupos. Outro núcleo vai investigar a atuação de intermediários na compra de vacinas contra a covid-19.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 20/07/2021	Coluna: Economia



MINISTÉRIO DA SAÚDE PAGOU R\$ 77,5 MILHÕES A MAIS EM COMPRA DE MÁSCARAS PARA O COMBATE À PANDEMIA



20 Julho, 2021

O Ministério da Saúde pagou 29% a mais na compra de máscaras do tipo KN95. Os itens de proteção foram distribuídos a profissionais que atuam na linha de frente de enfrentamento da Covid-19. De acordo com o Uol, foram adquiridas 40 milhões de máscaras em abril do ano passado, ao custo de US\$ 66 milhões. Se o governo brasileiro tivesse pago o valor mais baixo, a compra ficaria em US\$ 51,2 milhões, uma diferença de US\$ 14,8 milhões (R\$ 77,5 milhões na cotação da época).

Uma empresa privada que adquiriu 200 mil máscaras KN95 na mesma época, do mesmo importador e do mesmo fornecedor por US\$ 1,28 cada, ou R\$ 6,71. Já o governo brasileiro, pagou US\$ 1,65 por máscara, ou R\$ 8,65, pela cotação no momento da compra. O contrato de compra com o Governo Federal foi assinado com a 356 Distribuidora, Importadora e Exportadora, representante no Brasil da empresa de Hong Kong Global Base Development HK Limited.

Ainda segundo o Uol, a compra faz parte do maior contrato de insumos hospitalares assinado no Brasil para o combate à pandemia e incluiu também máscaras mais simples. O portal entrou em contato com o dono da 356 Distribuidora, Freddy Rabbat, e questionou por que ele não ofereceu o mesmo preço ao governo brasileiro, mas o empresário preferiu não comentar. O Ministério da Saúde também não se pronunciou.

Os advogados de Rabbat, Eduardo Diamantino e Fábio Tofic, alegaram que o preço aplicado ao Ministério da Saúde, que no entendimento deles “está abaixo da média de mercado na época da aquisição, momento em que havia um crescimento sem precedentes da demanda mundial pelo produto e o Brasil corria o risco de não conseguir insumos para enfrentar a pandemia de Covid-19”.



Anunciadas novas convocações de aprovados em concurso público para a Polícia Civil e de professores e coordenadores pedagógicos do Concurso público da Educação

20 julho 2021

O Governo do Estado publica, nesta quarta-feira (21), a convocação de 117 candidatos aprovados no concurso para a rede estadual de ensino, conforme anunciou o governador Rui Costa, nesta terça-feira (20), no Papo Correria. Deste quantitativo, 95 são para professor e 22 para coordenador pedagógico. Com estas convocações de final de lista, o Estado ultrapassa o número de 3.759 vagas ofertadas, no certame lançado em 2017, sob organização da Fundação Carlos Chagas (FCC).

A lista dos convocados estará disponível no Portal da Educação (www.educacao.ba.gov.br) e também no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.ba.gov.br).

“Estamos chamando aqueles que pediram a convocação do final da lista e aqueles residuais. Com isso, nós vamos encerrar e zerar esse concurso. Além disso, eu autorizei, para os professores que solicitaram a elevação da carga horária, passando de 20 para 40 horas, dentro do regramento e da lei existente”, declarou Rui.

A superintendente de Recursos Humanos da Secretaria da Educação do Estado, Rosário Muricy, falou sobre a importância destas novas convocações. “Acima de tudo, estas nomeações representam o compromisso do Governo do Estado com a carreira do magistério público estadual. Com estas novas convocações,



teremos novos professores e coordenadores pedagógicos efetivos na rede estadual de ensino, que qualificam ainda mais a educação pública na rede estadual de ensino, tendo estabilidade no emprego e a possibilidade de progredir na carreira”, afirmou.

Os convocados devem realizar o envio dos documentos listados no edital, totalmente digitalizados, para o e-mail ingressocpm.sec@nova.educacao.ba.gov.br. O prazo para recebimento dos itens é de 22 de julho a 04 de agosto. O edital ainda exige a apresentação presencial do candidato, durante o mesmo prazo informado, portando original e cópia de toda a documentação, quando receberá ofício de encaminhamento para realização da avaliação pré-admissional na Junta Médica Oficial do Estado da Bahia.

Os candidatos que residem na capital devem se apresentar no Núcleo Territorial de Educação (NTE) de Salvador, com sede na Secretaria da Educação do Estado, localizada na 5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia (CAB), nº 550, primeiro andar, sala 138. Já os residentes no interior devem se dirigir às sedes dos NTE's de sua região. Os endereços estão disponíveis em www.educacao.ba.gov.br. O candidato que não atender aos critérios do edital perderá o direito a nomeação.

Transporte escolar

Rui também afirmou que irá reforçar o transporte escolar em toda a Bahia. “Já entregamos ônibus nos últimos dias e, ainda esta semana, iremos entregar cerca de cem ônibus novos. Também já demandei à Secretaria de Educação a aquisição de 400 ônibus para doar aos municípios. Além disso, até o dia 30 de julho, iremos depositar o valor integral do transporte escolar para os municípios. Mesmo com as aulas começando no dia 26 de julho, iremos fazer o depósito do valor que seria pago pelo ano inteiro”.

Segurança

Ainda durante o Papo Correria, Rui anunciou que a convocação de 51 candidatos aprovados em concurso público para a Polícia Civil baiana será publicada também nesta quarta-feira. O grupo deve se apresentar para a entrega da documentação e dos exames pré-admissionais, como exigência para ingresso na função de investigador de polícia. Ao todo, serão duas publicações – ambas disponíveis para consulta no Diário Oficial do Estado (DOE) e no Portal

do Servidor (www.portaldoservidor.ba.gov.br) – com orientações sobre data, hora e local da apresentação, além da lista dos itens exigidos em edital.



Para a delegada-geral Heloísa Campos de Brito, a convocação é mais uma conquista da sociedade, que terá mais policiais servindo na sua proteção. “Também é uma conquista de todos que se esforçaram para integrar esta instituição. Desejo boas vindas aos nomeados”, afirmou.

A última convocação para a corporação ocorreu em abril de 2021. No último ano, a área de segurança pública passou a contar com 237 novos profissionais, entre delegados, investigadores e escrivães.

Repórter: Tácio Santos



Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 21/07/2021	Caderno: Economia



Preço médio do gás de cozinha bate os R\$ 100 na Região Norte após reajustes

Alterações consecutivas feitas pela Petrobrás nos valores das refinarias, alíquotas de ICMS elevadas e custo de transporte explicam alta do preço do produto

Fernanda Nunes, O Estado de S.Paulo

21 de julho de 2021 | 05h00

RIO - O preço médio do gás de cozinha bateu a marca de R\$ 100 na **Região Norte** do **País**. Um botijão de 13 kg de **gás liquefeito de petróleo (GLP)**, usado para cozinhar, custa R\$ 20 mais para a população nortista do que para os demais brasileiros, segundo a **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**.

Os recorrentes reajustes promovidos pela **Petrobrás** em suas refinarias, onde o gás é produzido, empurraram os preços para cima em todo o **Brasil**. No Norte, no entanto, as alíquotas de **ICMS** mais elevadas pesaram ainda mais, além do custo para transportar o produto por até 3 mil km, em balsas.

[LEIA TAMBÉM](#)



Gás de cozinha já custa R\$ 130 no Centro-Oeste e tendência é de alta



Para Bolsonaro, o ICMS é o maior responsável pela alta do preço do botijão de gás. Foto: Márcio Fernandes/Estadão

“A dispersão geográfica também dá mais poder de mercado às distribuidoras e revendedores. O território é imenso e o número de fornecedores, pequeno. Isso interfere na competição e na oportunidade dos consumidores de buscar o menor preço”, diz **Luciano Losekann, especialista em [petróleo](#) e gás e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).**

Presidente do **Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**, **Sérgio Bandeira de Mello** atribui os preços altos do Norte aos custos logísticos. Ele argumenta que, por causa da baixa densidade demográfica e distâncias, os gastos de transporte são mais elevados.

O preço do gás de cozinha é formado por quatro componentes – o valor do produto nas unidades da Petrobrás, tributos e margens de distribuição e de revenda. As

distribuidoras fazem a ponte entre refinarias e unidades de processamento da estatal e rede varejista, que vende o produto ao consumidor final. Nos grandes centros urbanos há ainda a figura do atacadista, que compra uma quantidade relevante de gás para entregar aos revendedores da sua área de atuação.

Petrobrás

Neste ano, a Petrobrás está puxando a alta, o que acaba gerando um aumento também dos impostos, calculados sobre o valor do produto nas refinarias. Desde janeiro, a estatal reajustou em 38% o produto. Para compensar, a margem de lucro das distribuidoras e dos revendedores está caindo, segundo a ANP. Ainda assim, permanecem elevadas nos Estados do Norte. Em Roraima e no Acre, chegam a ser mais de três vezes superior à média do Brasil.

Uma das explicações é o acúmulo de papéis desempenhado pelas distribuidoras. Elas fazem o trabalho dos atacadistas e entregam diretamente o produto aos clientes finais, com menores custos e maiores margens. “É natural que os preços aos consumidores e as margens integradas (da distribuição e revenda) sejam mais elevados, devido ao gigantismo da região. Essa é uma operação muito engenhosa, que, no fim das contas, não aumenta o preço para o consumidor”, diz Bandeira de Mello.

Na Região Norte, as alíquotas de ICMS também estão nos patamares mais elevados do País, de 17% e 18%, com exceção do **Amapá** e **Roraima**, onde o percentual é de 12%. No **Rio de Janeiro**, por exemplo, é de 12%, e, em **São Paulo**, de 14%.

Para o presidente **Jair Bolsonaro**, o ICMS é o principal responsável pelos preços elevados do gás de cozinha. “Está um abuso”, disse ele, em conversa com apoiadores, em frente ao Palácio do Planalto, no fim do mês passado.

No último dia 15, o presidente sancionou a lei que aumenta a tributação sobre bancos e reduz os incentivos ao setor petroquímico para cobrir subsídios do gás de cozinha e do óleo diesel. Num primeiro momento, essa medida servirá apenas para cobrir a isenção de **PIS/Cofins** do início do ano. Não há, até agora, nenhuma perspectiva de o governo conceder novo subsídio ao GLP.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 21/07/2021	Caderno: Economia



Tributação sobre dividendos: o que queremos e para onde vamos?

Eduardo Muniz M. Cavalcanti*

21 de julho de 2021 | 07h30

Eduardo Muniz M. Cavalcanti. FOTO: DIVULGAÇÃO

Na última terça-feira (13), o relator do PL nº 2.337/2021, que modifica a tributação sobre a renda de pessoas físicas, jurídicas e investimentos, apresentou aos líderes partidários, em reunião oficial da presidência da Câmara dos Deputados, o parecer preliminar da referida proposta. A versão ofertada pelo parlamentar modifica o texto base encaminhado pelo Governo Federal, embora mantida a retomada da tributação dos dividendos na fonte, à alíquota de 20% (vinte por cento).

A proposta de tributação sobre dividendos é usualmente justificada a partir da comparação entre o número de países que isentam ou não tais valores. Uma reflexão acurada acerca do tema, porém, não prescinde de exame do contexto histórico que justificou a opção legislativa de não tributá-los no sistema brasileiro, da compreensão acerca da carga tributária incidente sobre os rendimentos das pessoas jurídicas nos países em que o imposto de renda incide sobre dividendos e dos efeitos econômicos dessa tributação.

Segundo estudo realizado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados^[1], a sistemática de cobrança do imposto de renda sobre lucros e dividendos no Brasil pode ser dividida em três períodos: “(a) o período em que havia incidência tributária sobre a distribuição de lucros e dividendos e o imposto de renda da pessoa física (IRPF) era cobrado por meio de cédulas (de 1923 a 1988); (b) um período de transição, em que a

legislação sobre o tema mostrou-se errática (de 1989 a 1995); c) e o período atual, em que se estabeleceu a completa desoneração fiscal da distribuição de lucros e dividendos (de 1996 em diante)”.

A partir do histórico de tributação dos dividendos – a qual, conforme salientado em estudo da Receita Federal realizado pelo Auditor Fiscal Cristóvão Barcelos da Nóbrega[2], já havia previsão inclusive antes de o imposto de renda ser oficialmente instituído no Brasil em 1922 –, merece especial atenção o momento de transição para o atual sistema de isenção, a fim de se examinar se os motivos almejados pelo legislador induzem a parâmetros para aferição de uma possível quebra da **neutralidade tributária** na reforma que ora se pretende aprovar.

A respeito do aludido movimento de transição, destaca-se, inicialmente, que, conforme delineado no referido estudo, em 1988 – último ano do período cedular –, a alíquota de imposto de renda retido na fonte em relação aos lucros e dividendos distribuídos por companhias abertas era de 23%, e quanto aos distribuídos pelas demais pessoas jurídicas, ressalvadas as sociedades civis de profissão legalmente regulamentada, era de 25%, sem prejuízo da cobrança do imposto de renda da pessoa jurídica à alíquota de 35% e do adicional de 10%. Havia, naquele momento, exacerbada oneração de pessoas jurídicas, na medida em que a incidência composta do IRPJ e do IRRF poderia chegar a 70% do lucro distribuído.

O cenário internacional, porém, caminhava em sentido oposto. Nos Estados Unidos da América, o *Tax Reform Act (Public Law 99-514)* reduziu a maior alíquota da tabela do imposto de renda de pessoas físicas de 50% para 28%; e a alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas foi reduzida de 50% para 35%. Mesmo sob o paradigma da equidade, a carga tributária do sistema brasileiro já prejudicava sobremaneira o sustento das empresas e a atração ao investimento, o que carecia de mudança diante do novo paradigma internacional.

Foi sob essa perspectiva que se erigiu o sistema consolidado na Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que previu, dentre outras alterações, a criação do Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL), incidente sobre 8% do lucro líquido comercial ajustado por

algumas adições, exclusões e compensações de prejuízos. Quando distribuído, o lucro ou dividendo não estaria, naquela sistemática, sujeito a tributação.

A exposição de motivos do referido diploma explicitou que tinha “por objetivo promover uma forma de integração da tributação da pessoa jurídica com a pessoa física” e salientou o excesso da carga fiscal sobre o acionista que recebe dividendos, bem como as distorções por ela causadas: “uma delas é a preferência das empresas pelo uso de capitais de terceiros, via empréstimos, dado que os juros são reduzidos na apuração o negativo é o que leva as empresas, principalmente as de capital fechado, a evitarem a distribuição formal de lucros, fazendo-o, contudo, por outros meios não convencionais, com prejuízos para o Erário em termos de imposto. Finalmente, a tributação do lucro disponível da empresa, independentemente da sua distribuição, possibilita decisões de gestão onde o imposto se torna fator neutro, dando liberdade à empresa para que incorpore ou distribua os lucros a critério exclusivamente administrativo. ”

Em 1991, antes mesmo de o Supremo Tribunal Federal declarar inconstitucional a cobrança de ILL em relação aos acionistas de sociedades anônimas (RE nº 172.058, julgado em 30.06.1995), evoluiu a legislação no sentido de manter tal tributação, a partir de 1993, apenas em relação aos residentes no exterior (art. 77 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991). A Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, por sua vez, passou a prever que apenas os rendimentos pagos a sócios ou ao titular de empresa individual que ultrapassassem o valor do lucro presumido, deduzido do IRPJ, seriam tributados na fonte e na declaração anual dos referidos beneficiários (art. 20).

Por outro lado, a Lei nº 8.849, de 28 de janeiro de 1994, tornou a tributar os dividendos na fonte, à alíquota de 15% (art. 2º), o que, consoante a Lei nº 9.064, de 20 de junho de 1995, somente se aplicou às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real. Tal disposição mais retrata a turbulência econômica do período, que conduziu a uma legislação tributária reputada de forma escurra pelo aludido estudo como errática, pois marcada por pressões inflacionárias, pela imposição de pacotes econômicos e pelos imensos contenciosos tributários.

De todo modo, desse contexto já se evidencia, a uma, que a alíquota então vigente era inferior àquela que ora se propõe no PL nº 2.337/2021; a duas, que, mesmo no referido contexto, não se buscou onerar empresas no regime do lucro presumido; e, a três, que já se vivenciava uma mudança de paradigmas, ao se seguir admitindo, no regime do lucro presumido, a tributação sobre os dividendos tão somente quando os rendimentos efetivamente pagos a sócios ou ao titular de empresa individual ultrapassasse o valor do lucro presumido deduzido do imposto sobre a renda correspondente.

Enfim, adveio a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que estabeleceu a isenção na distribuição de lucros e dividendos, hodiernamente vigente. Da exposição de motivos do referido diploma legal, igualmente, verifica-se que o objetivo da isenção foi estabelecer “a completa integração entre a pessoa física e a pessoa jurídica, tributando-se esses rendimentos exclusivamente na empresa e isentando-se quando do recebimento pelos beneficiários”, em procedimento que, “além de simplificar os controles e inibir a evasão, (...) estimula, em razão da equiparação de tratamento e das alíquotas aplicáveis, o investimento nas atividades produtivas”.

Observa-se que o parâmetro utilizado pelo legislador para estabelecer a isenção de imposto de renda sobre dividendos foi a carga tributária incidente sobre a pessoa jurídica como um todo, definindo de forma objetiva o padrão de neutralidade esperado para ulteriores propostas que alterassem a sistemática de tributação. Tal percepção considera o impacto de eventual tributação adicional sobre dividendos sobre a pessoa jurídica, considerando não apenas a alíquota de IRPJ e CSLL, com alíquota efetiva total de aproximadamente 34%, mas também os demais tributos que oneram os setores produtivos do país. Essa percepção decorreu precisamente do descompasso do sistema tributário brasileiro em relação ao cenário internacional, o que decerto desfavorecia a nação no que toca à competição pela atração de investimentos.

Nesse particular aspecto, é oportuno mencionar que, desde a década de 1970, tem-se discutido no âmbito das ciências econômicas os potenciais efeitos prejudiciais da tributação sobre dividendos em relação aos investimentos. A corrente tradicional sustenta que a tributação dos dividendos distorce a decisão dos agentes, na medida em que reduz o capital social disponível para a empresa e desencoraja o investimento (por

todos, Feldstein, 1970[3] e Poterba e Summers, 1985[4]). Em contraponto, surgiu, ainda que sob ceticismo de parte da comunidade científica, uma nova corrente, segundo a qual a tributação de dividendos não influenciaria o custo marginal de capital e consequentemente não teria impacto nas decisões de investidores, na medida em que o tributo já estaria capitalizado no valor de mercado dos ativos corporativos, de modo que eventual redução resultaria em ganhos inesperados para os acionistas (por todos, Auerbach, 1979[5] e Bradford, 1981[6]). De outro lado, outra corrente passou a sustentar, com base na “teoria da agência”, que a elevação da tributação sobre dividendos tende a ocasionar decisões internas ineficientes no que concerne à alocação de capital pelos gestores, por imobilizar o capital da empresa, o que implica a intensificação da divergência de interesses entre os administradores e os acionistas (nesse sentido, Kanniainen, 1999[7]; Gordon e Dietz 2006[8]; Chetty e Saez, 2010[9]). No plano empírico, recentes pesquisas corroboram a corrente tradicional, sustentando que a tributação de dividendos impacta negativamente a atração de investimentos e o crescimento econômico. A esse respeito, estudo de Margareta Dackehag e Åsa Hansson[10], examinando dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do *Government Finance Statistics Yearbook*, do Fundo Monetário Internacional (FMI) referentes a 18 países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido) de 1990 a 2008, concluiu que aumentos na tributação de dividendos surtem efeitos prejudiciais ao crescimento econômico e sugeriu que ajustes em sentido contrário tendem a estimulá-lo.

A medida, conforme sublinhado no mesmo estudo, corrobora resultados obtidos por Lee e Gordon[11] em estudo que estimou o impacto da tributação da renda de pessoas físicas e jurídicas e do imposto sobre valor agregado no crescimento do PIB *per capita* de 70 países durante o período de 1970 a 1997, os quais demonstraram substancial correlação negativa entre as alíquotas de imposto de renda sobre pessoas jurídicas e o crescimento econômico, especialmente em países em desenvolvimento. Tais evidências inclusive incentivaram a redução da tributação sobre pessoas jurídicas em países OCDE, a qual, em 1990, apresentava média de 41% e, em 2014, já havia sido reduzida para 25,3%.

O PL nº 2.337/2021, todavia, além de caminhar em desarmonia com o conjunto de evidências científicas supracitadas, que recomendariam a manutenção da isenção da tributação sobre dividendos, encontra-se em descompasso com os parâmetros mínimos de neutralidade esperados após a evolução histórica do instituto no Direito brasileiro. Com efeito, sobreleva destacar, nesse aspecto, apesar da redução da carga tributária incidente sobre as pessoas jurídicas a fim de justificar a incidência do imposto de renda sobre os dividendos em alíquota de 20%, a proposta representa um desequilíbrio na “integração da tributação da pessoa jurídica com a pessoa física” outrora erigida.

Em verdade, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação[12], as inovações trazidas podem ocasionar, em 2022, um aumento de 71,5% (de R\$ 87,4 mil para R\$ 149,9 mil sobre cada R\$ 1 milhão faturados) na carga tributária sobre empresas no regime do lucro real, de 134,84% (de R\$ 24,8 mil para R\$ 58,2 mil sobre cada R\$ 1 milhão faturados) sobre empresas da indústria e comércio no regime do lucro presumido, e de 51,6% (de R\$ 102,8 mil para R\$ 155,8 mil para cada R\$ 1 milhão faturado) sobre prestadores de serviço no regime do lucro presumido.

Particularmente em relação ao setor terciário, que representa 73% do PIB brasileiro[13], a oneração não se dá somente na sistemática da tributação sobre a renda, mas no contexto legiferante que se avista, também com a proposição do Governo Federal do Projeto de Lei nº 3.887/2020, que integra a reforma tributária pelo Executivo, com previsão, em seu art. 7º, de uma alíquota geral de 12% (doze por cento), em substituição aos atuais 0,65% de PIS e 3,0% de COFINS no regime cumulativo.

Evidencia, portanto, a quebra da neutralidade fiscal o fato de a alíquota efetiva média de tributação de pessoas jurídicas em países membros da OCDE ser de aproximadamente 23%[14], ao passo que, mesmo com a projeção da reforma tributária para 2023, o IRPJ e a CSLL alcançariam 29%, mantendo o sistema tributário nacional acima da referida média, ainda que desconsiderado o incremento da tributação sobre os dividendos.

Para a correção de tal distorção, decerto, o cenário ideal haveria de considerar os estudos realizados acerca do tema na atualidade para manter a isenção da tributação sobre dividendos e corrigir a regressividade do sistema tributário brasileiro através de uma reforma geral, construída de modo a considerar o sistema tributário como um

todo. A tributação sobre o consumo – bens e serviços, se considerada apenas no âmbito federal – ocupa 13,42% da carga tributária do país[15], já superando a média da OCDE (10,3%[16]) – enquanto, de modo global, a tributação sobre o consumo atinge impressionantes 70% da carga tributária do país.

Ainda que não se trilhe por tal caminho, porém, a instituição de alíquotas progressivas na taxação sobre os dividendos, parametrizadas a partir de fatores formais de investimentos, seja por meio da geração de emprego e renda, de capital produtivo e não especulativo, na correlata proporção de neutralidade da tributação da pessoa jurídica, já atenuaria o risco e as imperfeições no sistema que se pretende construir, notadamente se considerado o novo redesenho da política tributária nacional, afastando a indevida oneração do setor produtivo presente na atual proposta, já extremamente castigado pela crise econômica resultante da pandemia.

***Eduardo Muniz M. Cavalcanti, mestre em Direito Público pela UFPE.**

Procurador do DF. Advogado, sócio-fundador da Bento Muniz Advocacia



Imposto sobre grandes fortunas: os desafios por ele trazidos

O Imposto sobre Grandes Fortunas ou IGF, é um tributo previsto no art. 153, inciso VII da Constituição Federal de 1988. Trata-se de imposto de competência exclusiva da União, cuja regulamentação ou implementação jamais foi realizada. Em que pese a previsão do imposto no país já ser antiga, o debate que o envolve ganhou novo fôlego no ano de 2020, com os gastos exacerbados que o aparelho estatal teve com a pandemia de Covid-19. Visto por muitos como a mão salvadora, no cenário global o Imposto sobre Grandes Fortunas perde cada vez mais espaço.

Atualmente tramitam no Congresso Nacional vários projetos de Lei acerca do IGF. Os diversos projetos apresentam em comum o embasamento de seus relatores: a ideia de que o Brasil sendo um dos países mais desiguais do mundo pode encontrar na taxaço de grandes fortunas uma forma de correição de injustiças sociais, acoplada com uma nova ferramenta de arrecadação tributária. Contudo, apesar do prospecto nobre, a solução para os problemas elencados não se encontra na cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas.

Segundo dados coletados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ODCE) e analisados pelo Observatório de política fiscal^[1] mantido pela Fundação Getúlio Vargas, dos 37 países que integram a ODCE 12 já instituíram a cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas, quais sejam: Áustria, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suécia e Suíça. Todavia, no ano de 2020, apenas 3 mantiveram o tributo: Espanha, Noruega e Suíça. Os motivos que levam a desistência da manutenção do IGF são os mais diversos e merecem ser analisados com maior profundidade.

De antemão, a experiência global demonstra como a taxaço sobre fortunas representa parcela ínfima das receitas tributárias nacionais. Apesar de ainda manter o tributo, as receitas dele provenientes representaram 0,2% do PIB da Espanha no ano de 2016[2], em relação a receitas de impostos individuais sobre patrimônio líquido. No mesmo ano, o imposto análogo ao IGF na França representou menos de 0,5% da arrecadação tributária total do país[3].

Ademais, a observação pela ODCE[4] da receita do IGF ao longo de 37 anos (1980-2017) em países como a Áustria, Noruega e Suécia demonstrou que, mesmo com o aumento da riqueza nacional, a arrecadação gerada pela taxaço de fortunas decaiu consistentemente. Tais resultados são atribuídos, sobretudo, a evasão fiscal e declarações patrimoniais fraudulentas, através da sub-valoração de bens.

A crescente mobilidade dos patrimônios líquidos, juntamente com o uso de paraísos fiscais, combinado com o desenvolvimento da tecnologia da informação e a eliminação de barreiras para transferência de capitais entre países, permite aos contribuintes a manipulação de seus recursos financeiros. Escancara-se assim, outro grave problema: a fuga de capitais. Com um cenário político instável e políticas cambiais variáveis, o Brasil desde já não apresenta característica desejáveis para investimentos ou para a manutenção de aplicações nacionais. E o aumento da carga tributária sobre o patrimônio de possíveis investidores não otimiza a conjuntura já existente.

Ainda da experiência empírica dos países europeus, é possível extrair uma dificuldade valorativa das “fortunas”, com conseqüente erosão da base de cálculo do tributo. Igualmente penosa a identificação dos contribuintes do IGF: os patrimônios considerados seriam apenas de pessoas físicas, ou pessoas jurídicas seriam igualmente taxadas? Os bens levados em consideração devem concentrar-se em um único país, ou podem ser analisados extra territorialmente? Possui a Administração Pública um sistema funcional a fim de evitar evasões fiscais?

Ademais, no sistema normativo pátrio a base de cálculo do IFG encontra novas provações. Conforme se extrai do *caput* do art. 5º do já citado PLP 09/2019[5] de relatoria do Deputado Danilo Cabral, a base de cálculo do Imposto sobre Grandes Fortunas seria: “O valor do conjunto dos bens e direitos que compõem a grande

fortuna, diminuído das obrigações pecuniárias do contribuinte, constantes de sua declaração anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e comprovadas documentalmente”. Desviando-se do enfoque de qual critério seria utilizado para configurar uma “grande” fortuna, destaco que a renda já é utilizada como base de cálculo de outro por um velho conhecido dos brasileiros: o Imposto de Renda. Também de competência Federal, o IR igualmente incide, dentre outros, sobre bens e direitos, além dos rendimentos que destes advêm. Logo, notória a ocorrência do fenômeno *bis in idem*, no qual o mesmo ente federativo (União) tributa duas vezes o mesmo fato gerador, neste caso o patrimônio.

Muito além base de cálculo, e da ocorrência do *bis in idem*, a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas também acarretaria o fenômeno da “Bitributação”, cuja ocorrência é marcada pela tributação por dois ou mais entes federativos sobre o mesmo fato gerador. Isso porque, conforme ensina o jurista Ives Gandra Martins[6], o IGF incide sobre os bens e direitos que já passaram por todas as tributações anteriores. Para fins exemplificativos, observa-se pessoa física que fez fortuna através de atividade empresarial: para a manutenção e abertura de sua empresa o contribuinte pagou o Imposto sobre Serviço e Imposto Predial Urbano (IPTU) para o ente municipal, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os estados, e ainda a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e o já abordado IR para a União.

Não obstante o exposto consigna-se que a compreensão dos argumentos favoráveis a regulamentação e conseqüente instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas é plenamente possível, mas inviável. Além dos desafios já enfrentados por outros países, tais como a evasão fiscal, fuga de capitais e inúmeras dificuldades de acompanhamento por parte da Administração Pública, os moldes apresentados até então em Projetos de Lei que visam regulamentar o IGF são incompatíveis com o ordenamento tributário brasileiro. Nota-se, portanto, que mesmo representando uma solução fácil para a problemática desigualdade no país e fonte de receita tributária para cobertura de gastos exorbitantes na pandemia que ainda assola o mundo, a análise aprofundada do tema permite concluir que não há solução fácil.

***Flávia Sant’anna Benites, sócia do escritório Ernesto Borges Advogados, atua no âmbito contencioso e consultivo, abrangendo a elaboração de**

opiniões legais e pareceres, análises estratégicas (Regimes Especiais, Termo de Acordo), panoramas dos ativos e passivos tributários, restituição de indébito tributário, defesas nas autuações fiscais e demais questões tributárias. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito “Instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente – Estado de São Paulo”. Especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Pós-graduada em Direito Público pela Escola de Direito do Ministério Público

FOLHAJUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/PODER/FOLHAJUS](https://www1.folha.uol.com.br/PODER/FOLHAJUS))

Aliados do governo tentam beneficiar bases eleitorais em reforma administrativa

Se acatadas pelo relator, mudanças podem reduzir impacto fiscal esperado por Guedes

20.jul.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/07/21/>)

William Castanho (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/william-castanho.shtml>)

Danielle Brant (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/danielle-brant.shtml>)

BRASÍLIA Aliados do governo (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/pressao-de-base-bolsonarista-e-servidores-empurra-reforma-administrativa-para-2023.shtml>) apresentaram sugestões de mudanças na reforma administrativa que diluem os efeitos da PEC (Proposta de emenda à Constituição) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/emenda-que-inclui-juizes-e-promotores-na-reforma-administrativa-consegue-apoio-para-ser-formalizada.shtml>) apresentada ao Congresso ao preservar bases eleitorais e ampliar benefícios.

Deputados da base do presidente Jair Bolsonaro (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/jair-bolsonaro/>) (sem partido) saíram em defesa, nas emendas propostas ao texto original do time do ministro Paulo Guedes (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/equipe-de-guedes-teme-impacto-nas-reformas-de-denuncias-de-corrupcao-em-compra-de-vacinas.shtml>) (Economia), de militares e forças de segurança.

A PEC, em debate em comissão especial para análise do mérito da reforma, recebeu 62 emendas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/emenda-que-inclui-juizes-e-promotores-na-reforma-administrativa-consegue-apoio-para-ser-formalizada.shtml>). Do total, 17 não receberam o apoio mínimo —171 assinaturas dos 513 deputados— para serem consideradas no relatório.

Das 45 emendas aceitas, seis, por exemplo, tratam de agentes de segurança, no intuito de favorecer as corporações.



Ministro Paulo Guedes (Economia, esq.) ao lado do presidente Jair Bolsonaro - Folhapress

Há ainda sete emendas de base e oposição que alteram o vínculo de experiência como etapa do concurso. Pelas regras hoje em vigor, a estabilidade vale para servidores após três anos de estágio probatório, mas dificilmente há desligamentos durante esse período.

A diferença entre o estágio probatório e o vínculo de experiência é que, segundo o governo, apenas os servidores mais bem avaliados serão efetivados no novo modelo do funcionalismo.

Deputados querem ainda em oito emendas definir já quais serão as carreiras típicas de Estado, justamente aquelas que terão estabilidade. Pela PEC, a discussão se daria em projeto de lei complementar.

Se acatadas pelo relator do texto, deputado Arthur Maia (DEM-BA), as mudanças podem reduzir o impacto fiscal esperado pelo governo. A PEC busca enxugar a máquina pública (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/maquina-federal-tem-enxugamento-inedito-de-servidores.shtml>).

Algumas das propostas apresentadas por aliados do presidente se dedicam exclusivamente a proteger ou mesmo criar benefícios a agentes de segurança, categorias que estão entre as principais bases eleitorais do bolsonarismo.

O deputado Nicoletti (PSL-RR), por exemplo, insere a atividade policial (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/06/delegados-de-policia-civil-vaio-fazer-carreata-contr-a-reforma-administrativa-na-quarta-feira.shtml>), com direitos e obrigações, na Constituição. Um dos dispositivos da emenda trata das polícias legislativa, federal, civil e penal federal, estadual e distrital.

Segundo o texto, aos agentes serão aplicados requisitos de idade, tempo de contribuição e tempo de exercício em cargo de natureza policial e regras de cálculo e reajuste de pensões da Previdência das Forças Armadas.

Na justificativa, o deputado defende que a reforma administrativa (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/municipios-estados-e-uniao-terao-1-milhao-de-cargos-para-livre-nomeacao-na-reforma-administrativa.shtml>) é o "momento oportuno" para que os ajustes nessas carreiras sejam realizados de forma que o Judiciário não seja obrigado constantemente a "interpretar a adequação ou não do que figura no capítulo dos servidores públicos" em relação aos agentes de segurança pública.

Ele também diz que tratar do tema evitaria que o Legislativo tenha de "fazer ajustes e contorcionismos redacionais para estabelecer um regime específico que atenda às características peculiares dos policiais".

A emenda foi a campeã em apoio de deputados. A proposta de Nicoletti recebeu 208 assinaturas válidas.

Em alguns casos, a tentativa é dar caráter de força policial às guardas municipais. A ideia aparece em emendas apresentadas pelo deputado Capitão Wagner (Pros-CE) e Lincoln Portela (PL-MG).

Ambos os deputados inserem esses agentes como órgão das forças de segurança pública previsto no texto constitucional. Trata-se de mudança no artigo 144.

Wagner, na emenda, argumenta que a razão de abordar o tema na PEC está alinhada "à celeridade que se pretende conferir à reforma administrativa (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/06/presidente-de-associacao-de-juizes-rebate-deputado-e-diz-que-categoria-nao-entra-na-reforma-administrativa.shtml>)".

Um dos argumentos é a previsão diferenciada para a investidura em cargos típicos de Estado "e, por enquanto, decerto", escreve na justificativa, "temos que estarão minimamente incluídos os de natureza policial".

Já Portela diz que aos guardas municipais se aplica o dispositivo constitucional que prevê a fixação, por lei complementar de ente federativo, de idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria.

Segundo ele, a reforma "é oportunidade para corrigir uma grande injustiça" com os mais de 120 mil guardas municipais do país.

"Neste contexto, demonstra-se extremamente importante reconhecer que, se as atividades exercidas pelos servidores públicos integrantes de carreiras típicas de Estado fossem realizadas por agentes privados, haveria o desvirtuamento das próprias atividades, que deixariam de atender às finalidades públicas visadas", afirma na justificativa.

A tentativa de inserir na PEC quais serão carreiras típicas de Estado é recorrente entre as emendas. O deputado Léo Moraes (Podemos-RO), por exemplo, tenta reconhecer as exercidas pelos policiais e demais agentes de segurança.

"Os policiais atuam em todas as frentes, exercem atividades de natureza essencial e exclusiva ao Estado democrático de Direito, vislumbrando o cumprimento da lei, direcionando a sociedade para o alcance da justiça e da paz social", escreve.

Em intuito parecido, outra emenda de Capitão Wagner quer incluir vínculo jurídico próprio aos ocupantes das carreiras das funções essenciais à Justiça. Ele cita Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia pública.

"Embora não tipificados como autênticos Poderes estatais, tais órgãos foram instituídos para a defesa e sustentação da democracia, dos direitos fundamentais e dos interesses essenciais do Estado", diz.

Segundo ele, a inclusão não é "tratamento privilegiado e sim uma garantia à perfeita execução da missão constitucional" dos órgãos.

"Acrescentar o vínculo dos cargos das funções essenciais à Justiça ao texto da PEC significa incluir todas as carreiras que compõem essas funções na reforma e garantir que todas elas se enquadrem dentro do mesmo vínculo jurídico, respeitando-se cada uma segundo suas particularidades", acrescenta.

Para o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), a tentativa de desidratar a reforma

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/06/deputado-diz-que-camara-pode-incluir-membros-do-judiciario-e-do-ministerio-publico-na-reforma-administrativa.shtml>) é natural.



"A gente já esperava. Isso aconteceu na Previdência também. Todas as mudanças que envolvem alguma coisa que o pessoal vê oportunidade de beneficiar as categorias acaba acontecendo. Neste caso não foi diferente", afirma.

"A gente vê um monte de emenda a respeito de segurança, professores, militares, coisas assim", diz o deputado, que é presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa.

Mitraud aposta em articulação política e no posicionamento do relator para evitar mudanças. "Ele está ciente da necessidade de ter uma reforma mais isonômica possível", diz.

De acordo com o deputado, representantes dos grupos beneficiados pelas sugestões não têm a maioria na comissão.

Procurado, o relator não respondeu aos questionamentos da reportagem.

ENTENDA A REFORMA

- Proposta cria diferentes tipos de vínculo
- Estabilidade ficará restrita a um deles: cargo típico de Estado
- As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada; deputados tentam mudar este ponto
- É criada a possibilidade de cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade e dependente de concurso
- Governo quer avaliar o servidor antes de assumir o cargo público efetivo
- Proposta impede demissões por questões partidárias
- Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactados; deputados apresentaram emendas, sob justificativa de deixar ponto mais claro
- Governo prevê impacto fiscal de R\$ 300 bilhões em 10 anos

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/aliados-do-governo-tentam-beneficiar-bases-eleitorais-em-reforma-administrativa.shtml>

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

recomendadas pra você

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/socialite-confessou-ter-ficado-sabendo-do-assassinato-do-namorado-horas-depois-do-crime.shtml>)

COTIDIANO



Socialite confessou ter ficado sabendo do assassinato do namorado horas depois do crime

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/socialite-confessou-ter-ficado-sabendo-do-assassinato-do-namorado-horas-depois-do-crime.shtml>)

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2021/07/golpistas-nao-passam-off-a-este-colunista-topam-falar-em-on.shtml>)

REINALDO AZEVEDO

Reinaldo Azevedo: Golpistas não passam off a este colunista. Topam falar em on?

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2021/07/golpistas-nao-passam-off-a-este-colunista-topam-falar-em-on.shtml>)

(<https://www1.folha.uol.com.br/equlibrioesaude/2021/07/eua-devem-lancar-alerta-sobre-vacina-da-janssen-aumentar-risco-da-sindrome-de-guillain-barre.shtml>)

EQUÍLBRIO E SAÚDE

EUA devem lançar alerta sobre vacina da Janssen aumentar risco da síndrome de Guillain-Barré

(<https://www1.folha.uol.com.br/equlibrioesaude/2021/07/eua-devem-lancar-alerta-sobre-vacina-da-janssen-aumentar-risco-da-sindrome-de-guillain-barre.shtml>)

(https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/07/bilionario-que-morreu-afogado-deixa-no-limbo-fortuna-de-r11-bi-em-bitcoins.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDj81Qo--zPgMLH5rLMAQ#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDj81Qo--zPgMLH5rLMAQ)

FOLHA DE S.PAULO

Bilionário que morreu afogado deixa no limbo fortuna de R\$ 11 bi em bitcoins

(https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/07/bilionario-que-morreu-afogado-deixa-no-limbo-fortuna-de-r11-bi-em-bitcoins.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDj81Qo--zPgMLH5rLMAQ#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDj81Qo--zPgMLH5rLMAQ)

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/07/empresarios-que-apoiam-candidatura-de-moro-para-presidente-preparam-evento-em-curitiba.shtml>)

utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDj81QoIDP_S2VraTsAQ#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDj81QoIDP_S2VraTsAQ

FOLHA DE S.PAULO

Empresários que apoiam candidatura de Moro para presidente preparam evento em Curitiba

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/07/empresarios-que-apoiam-candidatura-de-moro-para-presidente-preparam-evento-em-curitiba.shtml>)

utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDj81QoIDP_S2VraTsAQ#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDj81QoIDP_S2VraTsAQ

(https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tbid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMorsCi8P2Aqe1B#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMorsCi8P2Aqe1B)

utm_source=taboola&utm_medium=referral&tbid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMorsCi8P2Aqe1B#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMorsCi8P2Aqe1B

(KNEE ELITE)

A joelheira que conquistou Salvador como uma tempestade

(https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tbid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMorsCi8P2Aqe1B#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMorsCi8P2Aqe1B)

utm_source=taboola&utm_medium=referral&tbid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMorsCi8P2Aqe1B#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMorsCi8P2Aqe1B

(https://portal3.com/maqbarbear/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ&site=folhadespaulo-folhadespaulo&site_id=1391010&title=Ainda+fazendo+a+barba+assim%3F++Conhe%3CA7a+a+novidade+que+chocou+os+barbeiros+de+Salvador&platform=Desktop&campaign_id=9668704&campaign_item_id=2987006253&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic3885-43b9-98bf-ae7049d37db&tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ)

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Ainda+fazendo+a+barba+assim%3F++Conhe%3CA7a+a+novidade+que+chocou+os+barbeiros+de+Salvador&platform=Desktop&campaign_id=9668704&campaign_item_id=2987006253&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic3885-43b9-98bf-ae7049d37db&tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ

(MAXSHAVE)

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

(https://portal3.com/maqbarbear/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ&site=folhadespaulo-folhadespaulo&site_id=1391010&title=Ainda+fazendo+a+barba+assim%3F++Conhe%3CA7a+a+novidade+que+chocou+os+barbeiros+de+Salvador&platform=Desktop&campaign_id=9668704&campaign_item_id=2987006253&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic3885-43b9-98bf-ae7049d37db&tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ)

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Ainda+fazendo+a+barba+assim%3F++Conhe%3CA7a+a+novidade+que+chocou+os+barbeiros+de+Salvador&platform=Desktop&campaign_id=9668704&campaign_item_id=2987006253&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic3885-43b9-98bf-ae7049d37db&tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8omYjllvCp4YWeAQ

(https://www.vejaoficial.com/tb/octa/?af=779&cl=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QogMmrStulqOcn&utm_source=taboola&utm_medium=adv&utm_campaign=10913947&utm_term=folhadespaulo-folhadespaulo&utm_content=3006126249&tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QogMmrStulqOcn#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QogMmrStulqOcn)

folhadespaulo&utm_content=3006126249&tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QogMmrStulqOcn#tbcid=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QogMmrStulqOcn

(OCTAAIR: TELEVISÃO HD GRATUITA)

Antena que acessa mais de 30 canais é liberada no Brasil!



(https://www.vejaoficial.com/tbl/octa/?af=779&cl=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QogMmrStulqOcn&utm_source=Taboola&utm_medium=adv&utm_campaign=10913947&utm_term=folhadespaulo-folhadespaulo&utm_content=3006126249&tblici=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QogMmrStulqOcn#tbliciGiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QogMmrStulqOcn)

(https://info.doutornature.com/sfunnel/2081/7tb_campanha=Vital.2.7&tb_publisher=folhadespaulo-folhadespaulo&tb_ad=M%3%A9dico+Brasileiro%3A+Eu+imploro+aos+Brasileiros+que+abandonem+esses+tr%3AAs+alimentos&tb_creative=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F52c2d4d03b8231d4296d39985b30d183.png&tb_campaign_name=%5Bvit.2.7%5D%5BDrNature%5D%5BDesktop%5D%5BAndroid%5D%5BAberta%5D%5BAdv%3%5D%5B15-06%5D%5Bfunnel%3D2081%5D&utm_source=Taboola&utm_medium=cp&tb_tipo_funil=vs&utm_content=vital_2_salimentos&tblici=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCdWUmo0cih3YmbFF#tbliciGiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCdWUmo0cih3YmbFF)

(DR. RAFAEL FREITAS) **Médico Brasileiro: Eu imploro aos Brasileiros que abandonem esses três alimentos**

(https://info.doutornature.com/sfunnel/2081/7tb_campanha=Vital.2.7&tb_publisher=folhadespaulo-folhadespaulo&tb_ad=M%3%A9dico+Brasileiro%3A+Eu+imploro+aos+Brasileiros+que+abandonem+esses+tr%3AAs+alimentos&tb_creative=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F52c2d4d03b8231d4296d39985b30d183.png&tb_campaign_name=%5Bvit.2.7%5D%5BDrNature%5D%5BDesktop%5D%5BAndroid%5D%5BAberta%5D%5BAdv%3%5D%5B15-06%5D%5Bfunnel%3D2081%5D&utm_source=Taboola&utm_medium=cp&tb_tipo_funil=vs&utm_content=vital_2_salimentos&tblici=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCdWUmo0cih3YmbFF#tbliciGiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCdWUmo0cih3YmbFF)

(https://om.forgeofempires.com/foe/br/?ref=tab_br_new&external_param=2987846952&pid=folhadespaulo-folhadespaulo&bid=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F0e59736517220568859c7e0f65d4125a.jpeg&tblici=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCDlqD8ov_2S8sfly9uxAQ#tbliciGiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCDlqD8ov_2S8sfly9uxAQ)

(FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS) **O jogo mais viciante do ano!**

(https://om.forgeofempires.com/foe/br/?ref=tab_br_new&external_param=2987846952&pid=folhadespaulo-folhadespaulo&bid=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F0e59736517220568859c7e0f65d4125a.jpeg&tblici=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCDlqD8ov_2S8sfly9uxAQ#tbliciGiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCDlqD8ov_2S8sfly9uxAQ)

(https://portal3.com/bodycompound/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX&site=folhadespaulo-folhadespaulo&site_id=1391010&title=Depois+que+descobri+essa+cera+nunca+mais+gastei+com+funiliaria&platform=Desktop&campaign_id=9770016&campaign_item_id=2988658843&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F7b64159540becac3dc0499-4ea1-9da9-f4223bdfb03e&tblici=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX#tbliciGiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX)

(REMOVEDOR DE RISCOS BODYCOMPOUND) **Depois que descobri essa cera nunca mais gastei com funilaria**

(https://portal3.com/bodycompound/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX&site=folhadespaulo-folhadespaulo&site_id=1391010&title=Depois+que+descobri+essa+cera+nunca+mais+gastei+com+funiliaria&platform=Desktop&campaign_id=9770016&campaign_item_id=2988658843&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F7b64159540becac3dc0499-4ea1-9da9-f4223bdfb03e&tblici=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX#tbliciGiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX)

(https://portal3.com/bodycompound/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX&site=folhadespaulo-folhadespaulo&site_id=1391010&title=Depois+que+descobri+essa+cera+nunca+mais+gastei+com+funiliaria&platform=Desktop&campaign_id=9770016&campaign_item_id=2988658843&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F7b64159540becac3dc0499-4ea1-9da9-f4223bdfb03e&tblici=GiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX#tbliciGiD_Qz3W7JuhxWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClqMo0Z_N9aeGkOxX)



INDÚSTRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/INDUSTRIA](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/industria))

Brasil perde quase 30 mil indústrias desde 2013

Redução no número de empresas ocorreu antes da pandemia, até 2019, diz IBGE

21.jul.2021 às 10h00

Leonardo Vieceli (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/leonardo-vieceli.shtml>)

RIO DE JANEIRO O setor industrial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/producao-industrial-avanca-14-em-maio.shtml>) brasileiro perdeu 28,6 mil empresas no intervalo de seis anos, indicam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado, divulgado nesta quarta-feira (21), integra a Pesquisa Industrial Anual (PIA) 2019. O estudo não reflete ainda os impactos da pandemia de coronavírus (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/producao-industrial-recua-13-no-pais-em-abril.shtml>), que prejudicou a atividade econômica a partir de 2020.

Conforme o levantamento, o Brasil tinha 334,9 mil indústrias em 2013, maior nível da série histórica, com dados desde 2007. O montante passou a encolher a partir de 2014, quando a economia começou a registrar sinais de fragilidade. Houve seis quedas consecutivas até o número de empresas recuar para 306,3 mil em 2019 —dado mais recente à disposição.

A perda de 28,6 mil operações (baixa de 8,5%) vem da comparação entre os resultados de 2019 e 2013.

Synthia Santana, gerente de análise e disseminação de pesquisas estruturais do IBGE, afirma que a redução pode ser atribuída a pelo menos dois fatores.

PUBLICIDADE

[x]



O primeiro é a recessão que afetou a economia brasileira em 2015 e 2016.

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/producao-industrial-recua-13-no-pais-em-abril.shtml>) À época, a crise abalou a atividade de fábricas diversas.



Além do período de dificuldades, parte dos grupos industriais pode ter optado por concentrar empresas em regiões estratégicas, conforme Synthia. Essa busca por diminuição de custos logísticos tende a resultar em número menor de plantas produtivas.

“Existem fatores conjunturais e estratégicos. Muitas vezes, há uma estratégia de reorganização das empresas para baratear custos. Outro aspecto é o fechamento em razão da crise”, frisa.

O número inferior de operações provoca reflexos no mercado de trabalho. A indústria é considerada um segmento intensivo em mão de obra, podendo gerar salários superiores aos de atividades como serviços (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/setor-de-servicos-tem-alta-de-12-em-maio.shtml>) e comércio.
(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/vendas-do-comercio-avancam-14-em-maio.shtml>)

Segundo o IBGE, o setor industrial empregava 7,6 milhões de pessoas em 2019. Isso significa que, desde 2013, o contingente ficou 15,6% menor. Em números absolutos, o resultado sinaliza perda de 1,4 milhão de postos de trabalho no período.

Em média, a indústria somava 25 trabalhadores por empresa em 2019. À época, o setor pagava, em média, 3,2 salários mínimos para os funcionários.

Em termos absolutos, o ramo de confecção de artigos do vestuário e acessórios foi aquele que mais fechou fábricas entre 2013 e 2019. No período, o número de empresas do segmento encolheu de 54,6 mil para 37,4 mil. Ou seja, houve perda de 17,2 mil operações.

A segunda principal baixa foi de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos). O setor teve redução de 5,6 mil empresas —de 40,4 mil para 34,8 mil.

Por outro lado, o ramo de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos registrou a maior alta entre 2013 e 2019. O setor teve acréscimo de 7,6 mil empresas, passando de 22,3 mil para 29,9 mil, conforme o IBGE.

O instituto informou ainda que, em 2019, as 306,3 mil empresas industriais geraram R\$ 3,6 trilhões de receita líquida de vendas. As unidades pagaram o total de R\$ 313,1 bilhões em salários e outras remunerações para os 7,6 milhões de ocupados.

A fabricação de produtos alimentícios se manteve como a principal atividade industrial. Em 2019, representou 20,5% da receita líquida de vendas da indústria. A fatia é 3,3 pontos percentuais maior do que a registrada pela atividade no começo da década, em 2010 (17,2%).

No sentido contrário, o IBGE destaca que a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias viu a participação encolher 3,1 pontos percentuais entre 2010 e 2019 (de 12,3% para 9,2%). Foi a maior variação negativa na participação.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!



ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/brasil-perde-quase-30-mil-industrias-desde-2013.shtml>

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

recomendadas pra você

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/socialite-confessou-ter-ficado-sabendo-do-assassinato-do-namorado-horas-depois-do-crime.shtml>

COTIDIANO

Socialite confessou ter ficado sabendo do assassinato do namorado horas depois do crime

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/socialite-confessou-ter-ficado-sabendo-do-assassinato-do-namorado-horas-depois-do-crime.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2021/07/golpistas-nao-passam-off-a-este-colunista-topam-falar-em-on.shtml>

REINALDO AZEVEDO

Reinaldo Azevedo: Golpistas não passam off a este colunista. Topam falar em on?

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2021/07/golpistas-nao-passam-off-a-este-colunista-topam-falar-em-on.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/equlibrioesaude/2021/07/eua-devem-lancar-alerta-sobre-vacina-da-janssen-aumentar-risco-da-sindrome-de-guillain-barre.shtml>

EQUILÍBRIO E SAÚDE

EUA devem lançar alerta sobre vacina da Janssen aumentar risco da síndrome de Guillain-Barré

<https://www1.folha.uol.com.br/equlibrioesaude/2021/07/eua-devem-lancar-alerta-sobre-vacina-da-janssen-aumentar-risco-da-sindrome-de-guillain-barre.shtml>

https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/07/bilionario-que-morreu-afogado-deixa-no-limbo-fortuna-de-r11-bi-em-bitcoins.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCD81Qowl-ftvK16o7IAQ#tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCD81Qowl-ftvK16o7IAQ

FOLHA DE S.PAULO

Bilionário que morreu afogado deixa no limbo fortuna de R\$ 11 bi em bitcoins

https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/07/bilionario-que-morreu-afogado-deixa-no-limbo-fortuna-de-r11-bi-em-bitcoins.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCD81Qowl-ftvK16o7IAQ#tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCD81Qowl-ftvK16o7IAQ

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/07/empresarios-que-apoiam-candidatura-de-moro-para-presidente-preparam-evento-em-curitiba.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/07/empresarios-que-apoiam-candidatura-de-moro-para-presidente-preparam-evento-em-curitiba.shtml>

FOLHA DE S.PAULO

Empresários que apoiam candidatura de Moro para presidente preparam evento em Curitiba

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/07/empresarios-que-apoiam-candidatura-de-moro-para-presidente-preparam-evento-em-curitiba.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/07/empresarios-que-apoiam-candidatura-de-moro-para-presidente-preparam-evento-em-curitiba.shtml>

https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCCAjVMojI3q8ofzue_6AQ#tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCCAjVMojI3q8ofzue_6AQ

(KNEE ELITE)

Por que os idosos estão delirando com essa Joieira?

https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCCAjVMojI3q8ofzue_6AQ#tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCCAjVMojI3q8ofzue_6AQ

https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCCAjVMojI3q8ofzue_6AQ#tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMD8BUSKnpnYCNQFEpp0Ymly2BCCAjVMojI3q8ofzue_6AQ



(https://portal3.com/maqbarbear/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8op6Trz9i2ick4&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Ainda+fazendo+a+barba+assim%3F++Conhe%C3%A7a+a+novidade+que+chocou+os+barbeiros+de+Salvador&platform=Desktop&campaign_id=9668704&campaign_item_id=29870062538&thumbnail=http%3A%2F2Fcdn.taboola.com%2Ffilbtrc%2Fstatic%2F385-43b9-98bf-ae704937db&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8op6Trz9i2ick4#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8op6Trz9i2ick4)

(MAXSHAVE)

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

(https://portal3.com/maqbarbear/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8op6Trz9i2ick4&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Ainda+fazendo+a+barba+assim%3F++Conhe%C3%A7a+a+novidade+que+chocou+os+barbeiros+de+Salvador&platform=Desktop&campaign_id=9668704&campaign_item_id=29870062538&thumbnail=http%3A%2F2Fcdn.taboola.com%2Ffilbtrc%2Fstatic%2F385-43b9-98bf-ae704937db&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8op6Trz9i2ick4#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCCuE8op6Trz9i2ick4)

(https://www.vejaoficial.com/tbi/octa/?af=779&cl=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81Qo6ZfVzd-rtrs2&utm_source=Taboola&utm_medium=adv&utm_campaign=10913947&utm_term=folhadespaulo-

folhadespaulo&utm_content=3006126249&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81Qo6ZfVzd-rtrs2#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81Qo6ZfVzd-rtrs2)

(OCTAAIR: TELEVISÃO HD GRATUITA)

Antena que acessa mais de 30 canais é liberada no Brasil!

(https://www.vejaoficial.com/tbi/octa/?af=779&cl=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81Qo6ZfVzd-rtrs2&utm_source=Taboola&utm_medium=adv&utm_campaign=10913947&utm_term=folhadespaulo-

folhadespaulo&utm_content=3006126249&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81Qo6ZfVzd-rtrs2#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81Qo6ZfVzd-rtrs2)

(https://om.forgeofempires.com/foe/br/?ref=tab_br_new&external_param=2987846952&pid=folhadespaulo-

folhadespaulo&bid=http%3A%2F2Fcdn.taboola.com%2Ffilbtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F0e59736517220568859c7e0f65d4125a.jpeg&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCDlq80iPX05ZfN4ri0AQ#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2B

(FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS)

O jogo mais viciante do ano!

(https://om.forgeofempires.com/foe/br/?ref=tab_br_new&external_param=2987846952&pid=folhadespaulo-

folhadespaulo&bid=http%3A%2F2Fcdn.taboola.com%2Ffilbtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F0e59736517220568859c7e0f65d4125a.jpeg&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCDlq80iPX05ZfN4ri0AQ#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2B

(https://info.doutornature.com/sfunnel/2081/7tb_campanha=Vital-2.7&tb_publisher=folhadespaulo-

folhadespaulo&tb_ad=M%3%A9dico+Brasileiro%3A+Eu+imploro+aos+Brasileiros+que+abandonem+esses+tr%3AAs+alimentos&tb_create=http%3A%2F2Fcdn.taboola.com%2Ffilbtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F52c2d4d03b8231d4296d39985b30d183.png&tb_campaign_name=%5Bvit

2.7%SD%5BDrNature%5D%5BDesktop%5D%5BAndroid1011%5D%5BAberta%5D%5BAdv3%5D%5B15-06%5D%5Bfunnel%3D2081%5D&utm_source=Taboola&utm_medium=cp&tb_tipo_funil=vs&utm_content=vital_adv3&utm_term=vital_3alimentos&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCDwUmax_00dji_LEc#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFI

(DR. RAFAEL FREITAS)

Médico Brasileiro: Eu imploro aos Brasileiros que abandonem esses três alimentos

(https://info.doutornature.com/sfunnel/2081/7tb_campanha=Vital-2.7&tb_publisher=folhadespaulo-

folhadespaulo&tb_ad=M%3%A9dico+Brasileiro%3A+Eu+imploro+aos+Brasileiros+que+abandonem+esses+tr%3AAs+alimentos&tb_create=http%3A%2F2Fcdn.taboola.com%2Ffilbtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F52c2d4d03b8231d4296d39985b30d183.png&tb_campaign_name=%5Bvit

2.7%SD%5BDrNature%5D%5BDesktop%5D%5BAndroid1011%5D%5BAberta%5D%5BAdv3%5D%5B15-06%5D%5Bfunnel%3D2081%5D&utm_source=Taboola&utm_medium=cp&tb_tipo_funil=vs&utm_content=vital_adv3&utm_term=vital_3alimentos&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCDwUmax_00dji_LEc#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFI

(https://portal3.com/bodycompound/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClo1MozrOTjrj_vs2&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Depois+que+descobri+essa+cera+nunca+mais+gastei+com+funiliaria&platform=Desktop&campaign_id=9770016&campaign_item_id=2988658843&thumbnail=http%3A%2F2Fcdn.taboola.com%2Ffilbtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F7b64159540beca3d0499-4ea1-9da9-f4223bdfb03e&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClo1MozrOTjrj_vs2#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClo1MozrOTjrj_vs2)

(REMOVEDOR DE RISCOS BODYCOMPOUND)

Depois que descobri essa cera nunca mais gastei com funiliaria

(https://portal3.com/bodycompound/pagina?click_id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClo1MozrOTjrj_vs2&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Depois+que+descobri+essa+cera+nunca+mais+gastei+com+funiliaria&platform=Desktop&campaign_id=9770016&campaign_item_id=2988658843&thumbnail=http%3A%2F2Fcdn.taboola.com%2Ffilbtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F7b64159540beca3d0499-4ea1-9da9-f4223bdfb03e&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClo1MozrOTjrj_vs2#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCClo1MozrOTjrj_vs2)



Maria Inês Dolci (/colunas/mariaines/)

Advogada especializada na área da defesa do consumidor.

SEGUIR +



FOLHAJUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/PODER/FOLHAJUS](https://www1.folha.uol.com.br/poder/folhajus))

Sem educação financeira, somos país de endividados

Além dos mais pobres, há muitas pessoas de classe média endividadas e inadimplentes

20.jul.2021 às 23h15

O lançamento da ferramenta I-SFB (Índice de Saúde Financeira do Brasileiro) pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/68-dos-brasileiros-dizem-que-economia-so-se-recupera-em-2022-diz-febraban.shtml>) é uma iniciativa louvável. Acentua a grande dívida das autoridades públicas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/impacto-nas-contas-publicas-de-nova-versao-da-reforma-do-ir-preocupa-analistas.shtml>) para com os cidadãos deste país, devido ao total descaso com a educação financeira (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/divida-publica-cai-pelo-terceiro-mes-seguido-e-vai-a-845-do-pib-diz-bc.shtml>), que deveria ser disciplina ministrada desde os primeiros anos da escola.

O indicador da Febraban (em cooperação técnica com o Banco Central, membros do sistema financeiro e universidades) é uma ferramenta que, a partir de perguntas relativamente simples, ajuda a diagnosticar a saúde financeira (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/bc-quer-alavancar-projeto-de-educacao-financieira-para-alcancar-22-milhoes-de-estudantes.shtml>) geral das pessoas. Está disponível no site da entidade.

Caso seu diagnóstico seja saúde financeira frágil, minha recomendação é cortar o que puder das despesas não obrigatórias. Dependendo da gravidade da dívida, talvez valha a pena se desfazer de algum bem. Outra opção, se a dívida tiver juros muito elevados, será renegociar e recorrer ao consignado ou ao crédito direto ao consumidor.

Alguns alegam que o grande problema não seria a falta de educação financeira (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/tributacao-sobre-dividendos-pode-afetar-fundos-imobiliarios.shtml>) nem de um bom orçamento, e sim de emprego e renda. Trata-se de meia-verdade. Afinal, além dos mais pobres, também há muitas pessoas de classe média endividadas e inadimplentes.



Gabriel Cabral - 21.fev.19/Folhapress

A razão é simples: o desejo e a necessidade de consumir, geralmente, não são acompanhados pelo poder de compra dos salários (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/eua-tem-mais-de-9-milhoes-de-desempregados-apesar-de-alta-em-salarios-e-vagas-de-sobra.shtml>) (em atividades públicas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/maquina-federal-tem-enxugamento-inedito-de-servidores.shtml>) e privadas), nem pela receita de microempresários e de profissionais liberais.

No caso de quem sobreviva pelo trabalho informal (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/baixa-renda-entra-na-mira-de-corretoras-e-influenciadores-digitais.shtml>), obviamente, a renda no máximo será suficiente para despesas mais básicas, como alimentação. Sem orçamento nem algum planejamento financeiro, ficará ainda mais difícil quitar todas as despesas. Guardar dinheiro para uma emergência, então, será um desafio muito mais complicado.

Segundo a CNC (Confederação Nacional do Comércio) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/gastos-de-estrangeiros-caem-ao-pior-patamar-em-17-anos-e-setor-de-turismo-teme-isolamento-do-brasil.shtml>), no final do primeiro semestre deste ano 69,7% das famílias brasileiras estavam endividadas, e 82% das que deviam tinham pendências no cartão de crédito (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/pandemia-faz-consumidor-reduzir-valor-da-fatura-do-cartao-de-credito.shtml>).

Além do relevante lançamento do I-SFB, os bancos deveriam ser mais criteriosos na oferta de crédito consignado (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marciadesen/2021/06/aceso-a-credito-com-o-nome-sujo.shtml>), sem induzir seus correntistas a contratá-lo.

Lembro, também, que, no passado, havia a promessa de redução dos juros dos créditos e dos empréstimos assim que vigorasse o cadastro positivo. Mas as taxas continuam na estratosfera, embora esse rol de bons pagadores já exista desde 2011, tenha sido ativado a partir de 2013, e se tornado obrigatório há dois anos.

Acima de tudo, as instituições financeiras têm de parar de promover o assédio ao consumo via crédito, em especial aos consumidores idosos, e aos que tenham alguma vulnerabilidade!

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)



id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariaines/2021/07/sem-educacao-financeira-somos-pais-de-endividados.shtml>

receba notícias da folha

recomendadas pra você

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/socialite-confessou-ter-ficado-sabendo-do-assassinato-do-namorado-horas-depois-do-crime.shtml>)

COTIDIANO

Socialite confessou ter ficado sabendo do assassinato do namorado horas depois do crime

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/socialite-confessou-ter-ficado-sabendo-do-assassinato-do-namorado-horas-depois-do-crime.shtml>)

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2021/07/golpistas-nao-passam-off-a-este-colunista-topam-falar-em-on.shtml>)

REINALDO AZEVEDO

Reinaldo Azevedo: Golpistas não passam off a este colunista. Topam falar em on?

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2021/07/golpistas-nao-passam-off-a-este-colunista-topam-falar-em-on.shtml>)

(<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/07/eua-devem-lancar-alerta-sobre-vacina-da-janssen-aumentar-risco-da-sindrome-de-guillain-barre.shtml>)

EQUILÍBRIO E SAÚDE

EUA devem lançar alerta sobre vacina da Janssen aumentar risco da síndrome de Guillain-Barré

(<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/07/eua-devem-lancar-alerta-sobre-vacina-da-janssen-aumentar-risco-da-sindrome-de-guillain-barre.shtml>)

(<https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/07/bilionario-que-morreu-afogado-deixa-no-limbo-fortuna-de-r11-bi-em-bitcoins.shtml>)

utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD#tbidGID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD)

FOLHA DE S.PAULO

Bilionário que morreu afogado deixa no limbo fortuna de R\$ 11 bi em bitcoins

(<https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/07/bilionario-que-morreu-afogado-deixa-no-limbo-fortuna-de-r11-bi-em-bitcoins.shtml>)

utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD#tbidGID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD)

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/posts-enganam-ao-afirmar-que-voto-impresso-ja-e-lei.shtml>)utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD#tbidGID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD#_AQ#tbidGID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD#_AQ)

FOLHA DE S.PAULO

Posts enganam ao afirmar que voto impresso já é lei

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/posts-enganam-ao-afirmar-que-voto-impresso-ja-e-lei.shtml>)utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tbid=GID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD#_AQ#tbidGID_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Yn1y2BCD81Qo6vK6f2w8aRD#_AQ)



EDITORIAL O QUE A FOLHA PENSA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/OPINIAO/EDITORIAIS](https://www1.folha.uol.com.br/opiniaO/editoriais))

Ajuste precário

Redução do número de servidores segura gasto, mas faltam planejamento e reformas



Vista aérea da Esplanada dos Ministérios, em Brasília - Ana Volpe/Agência Senado

20.jul.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/07/21/>)

Dados os impedimentos legais para a demissão ou a redução de jornadas de trabalho e vencimentos, os meios de conter gastos com servidores públicos basicamente se limitam a evitar reajustes salariais e reposições de pessoal.

É o que se passa no Executivo federal, conforme noticiou a **Folha** (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/maquina-federal-tem-enxugamento-inedito-de-servidores.shtml>). Ministérios, autarquias e fundações da União contam hoje com 477,8 mil funcionários civis estatutários —aqueles com estabilidade no emprego e direito a promoções automáticas. No pico, em 2014, o número chegou a 523,7 mil.

O enxugamento, acentuado nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro, tem sido obtido com a redução das admissões por concurso, que se tornaram insuficientes para substituir os profissionais que se aposentam, morrem ou buscam outros empregos.

Apesar disso, a despesa com o funcionalismo civil desses órgãos pouco se alterou. São R\$ 335,4 bilhões estimados neste ano, numa conta que também inclui encargos com inativos, praticamente o mesmo montante verificado ao final da gestão de Dilma Rousseff (PT), em valores corrigidos.



Isso se dá porque grande parte dos servidores ainda conta com o privilégio de aposentadorias semelhantes à remuneração da ativa — e a maioria obteve algum reajuste salarial no período.

[x]

Anúncio removido. [Saiba mais](#)

A necessidade de conter os gastos públicos com pessoal é evidente e, aliás, não se limita ao Executivo federal. Como proporção da renda nacional, os desembolsos brasileiros estão entre os maiores do mundo, sacrificando os recursos disponíveis para programas sociais, custeio e investimentos.

O atual ajuste forçado, entretanto, é precário. Em primeiro lugar, porque não há planejamento claro: tanto o presente encolhimento do quadro como o aumento da era petista foram promovidos sem um diagnóstico transparente das necessidades da máquina pública.

A perda de funcionários é mais aguda em determinados órgãos e setores, mas não se sabe com certeza onde o número está adequado, onde ainda há excesso e onde há risco para os serviços do Estado.

Ademais, a economia obtida é relativamente pequena, como os dados mostram, e sua duração é incerta. Há que buscar reformas mais duradouras e eficazes.

Entre elas está, decerto, a redução do alcance hoje exagerado da estabilidade funcional — não para deflagrar demissões em massa, mas para viabilizar a remoção de funcionários improdutivos. Também importantes são a revisão das carreiras, com queda dos vencimentos iniciais, e a regulamentação definitiva do teto salarial.

A oposição intransigente a essas providências, que une as corporações estatais a parcelas expressivas do mundo político, ameaça não apenas a solvência fiscal mas a própria qualidade da gestão pública e do trabalho dos servidores.

editoriais@grupofolha.com.br (<mailto:editoriais@grupofolha.com.br>)

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!



ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/07/ajuste-precario.shtml>

receba notícias da folha

recomendadas pra você

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/socialite-confessou-ter-ficado-sabendo-do-assassinato-do-namorado-horas-depois-do-crime.shtml>

COTIDIANO

Socialite confessou ter ficado sabendo do assassinato do namorado horas depois do crime

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/socialite-confessou-ter-ficado-sabendo-do-assassinato-do-namorado-horas-depois-do-crime.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2021/07/golpistas-nao-passam-off-a-este-colunista-topam-falar-em-on.shtml>

REINALDO AZEVEDO

Reinaldo Azevedo: Golpistas não passam off a este colunista. Topam falar em on?

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2021/07/golpistas-nao-passam-off-a-este-colunista-topam-falar-em-on.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/07/eua-devem-lancar-alerta-sobre-vacina-da-janssen-aumentar-risco-da-sindrome-de-guillain-barre.shtml>

EQUILÍBRIO E SAÚDE

EUA devem lançar alerta sobre vacina da Janssen aumentar risco da síndrome de Guillain-Barré

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/07/eua-devem-lancar-alerta-sobre-vacina-da-janssen-aumentar-risco-da-sindrome-de-guillain-barre.shtml>

https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/07/bilionario-que-morreu-afogado-deixa-no-limbo-fortuna-de-r11-bi-em-bitcoins.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblici=GID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCD81Qoq6vvg9-R07/C#tbliciGID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCD81Qoq6vvg9-R07/C

FOLHA DE S.PAULO

Bilionário que morreu afogado deixa no limbo fortuna de R\$ 11 bi em bitcoins

https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/07/bilionario-que-morreu-afogado-deixa-no-limbo-fortuna-de-r11-bi-em-bitcoins.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblici=GID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCD81Qoq6vvg9-R07/C#tbliciGID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCD81Qoq6vvg9-R07/C

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/posts-enganam-ao-afirmar-que-voto-impreso-ja-e-lei.shtml>

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/posts-enganam-ao-afirmar-que-voto-impreso-ja-e-lei.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblici=GID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCD81Qoq6vvg9-R07/C#tbliciGID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCD81Qoq6vvg9-R07/C

FOLHA DE S.PAULO

Posts enganam ao afirmar que voto impresso já é lei

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/posts-enganam-ao-afirmar-que-voto-impreso-ja-e-lei.shtml>

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/posts-enganam-ao-afirmar-que-voto-impreso-ja-e-lei.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblici=GID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCD81Qoq6vvg9-R07/C#tbliciGID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCD81Qoq6vvg9-R07/C

https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tblici=GID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMOstf97Hj0FNH#tbliciGID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMOstf97Hj0FNH

https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tblici=GID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMOstf97Hj0FNH#tbliciGID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMOstf97Hj0FNH

(KNEE ELITE)

A joelheira que conquistou Salvador como uma tempestade

https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tblici=GID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMOstf97Hj0FNH#tbliciGID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMOstf97Hj0FNH

https://track.gbdigital.com.br/28b4669e-e813-4ffc-8859-afe3e66451b1?utm_source=taboola&utm_medium=referral&tblici=GID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMOstf97Hj0FNH#tbliciGID_Qz3W7JUhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCAjVMOstf97Hj0FNH



https://portal3.com/maqbarbear/pagina?click_id=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCcuE8o0pCwyon39s9p&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Ainda+fazendo+a+barba+assim%3F++Conhe%C3%A7a+a+novidade+que+chocou+os+barbeiros+de+Salvador&platform=Desktop&campaign_id=9668704&campaign_item_id=29870062538.thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic/38b5-43b9-98bf-ae7f049d37db&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCcuE8o0pCwyon39s9p#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCcuE8o0pCwyon39s9p)

(MAXSHAVE)

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

https://portal3.com/maqbarbear/pagina?click_id=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCcuE8o0pCwyon39s9p&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Ainda+fazendo+a+barba+assim%3F++Conhe%C3%A7a+a+novidade+que+chocou+os+barbeiros+de+Salvador&platform=Desktop&campaign_id=9668704&campaign_item_id=29870062538.thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic/38b5-43b9-98bf-ae7f049d37db&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCcuE8o0pCwyon39s9p#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCcuE8o0pCwyon39s9p)

https://www.vejaoficial.com/tbi/oc/a/7af779&ci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ&utm_source=Taboola&utm_medium=adv&utm_campaign=10913947&utm_term=folhadespaulo-

folhadespaulo&utm_content=3006126249&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ)

(OCTAAIR: TELEVISÃO HD GRATUITA)

Antena que acessa mais de 30 canais é liberada no Brasil!

https://www.vejaoficial.com/tbi/oc/a/7af779&ci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ&utm_source=Taboola&utm_medium=adv&utm_campaign=10913947&utm_term=folhadespaulo-

folhadespaulo&utm_content=3006126249&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ)

https://info.doutornature.com/sfunnel/3584/7tb_campanha=Liver-1.9&tb_publisher=folhadespaulo-

folhadespaulo&tb_ad=Esta+bebida+popular+pode+ajudar+a+destruir+o+figado&tb_create=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic%2Fthumbnails%2F589673d83d7451b35d912f9ad16ca2.jpg&tb_campaign_name=%5BLiver-

1.9%5D%5BDesktop%5D%5BAberto%5D%5Bvsl%5D%5BAdv2%5D%5B08-

07%5D%5Bfunnel%3D3584%5D&utm_source=Taboola&utm_medium=cp&tb_tipo_funil=vsl&utm_content=liver_adv2&utm_term=liver_detox&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ)

(DR. RAFAEL FREITAS)

Esta bebida popular pode ajudar a destruir o fígado

https://info.doutornature.com/sfunnel/3584/7tb_campanha=Liver-1.9&tb_publisher=folhadespaulo-

folhadespaulo&tb_ad=Esta+bebida+popular+pode+ajudar+a+destruir+o+figado&tb_create=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic%2Fthumbnails%2F589673d83d7451b35d912f9ad16ca2.jpg&tb_campaign_name=%5BLiver-

1.9%5D%5BDesktop%5D%5BAberto%5D%5Bvsl%5D%5BAdv2%5D%5B08-

07%5D%5Bfunnel%3D3584%5D&utm_source=Taboola&utm_medium=cp&tb_tipo_funil=vsl&utm_content=liver_adv2&utm_term=liver_detox&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCP81QorcaXrpnAyI6IAQ)

https://om.forgeofempires.com/foe/br/?ref=tab_br_new&external_param=2987846952&pid=folhadespaulo-

folhadespaulo&bid=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic%2Fthumbnails%2F0e59736517220568859c7e0f65d4125a.jpeg&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr)

(FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS)

O jogo mais viciante do ano!

https://om.forgeofempires.com/foe/br/?ref=tab_br_new&external_param=2987846952&pid=folhadespaulo-

folhadespaulo&bid=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic%2Fthumbnails%2F0e59736517220568859c7e0f65d4125a.jpeg&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr)

https://portal3.com/bodycompound/pagina?click_id=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Depois+que+descobri+essa+cera+nunca+mais+gastei+com+funilaria&platform=Desktop&campaign_id=9770016&campaign_item_id=2988658843&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic%2Fthumbnails%2F7664159540beca3&id=0499-4ea1-9da9-f4223bfb03e&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr)

(REMOVEDOR DE RISCOS BODYCOMPOUND)

Depois que descobri essa cera nunca mais gastei com funilaria

https://portal3.com/bodycompound/pagina?click_id=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Depois+que+descobri+essa+cera+nunca+mais+gastei+com+funilaria&platform=Desktop&campaign_id=9770016&campaign_item_id=2988658843&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic%2Fthumbnails%2F7664159540beca3&id=0499-4ea1-9da9-f4223bfb03e&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCloMo-YX_70HJ-fcr)

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/se-concordo-ou-nao-com-a-minha-mae-nao-importa-diz-gabriela-duarte.shtml>

MÔNICA BERGAMO

Mônica Bergamo: Se concordo ou não com a minha mãe, não importa, diz Gabriela Duarte

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/se-concordo-ou-nao-com-a-minha-mae-nao-importa-diz-gabriela-duarte.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painela/2021/07/empresarios-que-apoiam-candidatura-de-moro-para-presidente-preparam-evento-em-curitiba.shtml>

utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDl81Qo8KGfhrtruseAVQ#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDl81Qo8KGfhrtruseAVQ)

Folha de S.Paulo

Empresários que apoiam candidatura de Moro para presidente preparam evento em Curitiba

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painela/2021/07/empresarios-que-apoiam-candidatura-de-moro-para-presidente-preparam-evento-em-curitiba.shtml>

utm_source=taboola&utm_medium=exchange&tblci=GiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDl81Qo8KGfhrtruseAVQ#tblciGiD_Qz3W7UhxCWnyFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCDl81Qo8KGfhrtruseAVQ)

https://info.doutornature.com/sfunnel/2081/7tb_campanha=Vital-2.7&tb_publisher=folhadespaulo-

folhadespaulo&tb_ad=M%3A9dico+Brasileiro%3A+Impulso+ao+Brasil+que+abandonem+esses+tr%3Aas+alimentos&tb_create=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffibrtr%2Fstatic%2Fthumbnails%2F522d4d03b8231d4296d3998530d183.png&tb_campaign_name=%5Bvit



2.7%5D%5BDrNature%5D%5BDesktop%5D%5BAndroid1011%5D%5BAberta%5D%5BAdv3%5D%5B15-

06%5D%5Bfunnel%3D2081%5D&utm_source=Taboola&utm_medium=cp&tb_tipo_funil=vsli&utm_content=vital_adv35&utm_term=vital_3alimentos&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCdwUMoj-Sdt7-ty7VN#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCdwUMoj-Sdt7-ty7VN

(DR. RAFAEL FREITAS)

Médico Brasileiro: Eu imploro aos Brasileiros que abandonem esses três alimentos

(https://info.doutornature.com/sfunnel/2081/?tb_campanha=Vital-2.7&tb_publisher=folhadespaulo-

folhadespaulo&tb_ad=M%3CA9dico+Brasileiro%3A+Eu+imploro+aos+Brasileiros+que+abandonem+esses+tr%3CAAs+alimentos&tb_creative=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F52c2d4d03b8231d4296d39985b30d183.png&tb_campaign_name=%5Bvit

2.7%5D%5BDrNature%5D%5BDesktop%5D%5BAndroid1011%5D%5BAberta%5D%5BAdv3%5D%5B15-

06%5D%5Bfunnel%3D2081%5D&utm_source=Taboola&utm_medium=cp&tb_tipo_funil=vsli&utm_content=vital_adv35&utm_term=vital_3alimentos&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCdwUMoj-Sdt7-ty7VN#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCdwUMoj-Sdt7-ty7VN

(https://portalg3.com/powerjet/pagina1?click_id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCk1Mo86f9qYHdnN2RAQ&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Fio+dental+ficou+no+passado+depois+dessa+inven%C3%A7%C3%A3o%21&platform=Desktop&campaign_id=9572923&campaign_item_id=2985692631&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F9bd87ee7978c4

1390-4e96-80ab-d50149ea9288&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCk1Mo86f9qYHdnN2RAQ#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCk1Mo86f9qYHdnN2RAQ)

(IRRIGADOR DENTAL POWERJET)

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

(https://portalg3.com/powerjet/pagina1?click_id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCk1Mo86f9qYHdnN2RAQ&site=folhadespaulo-

folhadespaulo&site_id=1391010&title=Fio+dental+ficou+no+passado+depois+dessa+inven%C3%A7%C3%A3o%21&platform=Desktop&campaign_id=9572923&campaign_item_id=2985692631&thumbnail=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Ffiltrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F9bd87ee7978c4

1390-4e96-80ab-d50149ea9288&tblici=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCk1Mo86f9qYHdnN2RAQ#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCk1Mo86f9qYHdnN2RAQ)

(https://news.surveycmpare.net/Compare-Pesquisas-BR-s?source=taboola&utm_campaign=6429087&utm_content=2941047212&cid=571cca01d82&utm_source=taboola&utm_medium=cpc&campaign=BR-SC-Main-

D&platform=Desktop&utm_term=Recompensa+gigantesca+para+os+brasileiros+nascidos+entre+1941+e+1981&content=https%3A%2F%2Fconsole.brax-cdn.com%2Fcreatives%2F44dd7285-cd6a-4a0f-9085-

8137587509a3%2Fco_MIR_aui1_1000x600_8ce4767474c0dc59e0a293636fbac864.png&network=folhadespaulo-folhadespaulo&title=Recompensa+gigantesca+para+os+brasileiros+nascidos+entre+1941+e+1981&click-

id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCm4z0o8r2qtzK3Zf0AQ#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCm4z0o8r2qtzK3Zf0AQ)

(SUPER PESQUISAS)

Recompensa gigantesca para os brasileiros nascidos entre 1941 e 1981

(https://news.surveycmpare.net/Compare-Pesquisas-BR-s?source=taboola&utm_campaign=6429087&utm_content=2941047212&cid=571cca01d82&utm_source=taboola&utm_medium=cpc&campaign=BR-SC-Main-

D&platform=Desktop&utm_term=Recompensa+gigantesca+para+os+brasileiros+nascidos+entre+1941+e+1981&content=https%3A%2F%2Fconsole.brax-cdn.com%2Fcreatives%2F44dd7285-cd6a-4a0f-9085-

8137587509a3%2Fco_MIR_aui1_1000x600_8ce4767474c0dc59e0a293636fbac864.png&network=folhadespaulo-folhadespaulo&title=Recompensa+gigantesca+para+os+brasileiros+nascidos+entre+1941+e+1981&click-

id=GiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCm4z0o8r2qtzK3Zf0AQ#tbliciGiD_Qz3W7JUhxCWNYFLFMDBUSKnpnYCNQFEpp0Ynly2BCCm4z0o8r2qtzK3Zf0AQ)



Bolsonaro afirma que vetará fundo eleitoral

Antes de anunciar decisão por rede social, presidente disse que Congresso 'extrapolou' no valor de R\$ 5,7 bilhões do fundo. A expectativa é que governo e Parlamento cheguem a um acordo de no máximo R\$ 4 bi

DANIEL GULLINO E
EVANDRO ÉBOLI
opas@bsh.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) usou suas redes sociais ontem à noite para anunciar que vai vetar os R\$ 5,7 bilhões do fundo eleitoral aprovado na semana passada pelo Congresso Nacional, dentro da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O comunicado ocorreu um dia depois de o presidente sinalizar a intenção de barrar a aprovação da verba de campanha após sofrer pressões de sua base de apoiadores. Ontem, antes do aviso virtual, Bolsonaro chegou a dizer que o Parlamento "extrapolou" no valor do fundo e que a correção da verba deveria ter sido feita pela inflação.

Com o anúncio do veto, o presidente mostra que ouviu o conselho de seus auxiliares, mas agora terá que lidar com a insatisfação dos congressistas que aprovaram a proposta, sobretudo com os do Centrão, que não só validaram o valor do fundo como são a principal base de sustentação do Planalto.

Há uma expectativa de que governo e Congresso cheguem a algum acordo sobre o valor a ser destinado para as eleições do ano que vem. Bolsonaro deverá acenar com um valor entre R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões.

"Defendemos, acima de tu-

do, a harmonia entre os Poderes, bem como a sua autonomia. É partindo deste princípio que jogamos, desde o início, dentro das quatro linhas da Constituição Federal. Dito isso, em respeito ao povo brasileiro, vetarei o aumento do fundo eleitoral", postou Bolsonaro no Twitter.

O presidente vinha demonstrando insatisfação com a aprovação do fundo e comprou uma briga com o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), que presidiu a sessão que aprovou a LDO. Em um gesto de provocação, Ramos sugeriu que poderia analisar os pedidos de impeachment enquanto estiver interinamente na presidência da Casa.

DERRUBADA DE VETO

Ontem, antes de confirmar o veto, Bolsonaro ressaltou que a palavra final seria do Parlamento, que pode manter ou derrubar o veto.

— No ano retrasado (quando o fundo foi de R\$ 2 bilhões), sancionei algo parecido, mas levando-se em conta a inflação do período. Eu não tinha como vetar. Alguns queriam que eu vetasse mesmo assim. Se eu vetasse, estaria incurso em crime de responsabilidade — disse o presidente, em entrevista à rádio Itatiaia

Bolsonaro disse que tem "liberdade de vetar" porque o Congresso "extrapolou o valor":



LDO e fundo. Os deputados Juscélio Filho (DEM-MA), à esquerda, e Marcelo Ramos (PL-AM), que presidiu a sessão

Onyx defende volta do financiamento privado

> Em meio ao debate sobre o fundo eleitoral, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, defendeu ontem a volta do financiamento privado de campanhas eleitorais. Em entrevista à Rádio Bandeirantes,

Onyx propôs que a discussão seja retomada após a eleição de 2022.

> — Com alto grau de controle, como existe em muitos países do mundo, já para as eleições municipais de 2024 — completou o ministro.

> Onyx avaliou que, num país como o Brasil, o financiamento público

de campanha não se sustenta. A possibilidade de doação de empresas foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na esteira das revelações feitas pela Operação Lava-Jato.

> — Acaba retirando recursos de coisas mais importantes do que o processo eleitoral. Eu preferiria que houvesse financiamento privado,

com regras rígidas.

> Lorenzoni já admitiu ter recebido R\$ 300 mil em caixa dois da JBS, nas campanhas eleitorais de 2012 e 2014. Em agosto do ano passado, o ministro fechou um acordo de não persecução penal com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e se comprometeu a pagar R\$ 189 mil a título de multa.

— Nesse caso, como houve uma extrapolação, extrapolou o valor, foi muito acima do que ocorreu por ocasião das eleições de 2018, então eu tenho a liberdade de vetar. Não é (tudo) que eles aprovam lá, (que) sou obrigado a intubar do lado de cá.

Apesar de Bolsonaro ter anunciado o veto no Twitter, no Planalto a avaliação era que o melhor desfecho para o fundo eleitoral seria o Supremo Tribunal Federal (STF) anular a votação da LDO. Na segunda-feira, parlamentares ingressaram com uma ação na Corte com esse objetivo.

REAÇÃO DO CONGRESSO

Em entrevista à GloboNews, o deputado Paulo Pereira da Silva (Solidariedade-SP) defendeu que o Congresso reaja, caso o valor seja de fato barrado pelo governo.

— Se Bolsonaro vetar, Congresso tem que trabalhar para derrubar o veto.

O Palácio do Planalto ainda estuda, sob o ponto de vista jurídico, qual mecanismo seria necessário para que, na hipótese de o veto ser mantido, o financiamento às eleições continuar assegurado.

Técnicos do governo avaliam que o simples veto resultaria na manutenção do mesmo valor destinado ao fundo em 2018, de R\$ 2 bilhões. Isso porque o montante foi estabelecido, no último pleito, após alteração feita na Lei das Eleições.



Método. Ministros, parlamentares e assessores contam que Arthur Lira criou modelo para distribuir a parlamentares recursos das emendas de relator

O 'sistema de castas' de Lira para distribuir R\$ 11 bilhões

Presidente da Câmara controla repasses oriundos das emendas de relator. 'Elite' dos líderes partidários recebe maior fatia

MARIANA CARNEIRO
marcarneiro@oglobo.com.br
BRASKA

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no final da semana passada, trouxe um susto e uma certeza. O susto veio com a aprovação de um fundo eleitoral que triplica os valores destinados aos partidos nas eleições do ano que vem.

Já a certeza é a de que, de todas as autoridades da República, nenhuma hoje tem tanto poder quanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Além de ter nas mãos a prerrogativa de decidir paular ou não um dos mais de 120 pedidos de impeachment contra Jair Bolsonaro, Lira controla hoje a distribuição de R\$ 11 bilhões em emendas parlamentares, mais do que o orçamento de sete ministérios, como o de Minas e Energia e o de Ciência e Tecnologia, e quatro vezes o orçamento do Meio Ambiente. E nem mesmo o governo consegue saber com precisão como essa bolada está sendo distribuída.

Os R\$ 11 bilhões de Lira são o quinhão destinado à Câmara neste ano de uma inovação orçamentária conhecida como emendas de relator ou RP9 —no popular, o "orça-

mento secreto" revelado pelo jornal "O Estado de S.Paulo". Mais R\$ 5,8 bilhões serão distribuídos no Senado.

Essas emendas são tratadas como secretas porque, ao contrário das regulares, em que os parlamentares carimbam os projetos que desejam patrocinar informando seus nomes ou o das bancadas de cada estado, nesta modalidade de emenda não é pública a informação sobre quem está enviando o dinheiro, nem quais são os critérios que determinam o quanto e onde os recursos serão gastos.

A única coisa que se sabe é que para conseguir ter acesso aos recursos é preciso passar pelo crivo de Arthur Lira, que controla o atendimento das demandas de líderes partidários de acordo com a fidelidade às causas do governo e a proximidade de cada grupo com ele próprio.

O modus operandi foi descrito por ministros, parlamentares e assessores conforme uma classificação que um deles definiu como semelhante a um "sistema de castas".

Por esse critério, deputados da base (ou opositores com canal privilegiado com Lira) são a casta menos aquinhoadas: conseguem liberar R\$ 20 milhões. Líderes partidários,

R\$ 3,3 bi

A cargo do Congresso

Valor total dos recursos do Orçamento já empenhados, via emenda de relator, em 2021

casta intermediária, têm acesso a algo como R\$ 80 milhões cada um. Mas, como se diz no Congresso, "há líderes e líderes". Os mais próximos a Lira formam uma elite que têm direito a carimbar mais de R\$ 100 milhões só para si.

O tamanho da bancada também pesa na distribuição dos recursos —bancadas grandes como a do PL (41 deputados) ou a do PSL (com 53), desde que estejam fechadas com o presidente da Casa, recebem mais. Quem recebe quanto, porém, é informação guardada a sete chaves.

Na semana passada, graças a uma publicação feita nas redes sociais pelo prefeito de Campestre (AL), foi possível descobrir que Lira enviou R\$ 500 mil para a cidade gastar

no serviço de saúde local como parte de sua cota nas emendas de relator. Ela está registrada no sistema do Ministério da Saúde, mas não aparece o nome do autor, só a cidade agraciada e o valor.

Acontece que, diferentemente do que ocorreu no ano passado, quando pedidos de liberação de verba foram enviados aos ministérios por ofícios que discriminavam qual parlamentar era o "dono" daquela emenda, hoje os pedidos são concentrados nas mãos do relator do Orçamento, o senador Marcio Bittar (MDB-AC), que registra tudo numa planilha que, no início deste mês, já tinha 90 mil linhas.

Além disso, se no ano pas-

sado o ministro Luiz Eduardo Ramos, então na Secretaria de Governo, participava da peneira sobre quem seriam os "donos" do dinheiro, neste ano nem mesmo o Palácio do Planalto tem acesso à informação completa.

"VOU LIGAR PARA DEPUTADO?"

Lira nega ter todo esse poder:

—Tem comissão do Orçamento, plenário, relator-geral, não é presidente da Casa quem define isso. O relator é quem envia aos ministérios. Você imagina que vou sair ligando de deputado para deputado?.

Só nos últimos 20 dias, foram liberados R\$ 1,2 bilhão, como parte do que se chamou na Câmara de "es-

forço para a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias" — a mesma que aumentou os valores para o fundo eleitoral no ano que vem.

Neste ano até agora, os empenhos de recursos via emenda de relator já superaram R\$ 3,3 bilhões.

Durante a votação da LDO, o líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ), propôs retirar essas emendas do Orçamento do ano que vem. "Isso não vai terminar bem, vai dar em escândalo. Estamos fazendo o alerta antes que isso ocorra", disse.

Seus colegas deram de ombros. Parece que, assim como Arthur Lira, eles também não têm do que reclamar.

ONDE APLICAR O
DINHEIRO EM UM

ZEINA
LATIFoglobo.com.br/economia
economista@oglobo.com.br

Reforma tributária requer técnica

O relator da reforma tributária, Celso Sabino, tem sugerido várias mudanças na proposta da Receita Federal. Sobra imprevisto onde deveriam prevalecer técnica e cautela. É um trabalho para neurocirurgião, não açougueiro.

Uma das propostas é reduzir o Imposto de Renda das empresas, o que colocaria o Brasil mais alinhado à experiência mundial do pós-crise global de 2008. Há, porém, muitos fatores que requerem atenção.

O assunto é complexo. Para começar, a incidência legal (quem recolhe) de um imposto difere da incidência econômica (quem é onerado de fato). O Imposto de Renda corporativo acaba

recaindo sobre indivíduos —acionistas recebendo menos retornos, consumidores pagando preços mais elevados e trabalhadores recebendo menores salários; ou uma combinação desses três. Dependendo das condições e estruturas dos mercados afetados, a redução de alíquotas terá diferentes resultados na economia.

A relação entre tributação corporativa e crescimento econômico não é clara o suficiente na literatura. O efeito da mudança de alíquotas pode ser inclusive assimétrico: a alta prejudicar a economia e o corte se mostrar pouco efetivo para acelerar o crescimento —especialmente em um país onde falta confiança na ação estatal.

Aparentemente, não haverá compensação plena à perda de receita do governo, o que é inadequado diante do rombo das contas públicas, e pode levar à maior alta dos juros pelo Banco Central, devido ao efeito do risco fiscal sobre a inflação. O argumento de que as surpresas recentes na arrecadação dispensam compensações é frágil, pois os ganhos decorrem, em parte, de fatores transitórios — como a elevada inflação no atacado.

Dentre as possíveis medidas compensatórias, o aumento da tributação de dividendos não parece a mais apropriada. Convém proceder com cautela.

Desde a década de 1970, os economistas discutem o impacto desse imposto na economia, sem chegar a um consenso. Na pesquisa empí-

rica, no entanto, prevalecem as evidências de que prejudica o investimento produtivo. Afetaria especialmente pequenos e novos negócios que dependem de financiamento de terceiros e não conseguem captar no exterior.

Para muitos, a taxação de dividendos seria uma questão de justiça social. Ao contrário da intuição, as regras tributárias têm limitada capacidade para reduzir a desigualdade de renda —é o caso da tributação de dividendos, especialmente a medida em discussão. Isso é particularmente válido para

Não haverá compensação à perda de receita do governo, o que pode levar à maior alta de juro pelo BC devido ao risco fiscal sobre inflação

países emergentes, onde há elevada informalidade. A recomendação principal é direcionar gastos públicos para os vulneráveis, por exemplo, na educação de qualidade. O papel do sistema tributário em países emergentes seria muito mais arrecadatório, para financiar políticas sociais robustas, do que redistributivo. E o Imposto de Renda corporativo seria um melhor instrumento do que a taxação de dividendos, pois esta produz relativamente mais distorções —pode elevar artificialmente a retenção de lucros e estimular investimentos de baixa produtividade nas empresas, e prejudicar o fluxo de recursos para o investimento agregado.

É necessário, porém, promover a isonomia tributária (tratamento igual entre as pessoas em situação semelhante), por exemplo, revendo regimes especiais de tributação. É o caso do regime de lucro presumido para médias e pequenas empresas, que muitas vezes têm sócios ricos que acabam sendo menos tributados. Trata-se de uma injustiça em relação a indivíduos menos abastados que detêm ações de corporações —por exemplo, via fundos de pensão —que recolhem pelo lucro real (tributação mais alta).

A melhor abordagem seria uma taxação moderada e estável sobre a renda das empresas —todas elas. Convém ainda evitar mudanças abruptas nas regras, pois podem ser vistas como insustentáveis e temporárias —diante do frágil quadro fiscal —, reduzindo ainda mais as chances de elevar investimentos.

Promover a neutralidade do sistema tributário —quando os tributos não afetam a alocação de recursos —deveria ser a prioridade, combatendo a complexidade do sistema, que onera as empresas e prejudica a produtividade; eliminando a cumulatividade de impostos, que reduz a competitividade de cadeias mais longas; e reduzindo benefícios tributários ineficientes e custosos ao erário.

Todos esses fatores silenciosamente destroem a economia. Melhor chamar o médico.

Bolsonaro: Receita foi 'com muita sede ao pote'

Presidente disse que houve exagero na proposta de reforma do Imposto de Renda e que vetará aumento de carga tributária. Taxação de 20% sobre dividendos só deve começar a valer para ganhos obtidos a partir de 2022

DANIEL GULLINO
E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que houve um "exagero" na proposta de reforma do Imposto de Renda (IR) enviada pelo governo no fim de junho. De acordo com Bolsonaro, a Receita Federal foi "com muita sede ao pote", mas o problema "já está sendo acertado" com o relator do texto na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

— Houve um exagero por parte da Economia na reforma tributária, já está sendo acertado com o relator. Realmente, a Receita, no meu entender, como é muito conservadora, foi com muita sede ao pote — disse Bolsonaro, em entrevista à rádio Itatiaia.

Bolsonaro afirmou que, caso o texto aprovado pelo Congresso aumente a carga tributária, será vetado.

— E eu falei, mesmo sendo projeto meu, se passar no Congresso e chegar para mim aumentando a carga tributária, eu veto. Eu não tenho problema em vetar o que nasceu de mim. Problema nenhum. Agora, o que nós não podemos fazer é aumentar a carga tributária no Brasil — disse o presidente.

O presidente poupou o ministro da Economia, Paulo

Guedes, das críticas e disse que ele também trabalha para que não haja aumento da carga tributária:

— Paulo Guedes sabe do assunto, obviamente, ele é o nosso Posto Ipiranga, também trabalha para que, no final das contas, não se aumente a carga tributária no Brasil.

Para facilitar a aprovação da reforma, Guedes está negociando novos ajustes no relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-PA). Segundo fontes envolvidas no debate, já está praticamente acertado que a taxa de 20% na distribuição de dividendos só incidirá sobre lucros auferidos a partir de janeiro de 2022. Ou seja, resultados acumulados e obtidos neste ano não serão taxados.

LUCRO PRESUMIDO

Outro ponto que está em estudo é criar uma alíquota menor na distribuição de dividendos para empresas que optam pelo lucro presumido. O objetivo é evitar penalizar setores como educação e saúde, e evitar encarecer serviços profissionais, como médicos, advogados e engenheiros.

Também está sendo estudada reintroduzir a tributação de investimentos de pessoas físicas em empresas localizadas em paraísos fiscais. A medida está prevista na proposta enviada pelo Executivo e foi retirada no



Na pauta. O Congresso está analisando a proposta de reforma tributária: o relator quer ampliar base de cobrança

parecer do deputado.

As ideias do relator em reduzir a faixa de isenção da taxa de dividendos de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil e de criar alíquotas progressivas não agradam à equipe econômica, dizem fontes envolvidas nas negociações. Segundo um auxiliar de Guedes, esse movimento poderia afetar empresas enquadradas no Simples e microempreendedores (MEI), o que não é a intenção do governo.

Pela proposta, a isenção se aplica a empresas que faturam até R\$ 240 mil por ano. O relator cogita ampliar a cobrança para todas as empresas.

Os ajustes no texto do relator estão sendo examinados a partir de reuniões de Guedes com empresários e tributaristas. O ministro admitiu publicamente que a primeira versão da proposta, desenhada pela Receita Federal, tinha erros de calibragem.

A intenção de Guedes é aprovar a reforma nas próxi-

mas semanas, pois a equipe econômica conta com as receitas da cobrança de dividendos para financiar o novo programa social do governo Bolsonaro, que deve substituir o Bolsa Família.

Segundo auxiliares de Guedes, o plano é fechar pontos de consenso nas próximas duas semanas e fazer os ajustes na volta do recesso parlamentar, em agosto. A votação está prevista na Câmara para o mês que vem.

O texto original da pro-

Um ano sem aumento real de salários

> A crise provocada pela pandemia fez os reajustes acordados entre patrões e empregados ficarem iguais ou abaixo da inflação. Segundo o Salarímetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em junho completou um ano sem ganho real para os trabalhadores.

> Apesquisa acompanha negociações registradas no Ministério da Economia. Em junho, o INPC foi de 8,9% em 12 meses, contra reajuste médio de 8,3%. Em 2020, com a inflação ainda baixa, houve recomposição, mas com a alta dos preços este ano, os aumentos foram abaixo da inflação.

posta encaminhada ao Congresso foi alvo de críticas do empresariado e de tributaristas, que apontaram aumento de carga tributária. Diante do problema, o relator negociou várias modificações com a equipe econômica. Ele reduziu o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica à metade, de 25% para 12,5%. Mas cortou subsídios de 20 mil empresas em setores como farmacêutico, cosméticos, de aeronaves e embarcações.

Profissionais liberais querem ser excluídos da reforma

Fixação de IR sobre dividendos vai afetar médicos, advogados e outras categorias. Conselho de Medicina já escreveu ao ministro Guedes

ELIANE OLIVEIRA
elianeol@b3st.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A cobrança de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos para todas as empresas com faturamento mensal a partir de 2022 levou categorias de profissionais liberais e outros segmentos organizados a protestarem contra a cobrança, embutida na reforma tributária encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional. As associações têm pressionado o relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), contra a mudança.

Pelo texto do relator, divi-

idendos e lucros, ao serem distribuídos, seriam taxados a uma alíquota de 20% na fonte, de forma exclusiva e definitiva, ou seja, sem compensações. Haverá uma isenção para até R\$ 20 mil por mês, mas desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa.

Entre as categorias profissionais que querem ser excluídas da nova tributação estão os médicos. O Conselho Federal de Medicina (CFM) pediu, em carta enviada ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que os profissionais sejam retirados da proposta. Segundo o pre-

sidente da entidade, Mauro Ribeiro, a tributação teria um impacto negativo na profissão, "já tão combatida e esgarçada no justo e necessário combate à pandemia".

DESESTÍMULO À ASSOCIAÇÃO

O presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, afirmou que a reforma é um "acerto de caixa do governo".

— O texto dá R\$ 20 mil de desconto para cada sócio e acaba com a sociedade familiar. Se eu tenho minha esposa como sócia, só posso usar R\$ 20 mil. Isso vai acabar com as empresas — disse Ne-

se, acrescentando que a proposta vai afetar gravemente a classe média baixa.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também avalia que o projeto prejudica especialmente profissões típicas da classe média. A entidade afirma que a tributação de dividendos, como está proposta, resultará na dupla tributação dos lucros auferidos pelas sociedades de advogados e será um forte desincentivo à associação profissional.

— O pleito não é apenas para advogados, mas para os profissionais liberais em geral. A proposta de reforma do IR traz aumento de carga

tributária e complexidade ao sistema — afirmou o presidente da Comissão Especial de Tributação da OAB, Eduardo Maneira.

O deputado Celso Sabino argumenta que a aplicação de tributos sobre lucros e dividendos é feita por praticamente todos os países e, no caso específico do Brasil, a taxa será compensada por uma redução "ousada" na alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), de 25% para 12,5%.

— Esse caminho para a taxação de lucros e dividendos é um viés global. Estamos fazendo uma redução

bastante ousada na alíquota do Imposto de Renda das empresas. Acreditamos que, com isso, todos os setores serão beneficiados. O caminho é este, e vamos fazê-lo com calibragens.

Mário Sérgio Telles, gerente de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que a entidade é favorável à combinação de tributar o lucro na empresa e parte do lucro na distribuição entre os sócios. O problema são as alíquotas.

A CNI defende alíquota de 20% na carga para as empresas, hoje de 34% ao juntar IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e que cairia para 21% na proposta do relator. Já a taxação de lucros e dividendos deveria ser de 15%, não de 20%, como está no texto, diz a entidade.

Com crise hídrica, Itaipu tem a menor geração em 27 anos

Falta de chuvas leva à queda na produção. Algumas turbinas foram desligadas

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A crise hídrica, que atinge alguns dos principais reservatórios do país, fez a geração acumulada de energia da usina de Itaipu em 2021 ser a menor para o período nos últimos 27 anos, de acordo com dados disponibilizados pela própria empresa a pedido do GLOBO.

Uma das maiores usinas do mundo, a hidrelétrica localizada na divisa com o Paraguai, no Paraná, costumava acumular recordes de geração de energia. Com a falta de chuvas,

a produção caiu para 36.914 GWh e algumas das turbinas da hidrelétrica chegaram a ser desligadas para aumentar a eficiência da usina.

Em comparação ao ano passado, a produção até o momento está 12% menor. O ano de 2020 já teve a produção de energia considerada baixa pela empresa.

35% ABAIXO DE 2016

Por isso, uma comparação que está sendo usada pela empresa é com relação a 2016, ano em que Itaipu gerou a maior quantidade de energia de sua História.

Na comparação com cinco anos atrás, a queda é de 35%, segundo a Itaipu Binacional.

"A Itaipu destaca que continua atendendo plenamente os montantes de energia que estão sendo requisitados pelos sistemas elétricos brasileiro e paraguaio", afirmou a empresa, que tem a energia comercializada pela Eletrobras.

Diante do nível baixo dos principais reservatórios de hidrelétricas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) enviou carta a todas as usinas geradoras pedindo que não façam paradas de manutenção



Pouca água. A Barragem de Itaipu no Rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai

no segundo semestre. Isso abrange hidrelétricas, termelétricas, eólicas e solares.

Itaipu afirma que tem disponibilizado a potência necessária nos momentos de pico tanto para o Brasil quanto para o Paraguai.

"Face a esta crise hídrica histórica, reitera-se que a Itai-

pu tem adotado estratégias para operar a usina com máxima eficiência, de forma a continuar contribuindo com a manutenção da segurança do suprimento de energia elétrica ao Brasil e Paraguai, com a pronta disponibilidade de potência nos momentos de maior necessidade de ambos os

países", afirma a empresa.

A hidrelétrica de Itaipu tem 14 mil megawatts de potência instalada e é o último aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, bacia que mais tem sofrido com a crise hídrica e onde estão algumas das mais importantes usinas do país. Como todas as reservas rio acima estão com níveis baixos, chega menos água em Itaipu.

O ano de 2021 foi o que menos entrou água no reservatório desde que a usina foi inaugurada, em 1984, de acordo com a empresa. Com a pouca quantidade de água, Itaipu já precisou desligar oito de suas 20 turbinas. O objetivo, segundo a empresa, foi otimizar os recursos.

A hidrelétrica de Itaipu tem a produção de energia dividida com o Paraguai e é fundamental para o sistema, já que consegue gerar eletricidade ao longo de todo o ano.

Bolsonaro volta a falar em reajuste do Bolsa Família

Presidente afirma que reajuste será de 50% e benefício subirá da média de R\$ 192 para R\$ 300

Por Folhapress — De Brasília

21/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou ontem que o Programa Bolsa Família deve ter seu valor médio reajustado para cerca de R\$ 300. De acordo com Bolsonaro, o aumento será na ordem de 50%.

“Sabe qual a média do Bolsa Família? R\$ 192, hoje o Auxílio Emergencial está em R\$ 250. O que pretendemos fazer? Fixar no mínimo em R\$ 300 o novo Bolsa Família a partir de novembro. Vai ser um aumento [de] mais de 50%. É pouco? Sei que é pouco, mas é o que a nação pode dar”, afirmou o presidente em entrevista à rádio Itatiaia, de Belo Horizonte. “Estamos prevendo em torno de 22 milhões de pessoas recebendo Bolsa Família a partir de dezembro. É um número assustador”, concluiu Bolsonaro.

O presidente já havia anunciado em meados de junho os novos valores do benefício.

Na ocasião, ele também havia confirmado a última prorrogação do auxílio emergencial, que foi posteriormente efetivada e que deve vigorar até outubro.

Na entrevista à rádio Itatiaia, o presidente foi questionado se pretende mudar o programa social de nome.

Conselheiros de Bolsonaro têm argumentado que o Bolsa Família ainda é fortemente associado aos governos do PT, principalmente no Nordeste.

“Alguns falam em mudar de nome, para tirar... Eu não estou preocupado em mudar de nome, eu quero atender a população”, disse o presidente.

O Bolsa Família foi criado a partir da unificação de diferentes programas sociais de transferência de renda, como bolsa-escola, bolsa-alimentação, auxílio gás e Fome Zero. O lançamento com a denominação Bolsa Família ocorreu no final de 2003.

Turbinar o programa é considerado uma das principais estratégias para a campanha de reeleição de Bolsonaro. As pesquisas de opinião atuais mostram amplo favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula

da Silva (PT).

A avaliação é que o incremento no programa social deve ajudar Bolsonaro a melhorar sua popularidade.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Como limpar cera de ouvido facilmente.

COTOFLEX

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Carteira Slim com proteção RFID é a sucesso entre os bancários e grandes investidores!

CARTEIRA SLIM COM PROTEÇÃO

LINK PATROCINADO

Mãe pede o divórcio devido a essa fotografia de família. Você consegue descobrir a razão?

SHOWMARKER

LINK PATROCINADO

O melhor tênis de 2021 agora com desconto imperdível.

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

Conteúdo Publicitário

Picape Ford F-150 elétrica já tem 70 mil reservas (e custa menos que uma Ranger)

UM SÓ PLANETA

Isabella Santoni virou defensora ambiental com o surfe: "O mundo está sofrendo"

UM SÓ PLANETA

Volvo mostra carro-conceito e reforça compromisso 100% elétrico com zero colisões

UM SÓ PLANETA

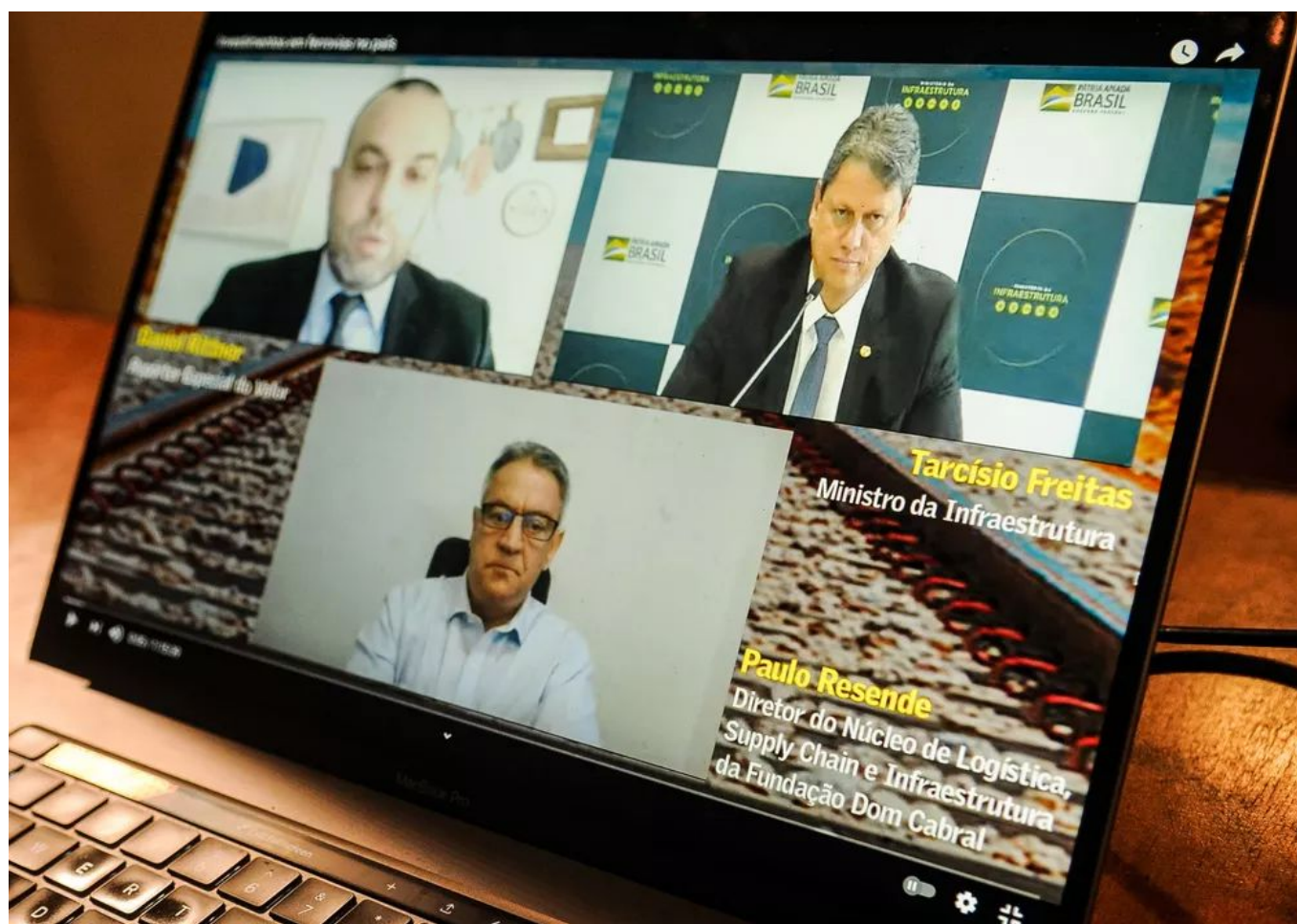
Mais do Valor Econômico

Governo prevê MP para regular ferrovias

Com demora na tramitação de PL e avanço de Estados, Planalto quer acelerar novo marco

Por Rafael Bitencourt, Taís Hirata e Daniel Rittner — De Brasília e São Paulo

21/07/2021 05h01 · Atualizado há 2 horas



Daniel Rittner (alto à esq.), moderador, Tarcísio Freitas e Paulo Resende em evento virtual que debateu o setor ferroviário — Foto: Cláudio Belli/Valor

Sem contar com avanços na tramitação do projeto de lei que cria um novo marco legal das ferrovias, travado no Senado desde 2018, o governo resolveu mudar de estratégia e apostar em uma medida provisória (MP) para abrir uma nova frente de investimentos privados no setor.

De certa forma, a tática remete àquela utilizada na privatização da Eletrobras, que também tinha um projeto parado no Congresso Nacional e só deslanchou quando foi transformado em medida provisória.

No caso das ferrovias, o PLS 261 foi apresentado em 2018 pelo senador José Serra (PSDB-SP), mas pouco evoluiu desde então. O relator, Jean Paul Prates (PT-RN), ainda discute mudanças no texto.

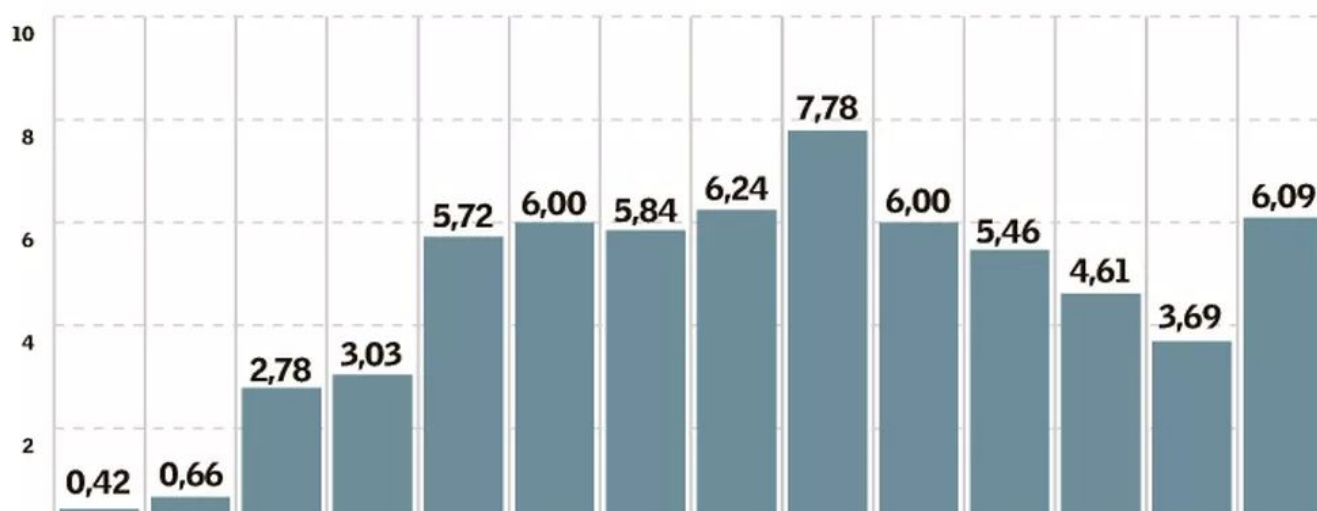


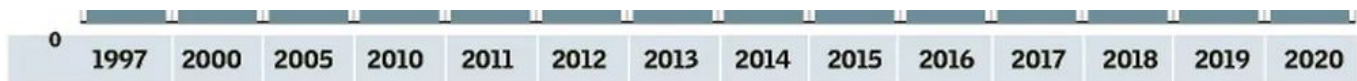
Em live promovida ontem pelo **Valor**, em parceria com a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, informou que o governo pretende enviar uma MP ao Congresso Nacional para acelerar a aprovação do novo marco. Uma das principais mudanças é permitir que novas ferrovias sejam construídas pelo regime de autorização, por livre iniciativa do setor privado, que hoje só investe em projetos de concessão leiloados pelo governo.

Sobre trilhos

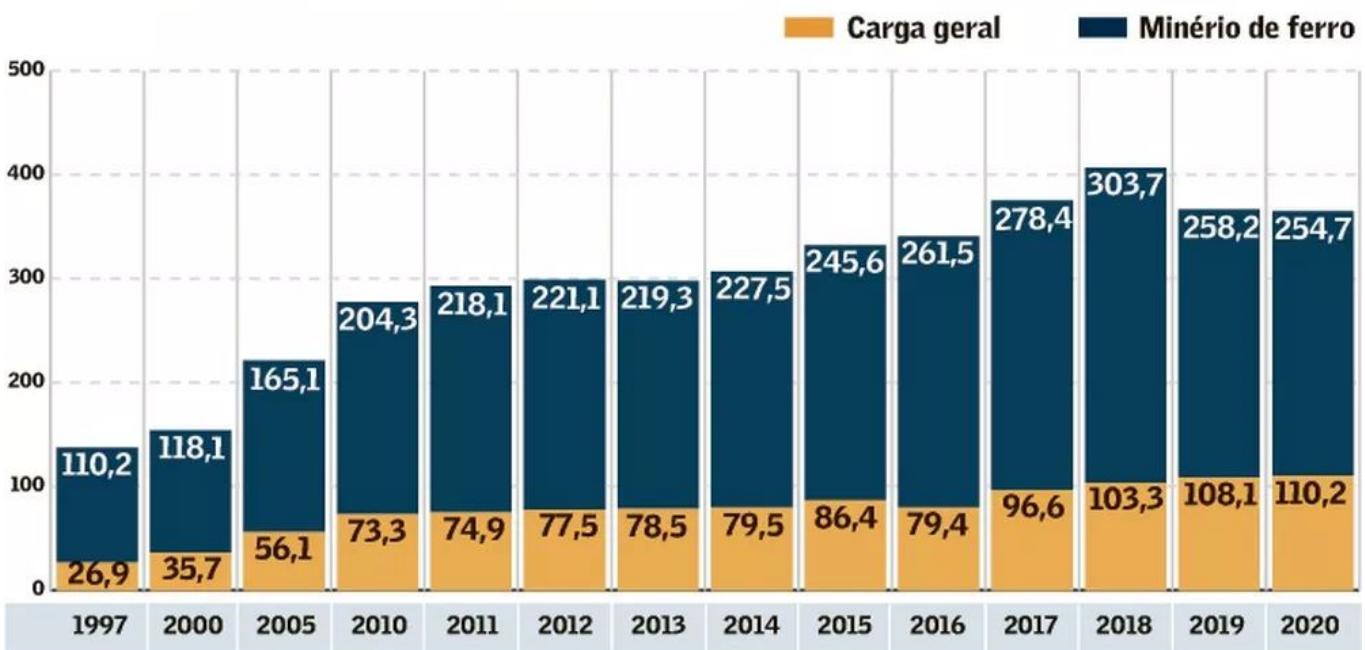
Movimentação de carga e investimentos nas ferrovias brasileiras

Investimentos das concessionárias – em R\$ bilhões

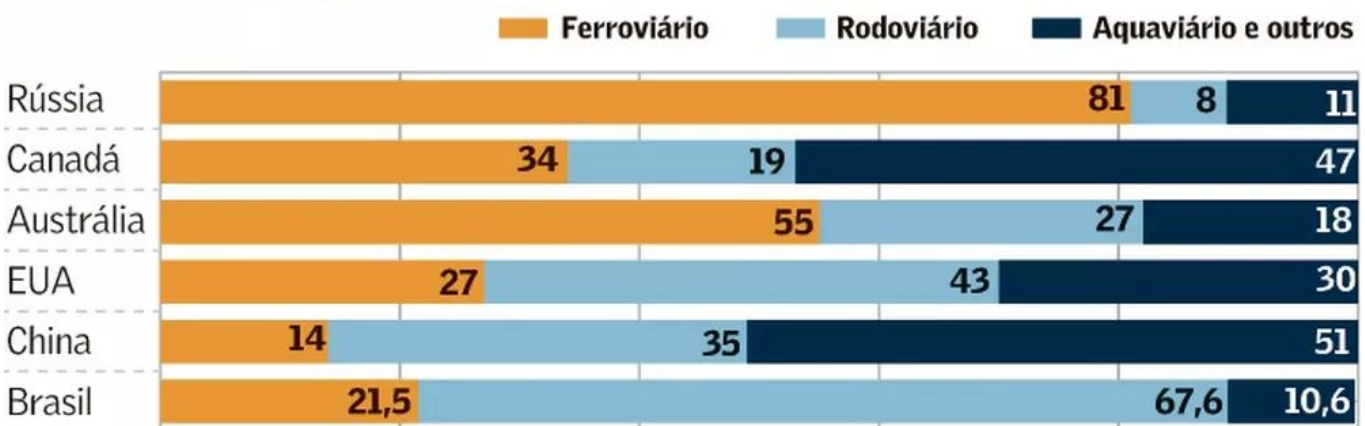




Desempenho - toneladas por quilômetro útil (TKU)



Matriz de transportes - em %



Fonte: ANTF

A expectativa do ministério é viabilizar investimentos em torno de R\$ 25 bilhões em novos trechos ferroviários, como Sete Lagoas (MG)-São Mateus (ES) e Pirapora (MG)-Unaí (MG).

Freitas avalia que a aprovação do PLS 261/18 está demorando. Para ele, o atraso tem levado diferentes Estados a criarem seus próprios marcos legais que preveem o regime de autorização.

O ministro citou a iniciativa de uma nova ferrovia estadual no Mato Grosso, lançada nesta semana pelo governo do Estado. O projeto, que será feito justamente em regime de autorização, deverá permitir a extensão da Malha Norte, da Rumo, que hoje chega até Rondonópolis, para a capital Cuiabá e Lucas do Rio Verde, mais ao Norte do Estado. "A extensão é bastante bem-vinda", comentou. Porém, ele avalia que outros casos podem não ter a mesma "sinergia" com o planejamento da malha ferroviária federal.

“É preciso disciplinar um pouco o assunto para que a gente possa fazer com que coexistam iniciativas estaduais e federais, não tenha perda de eficiência na conexão desses projetos. Talvez, por isso, seja mais eficiente editar hoje essa medida provisória, uma vez que a nossa iniciativa de promover a discussão no âmbito do projeto de lei não tem prosperado”, afirmou o ministro.

“

É preciso disciplinar o assunto para fazer com que coexistam iniciativas estaduais e federais"

— Tarcísio Freitas

O regime de autorização, previsto na MP, é apontado pelo ministro como um dos três pilares da estratégia do governo de Jair Bolsonaro para ampliar o investimento privado em ferrovias.

Outras duas frentes de expansão envolvem a oferta de novas concessões em leilões, como o trecho da Ferrovia Norte-Sul, arrematado pela Rumo em 2019, e a renovação antecipada de contratos, como ocorreu com a Malha Paulista, também da Rumo, e as ferrovias da Vale, Ferro Carajás e Vitória-Minas.

O objetivo é promover o “reequilíbrio” da matriz brasileira de transportes com maior participação do modal ferroviário. A meta é elevar a oferta de transporte de carga dos atuais 21,5% para mais de 35% até 2035 somente com os mecanismos existentes (novas concessões e renovação de contratos). Se forem autorizados investimentos, o país poderá chegar a 40% de participação do modal ferroviário no mesmo período.

Durante o evento virtual, Freitas afirmou que as novas ferrovias vão reduzir o preço do frete no país como consequência da maior competição entre os diferentes ramais de logística.

“

Toda vez que se fala em ferrovias no Brasil se discute um projeto isolado. Isso é erro gravíssimo"

— Paulo Resende

O diretor da Fundação Dom Cabral (FDC), Paulo Resende, concorda com as projeções do ministro. “Elevar a participação das ferrovias, no transporte de cargas, para 36% faria o Brasil reduzir em 35% os seus custos logísticos totais nas commodities, principalmente no segmento de granel agrícola”, disse ele, que chefia Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura da instituição.

Para Resende, um dos principais desafios para o planejamento do setor ferroviário é conceber os projetos como “multimodais”, capazes de interagir com outros meios de transportes. “Toda vez que se fala em ferrovias no Brasil se discute um projeto isolado. Isso é erro gravíssimo. Ferrovia é um corredor multimodal por natureza”, disse ele, que também participou da **Live do Valor**.

Ao falar sobre as ferrovias autorizadas, Resende destacou que o modelo serve especialmente aos pequenos trechos, com extensão inferior a 200 quilômetros, chamados nos Estados Unidos de

“shortlines”.

“São ferrovias que não funcionam, não têm nenhuma atratividade, sob os regimes de concessão da forma que conhecemos. Então, sem um modelo de autorização, colocamos em xeque imediatamente a oportunidade investimento numa ‘shortline’”, disse o diretor da Fundação Dom Cabral.

O Ministério da Infraestrutura estima que já foram contratados um total de R\$ 31 bilhões em investimentos para o setor ferroviário junto à iniciativa privada desde 2019. Boa parte das contratações vinham sendo estruturadas em governos anteriores. Esse é o caso da concessão do trecho de 1,5 mil quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, arrematado pela Rumo logo nos três primeiros meses do atual governo. O contrato de 30 anos prevê investimento de R\$ 2,8 bilhões na linha que liga Porto Nacional (TO) a Estrela d’Oeste (SP).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Como limpar cera de ouvido facilmente.

COTOFLEX

LINK PATROCINADO

Carteira Slim com proteção RFID é a sucesso entre os bancários e grandes investidores!

CARTEIRA SLIM COM PROTEÇÃO

LINK PATROCINADO

Fotos arrepiantes de como os vikings eram na verdade

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Mãe pede o divórcio devido a essa fotografia de família. Você consegue descobrir a razão?

SHOWMARKER

Mais do Valor Econômico

Bolsonaro confirma que fará "pequena reforma ministerial" na segunda-feira

21/07/2021 10:14 — Em Política

Justiça nega isenção de Imposto de Renda a fundos imobiliários

Em ações, alegam ter direito ao benefício sobre ganho obtido com cotas de outros fundos

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

21/07/2021 05h01 · Atualizado há uma hora



Advogado Ricardo Lacaz Martins: tema será analisado com maior profundidade pelo TRF da 3ª Região, em São Paulo — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

Os **fundos de investimento imobiliário** não estão conseguindo emplacar uma tese que ganhou força durante a pandemia: o direito à **isenção de Imposto de Renda** sobre ganhos obtidos com a venda de cotas de outros fundos similares. Levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**) mostra que foram ajuizados **22 processos** e há **12 sentenças**, todas desfavoráveis ao setor.

O assunto ficou mais recorrente na pandemia porque esses fundos decidiram comprar cotas que estavam desvalorizadas e, com a retomada do mercado imobiliário, o lucro obtido seria tributado. A Receita Federal cobra **20%** de Imposto de Renda sobre o **ganho de capital**, com base na Solução de Consulta nº 181, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (**Cosit**) em 2014.

Os fundos imobiliários bateram recorde em 2020 e o movimento tende a crescer neste ano. No ano passado, segundo a **B3**, o volume total negociado foi de **R\$ 53,9 bilhões**, o que representa um crescimento de 67% em relação a 2019. Neste ano, até junho, atingiu **R\$ 35,6 bilhões**.

O movimento na Justiça começou, de acordo com a PGFN, em 2019, com cinco ações, e ganhou força no ano passado, com mais dez processos. Neste ano, foram ajuizadas sete ações. Até então, havia apenas um precedente desfavorável aos fundos, de 2015, do **Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região**, com sede em São Paulo.

Nesta nova leva está a **Vinci Logística Fundo de Investimento Imobiliário**. Em 8 de janeiro, divulgou fato relevante para noticiar aos cotistas e ao mercado que havia entrado com mandado de segurança para discutir a questão.

Os processos têm sido conduzidos pelo advogado Ricardo Lacaz Martins, sócio do Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados e membro do conselho jurídico do Secovi-SP, o sindicato das empresas do setor imobiliário de São Paulo.

Nas ações, os fundos alegam que a isenção está prevista no artigo 16 da Lei nº 8.668, de 1993. O dispositivo diz que “os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos Fundos de Investimento Imobiliário ficam isentos do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, assim como do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza”.

Porém, a PGFN defende nos processos que deve incidir no caso o artigo 18 da mesma lei, que deu base à solução de consulta da Receita. O texto estabelece que “os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de quotas dos fundos de investimento imobiliário, por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do Imposto de Renda à alíquota de 20%”.

Segundo Lacaz, a solução de consulta ignorou a existência do artigo 16 da Lei 8.668, que trata expressamente da isenção. “Nem no Brasil nem em nenhum outro lugar no mundo existe o pagamento de tributação por fundo de investimento imobiliário. Esse ganho de capital é tributado no investidor, quando se distribui o rendimento aos cotistas.”

Com esse entendimento da Receita, afirma Lacaz, existiria uma bitributação. “Isso desincentiva o investimento do mercado no chamado **fund of funds** (FOF), que são, em tese, mais capacitados em fazer as melhores escolhas de investimentos em outros fundos.”

O advogado ainda acrescenta que a Receita tanto reconhece a aplicabilidade do artigo 16 que tentou revogar a isenção ao setor por meio do **Projeto de Lei (PL) nº 2.387**, que trata da segunda fase da reforma tributária. Porém, o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-BA), retirou essa previsão do texto.

Entre os casos já julgados em primeira instância, está o da **RBR Alpha Fundo de Fundos** (processo nº 5014299-41.2019.4.03.6100). A juíza Ana Lucia Petri Betto, da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo, negou o pedido de isenção sobre o ganho na alienação de cotas de outros fundos de investimento.

Para a magistrada, apesar de o artigo 16 da Lei 8.668 dispor que há a isenção do Imposto de Renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos, o artigo 18 da mesma norma deixa claro que se excetua do caso os ganhos de capital de qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta. Nesse mesmo sentido, cita precedente de julgamento realizado em 25 de junho de 2015, pela 6ª Turma do TRF (processo nº 325689 - 000310802.2010.4.03.6100).

A juíza ainda acrescenta que o artigo 111 do Código Tributário Nacional (**CTN**) afirma que deve haver interpretação literal da legislação.

Em outro caso, o **Hedge Brasil Shopping Fundo de Investimento Imobiliário** também teve seu pedido negado. O caso foi analisado pela mesma juíza (processo nº 5005956-56.2019.4.03.6100).

COO da **RBR Asset**, Ricardo Mahlmann afirma acreditar muito na tese. “A tributação não faz sentido e não conversa com o restante do sistema tributário”, diz. Ele lembra que um fundo imobiliário não paga imposto quando investe em um imóvel, por exemplo. “Soma-se a esse absurdo o fato de que outros fundos de investimento quando investem em fundos imobiliários também não são tributados.”

Apesar das sentenças, Lacaz afirma que o tema deve ser analisado com mais profundidade no TRF da 3ª Região, onde há três casos aguardando julgamento. “Não há decisão em tribunal superior. É bom lembrar que a tese da exclusão do ICMS do PIS/Cofins tinha, na sua grande maioria, decisões desfavoráveis em primeira instância”, diz.

Procurador-chefe da Divisão de Acompanhamento Especial na 3ª Região, James Siqueira afirma que a PGFN tem obtido um bom resultado na primeira instância. Para ele, deve prevalecer a norma mais específica, do artigo 18 da Lei 8.668. “É clara ao dizer que deve haver tributação do ganho de capital nessa situação, até mesmo para as pessoas jurídicas isentas”, diz acrescentando que “a tese só vale, porém, para fundos que comprem cotas de outros fundos”.

As decisões merecem a atenção do mercado, segundo o advogado Matheus Bueno de Oliveira, do Bueno & Castro Tax Lawyers. Ele entende, contudo, que o fundo tem que ser isento da tributação, por não ter personalidade jurídica. “A tributação deve incidir apenas nos cotistas quando recebem os rendimentos, na amortização ou resgate.”

Prefeitos pedem R\$ 5 bi para atenuar impacto no transporte

Demanda foi levada pela FNP ao ministro da Economia, Paulo Guedes

Por Estevão Tairar — De São Paulo

21/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) pretende que o governo federal ajude os municípios com R\$ 5 bilhões para cobrir prejuízos causados pela pandemia ao transporte público. O tema foi debatido em reunião realizada ontem entre a entidade e o ministro da Economia, Paulo Guedes, na sede da pasta, em Brasília.

“Além de bares, restaurantes e hotéis, o transporte público foi um dos setores que mais sofreram com a pandemia”, afirma Edvaldo Nogueira (PDT), prefeito de Aracaju e presidente da FNP. “A quantidade de passageiros diminuiu, mas a frota continuou a mesma.”

O plano da FNP e da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), que também participou da reunião, é garantir passagem gratuita à população com mais de 65 anos e, ao mesmo tempo, não aumentar os valores cobrados dos demais usuários.

As entidades defendem a edição de uma Medida Provisória pelo governo federal e afirmam que um impasse pode levar a questão à Justiça. Isso porque, segundo comunicado divulgado pela Abrasf, o Estatuto do Idoso estabelece que todos aqueles com mais de 65 anos têm direito à gratuidade de transporte e que esse orçamento precisa vir da União.

No ano passado as entidades apresentaram pleito semelhante, com valor pouco menor, na casa dos R\$ 4 bilhões. No fim o projeto acabou vetado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), com a justificativa de que as emendas parlamentares tinham distorcido o texto original.

De acordo com o presidente da FNP, foi entregue ontem a Guedes um projeto com “começo, meio e fim”. Segundo ele, o ministro “compreendeu a importância” da questão. Representantes das três partes envolvidas se reunirão em até 15 dias para discutir o tema.

As entidades também apresentaram pleito para que os municípios fiquem livres, até o fim do ano que vem, da obrigação de investir o mínimo de 25% de seus recursos em educação. O investimento mínimo está previsto na Constituição. Os prefeitos argumentam que diversas cidades suspenderam as aulas presenciais ou estão dando aulas à distância. Também afirmam que, apesar de a arrecadação estar se

recuperando, a pandemia causou graves desequilíbrios nos orçamentos das prefeituras. O tema já foi debatido com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Mas, segundo Nogueira, a proposta é menos importante neste momento do que o pleito do transporte.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Como limpar cera de ouvido facilmente.

COTOFLEX

LINK PATROCINADO

Carteira Slim com proteção RFID é a sucesso entre os bancários e grandes investidores!

CARTEIRA SLIM COM PROTEÇÃO

LINK PATROCINADO

Fotógrafo mostra diferenças entre a Coréia do Norte e a Coréia do Sul

CLEVERCLASSIC

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Fotos arrepiantes de como os vikings eram na verdade

DESAFIOMUNDIAL

Conteúdo Publicitário

Isabella Santoni virou defensora ambiental com o surfe: "O mundo está sofrendo"

UM SÓ PLANETA

Estudo vê espaço aberto para os biocombustíveis

UM SÓ PLANETA

Exploração marinha aumentou proliferação de algas nocivas no planeta

UM SÓ PLANETA

Mais do Valor Econômico

Bolsonaro confirma que fará "pequena

Resultado das estatais controladas pela União chega a R\$ 60,6 bilhões em 2020

Investimentos das empresas diretamente ligadas ao governo no ano foi de alcançaram R\$ 83,8 bilhões

Por Estevão Tair — De São Paulo

21/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

As 46 empresas estatais controladas diretamente pela União tiveram resultado líquido positivo de R\$ 60,6 bilhões no ano passado, de acordo com a segunda edição do Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais (Raef), divulgada ontem pelo Ministério da Economia.

O faturamento total das companhias controladas pelo governo foi de R\$ 737,4 bilhões, com o patrimônio líquido ajustado alcançando R\$ 768,8 bilhões.

Em comunicado, o Ministério da Economia destacou o patamar das despesas com pessoal, que ficaram em R\$ 96,6 bilhões, “com salários de empregados que chegam a R\$ 145 mil por mês”. Em alguns casos, os “honorários dos presidentes podem chegar à casa dos R\$ 2,9 milhões por ano”. Ao todo, são quase 460,2 mil funcionários.

“Os prejuízos das estatais dependentes [de recursos da União] também merecem destaque, devido à necessidade de aportes do Tesouro Nacional, em forma de subvenções, para compensar os resultados negativos”, disseram a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados (Seddm) e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), responsáveis pela elaboração do relatório.

Ao todo, em 2020, a União aportou R\$ 19,4 bilhões em companhias controladas por ela. Em troca, recebeu R\$ 5,4 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio (JCP).

Por sua vez, os investimentos totais das 46 empresas estatais diretamente controladas pela união alcançaram R\$ 83,8 bilhões no período. Já os ativos totais somaram R\$ 5,3 trilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

SP renegocia quase R\$ 500 milhões de débitos em 7 dias de parcelamento

O secretário em exercício da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano, disse que a alta adesão pode ter uma relação com a queda da receita de famílias e empresas em função da pandemia

21/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) de tributos da Prefeitura de São Paulo atingiu em sete dias (12 a 19 de julho) R\$ 496 milhões em negociações, envolvendo 5.850 contribuintes. Nas duas edições anteriores, em 2015 e em 2017, as cifras renegociadas durante a primeira semana foram bem inferiores, de R\$ 135 milhões e R\$ 181 milhões, respectivamente, em valores atualizados.

O secretário em exercício da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano, disse que a alta adesão pode ter uma relação com a queda da receita de famílias e empresas em função da pandemia.

“Entendemos que pode ter alguma relação, considerando que parte das negociações estão ocorrendo com o IPTU, que é imposto que observou aumento da inadimplência em 2020”, afirmou ele.

De acordo com dados da prefeitura, do total de adesões na primeira semana de PPI, 3.916 foram pessoas físicas e 1.934 pessoas jurídicas. E mais da metade do total de renegociações nesses primeiros sete dias são dívidas relacionadas a IPTU (51%) e 47%, débitos do Imposto Sobre Serviços (ISS). O restante é referente a multas por problemas em calçadas ou outras infrações.

O PPI foi sancionado pela prefeitura em maio oferece descontos nos juros de mora e na multa de débitos tributários de contribuintes com a capital paulista.

A prefeitura considerou o cenário de arrecadar R\$ 2,2 bilhões com um novo programa de parcelamento de débitos que poderão ser pagos em até 120 meses. Para empresas, o valor da parcela mínima de cada parcela é de R\$ 300. Para pessoas físicas, de R\$ 50.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Como limpar cera de ouvido facilmente.

COTOFLEX

SPE faz defesa de estimativa de impulso fiscal

Estudo afirma que resultado primário seria positivo se desconsiderados gastos com a pandemia

Por Fabio Graner — De Brasília

21/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Após sofrer questionamentos em torno da sua estimativa de impulso fiscal para 2020, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia acaba de publicar estudo para defender sua posição e destacar que suas contas buscam avaliar a solvência do setor público e não os impactos das ações do governo na economia.

De acordo com a SPE, a despeito do governo ter feito o maior gasto primário da história, o chamado resultado primário estrutural (que desconta os efeitos temporários e o comportamento da economia, entre outras variáveis) foi deficitário em 1,3% do PIB para o governo central e com um impulso em relação ao ano anterior de apenas 0,17 pontos percentuais do PIB, ou seja, sem os efeitos da pandemia, o desempenho fiscal praticamente manteve a rota de austeridade.

O problema é que alguns economistas consideram que não é a melhor análise se considerar o impulso fiscal sem levar em conta o gasto feito para combater os efeitos da pandemia, que claramente teve um efeito de expansão na economia. Para parte desses analistas, a SPE estaria fazendo o cálculo sem levar isso em conta para evitar reconhecer o papel relevante do gasto público.

Os técnicos do governo, porém, garantem que não é isso e que apenas estão seguindo o padrão metodológico correto. Para a secretaria, é preciso diferenciar o cálculo de “impulso fiscal” do de “multiplicador fiscal”, que juntos dariam um impacto da política fiscal na atividade econômica e que é uma conta que a pasta não fez publicamente.

“A SPE divulga anualmente estimativas oficiais do resultado fiscal estrutural e do impulso fiscal. A metodologia utilizada tem tido uma evolução linear desde os estudos iniciais em 2014 e segue metodologias já consagradas [...] Esta nota teve como objetivo [...] salientar que não se pode mudar a interpretação do impulso fiscal derivado do resultado fiscal estrutural conforme a conjuntura econômica, havendo outras medidas de impacto fiscal que podem ser utilizadas em paralelo, quando necessário”, diz o estudo.

O subsecretário de política fiscal da SPE, Erik Figueiredo, acrescentou ao **Valor** que não há questão ideológica afetando o processo de análise. “Com essa nota nós queremos colocar um freio de

arrumação na discussão. A discussão acabou misturando as coisas. Nós estamos tratando do impulso fiscal, não do multiplicador fiscal”, salientou.

O coordenador-geral de modelos e projeções econômico-fiscais da SPE, Sérgio Gadelha, acrescentou que o objetivo é analisar as condições de solvência do setor público, mostrando que mesmo na pandemia elas não pioraram. “Em nenhum momento a intenção foi analisar o impacto sobre a demanda.”

O economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador do FGV Ibre, Braulio Borges, tem visão diferente da do governo e, embora reconheça que haja diferença entre impulso e multiplicador fiscal, considera que a medida de impulso fiscal para o ano da pandemia não pode ignorar o gasto. Ele calculou esse impulso em 8 pontos percentuais do PIB, em estudo recente.

“Eles estão certos [na diferenciação], mas esse não é o ponto central no debate. O que eles estão querendo falar é que todas as medidas atípicas que foram implementadas no ano passado no lado da despesa não deveriam estar no cálculo de impulso fiscal... Acho que essa interpretação está equivocada. Como é que posso ignorar R\$ 300 bilhões pagos de auxílio emergencial, renúncias de receitas... não dá para considerar que essas medidas atípicas do ano passado não fazem parte do impulso fiscal”, afirmou Borges ao **Valor**.

Responsável pelo Observatório Fiscal, Manoel Pires, ex-secretário da SPE, reconhece que há uma discussão metodológica em andamento. “Eu acho que é um esforço meritório de aperfeiçoamento estatístico porque a avaliação da política fiscal na demanda agregada é um tema importante. Alguns centros fazem isso e muitos especialistas tem se preocupado com o tema”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Carteira Slim com proteção RFID é a sucesso entre os bancários e grandes investidores!

CARTEIRA SLIM COM PROTEÇÃO

LINK PATROCINADO

Como limpar cera de ouvido facilmente.

COTOFLEX

LINK PATROCINADO

Fotógrafo mostra diferenças entre a Coréia do Norte e a Coréia do Sul

CLEVERCLASSIC

LINK PATROCINADO

Fotos arrepiantes de como os vikings eram na verdade

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

STF e o malefício fiscal para a reciclagem

Coube ao ministro Gilmar Mendes pôr às claras o regime tributário mais gravoso conferido aos insumos reciclados

Por Roberto Ferraz e Ivan Allegretti

21/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em julgamento concluído no dia 8 de junho, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade dos artigos 47 e 48 da Lei nº 11.196, de 2005, que previam um regime de tributação diferenciado para a reciclagem de desperdícios, resíduos e aparas (Tema 304 da repercussão geral).

Trata-se de uma curiosa situação na qual um pretense benefício fiscal na prática causava prejuízo aos beneficiários - seria, pois, um malefício fiscal? -, afetando principalmente os agentes de reciclagem de pequeno porte, que trabalham com materiais de menor valor, como papel e plástico.

Coube ao ministro Gilmar Mendes pôr às claras o regime tributário mais gravoso conferido aos insumos reciclados

É preciso notar que esses “resíduos” figuram em duas realidades distintas. Podem ser vendidos em grande escala por grandes empresas, resultantes do efeito indesejável (mas inevitável) das sobras do processo produtivo, pela impossibilidade de aproveitamento total dos insumos.

Mas correspondem também ao resultado do reaproveitamento do lixo descartado às toneladas pela sociedade, realizado de maneira pulverizada por uma cadeia de pequenas empresas, associações e cooperativas, envolvendo na ponta aqueles que hoje são chamados, com a necessária dignidade, de catadores de materiais recicláveis.

Ou seja, o fornecedor de material reciclado (desperdício, resíduo ou apara) podem ser tanto grandes empresas como pequenos agentes de reciclagem.

Pois bem. Em 2002, foi criada no Brasil a não cumulatividade das contribuições sobre faturamento (PIS/Cofins), a qual funciona de maneira completamente diferente do ICMS e do IPI. Enquanto no ICMS e no IPI o crédito corresponde ao valor do imposto cobrado na etapa anterior, devidamente destacado na nota fiscal, no PIS/Cofins o crédito é obtido indiretamente.

A mesma alíquota de 9,25% que é aplicada sobre a receita, para determinar a contribuição devida, é também aplicada sobre o valor das aquisições, para determinar o crédito a ser abatido da contribuição devida. Ou seja, na não cumulatividade de PIS/Cofins não interessa quanto foi recolhido de contribuição pelo fornecedor na etapa anterior.

Assim, quando a grande indústria adquire seus insumos para a industrialização, toma crédito de 9,25% independentemente de quem lhe forneceu a matéria-prima - seja outra grande indústria (que recolheu na etapa anterior a 9,25%), seja um pequeno reciclador sujeito ao regime cumulativo (que recolheu a 3,65%).

O governo teve então a brilhante ideia de beneficiar o setor de reciclagem em 2007. Criou por meio dos artigos 47 e 48 da Lei nº 11.196, de 2005, um mecanismo que combina (a) a suspensão da contribuição devida pelo vendedor com (b) a vedação do creditamento pelo comprador.

Se tanto o fornecedor como o adquirente forem empresas de grande porte, estarão ambos sujeitos igualmente a 9,25%, de maneira que haverá apenas um diferimento. Mas se o fornecedor é um pequeno agente de reciclagem, está em maus lençóis.

Isso porque, antes do “benefício”, o adquirente tinha crédito de 9,25% indiferente do fato de o pequeno fornecedor de material reciclado pagar a contribuição à alíquota de 3,65%. Mas agora que o adquirente perdeu os 9,25% de crédito, adivinhe qual será a redução de preço imposta ao fornecedor? Para conseguir manter o mesmo custo de produção tornou-se preciso impor ao pequeno agente de reciclagem o prejuízo do regime diferenciado!

Além disso, observando o problema em perspectiva, percebe-se que a cadeia produtiva que utiliza matéria-prima extraída da natureza (extrativista), por se submeter ao regime ordinário, acaba tendo um tratamento mais vantajoso que a cadeia produtiva que utiliza insumos reciclados. A reciclagem tem um tratamento tributário pior!

No julgamento da questão pelo Plenário do STF, no Recurso Extraordinário (RE) nº 607.109, os ministros Rosa Weber, Marco Aurélio e Alexandre de Moraes não chegaram a visualizar esse dano, fazendo uma leitura apenas da lógica formal do mecanismo legal (não gera crédito porque estaria suspenso), assim acreditando que não haveria qualquer prejuízo. Coube ao ministro Gilmar Mendes transcender o mero engenho formal e pôr às claras o regime tributário mais gravoso conferido aos insumos reciclados.

A divergência aberta por Gilmar Mendes acusou com precisão que a proibição de abatimento de créditos na aquisição de insumos reutilizáveis não era suficientemente compensada pela suspensão concedida em benefício ao pequeno agente de reciclagem, e que isso resultava em elevação da carga tributária total incidente sobre o processo de reciclagem. E que, assim, do ponto de vista tributário, tornou-se economicamente mais vantajoso comprar insumos da indústria extrativista do que adquirir matéria-prima dos pequenos agentes de reciclagem.

Somaram-se ao ministro Gilmar Mendes os votos dos ministros Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Luiz Fux e Nunes Marques. Também manifestou o mesmo entendimento o ministro Dias Toffoli, embora concluindo pela declaração de inconstitucionalidade exclusivamente do artigo 47.

Houve assim o inédito reconhecimento de que o regime tributário das cadeias produtivas que utilizam materiais recicláveis não pode ser mais gravoso do que o regime aplicado ao processo produtivo ordinário, apenas se podendo admitir um tratamento melhor - e nunca pior - ao processo produtivo com menor impacto ambiental.

Roberto Ferraz e Ivan Allegretti são advogados que atuaram no RE 607.109 e, respectivamente, doutor em Direito pela USP e doutorando em Direito pela USP

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Como limpar cera de ouvido facilmente.

COTOFLEX

LINK PATROCINADO

Carteira Slim com proteção RFID é a sucesso entre os bancários e grandes investidores!

CARTEIRA SLIM COM PROTEÇÃO

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

O melhor tênis de 2021 agora com desconto imperdível.

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

A forma mais rápida de abrir um vinho (sem quebrar a rolha).

EASY WINE

LINK PATROCINADO

Fotos arrepiantes de como os vikings eram na verdade

DESAFIOMUNDIAL

Mais do Valor Econômico

Com pandemia, expectativa de vida nos EUA tem maior queda desde 2ª Guerra Mundial

Mais de 3,3 milhões de americanos morreram em 2020, número muito maior do que o registrado em outros anos no país

21/07/2021 10:21 — Em Mundo

‘Volta’ dos serviços pressiona mais a inflação

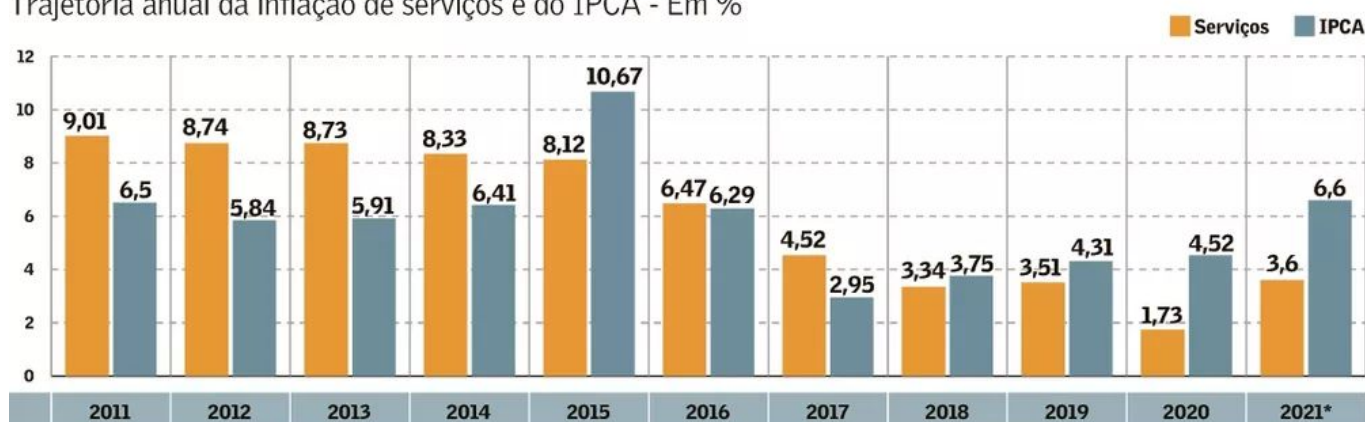
Mesmo com altas “modestas”, retomada no setor funciona como impulso extra para o já elevado IPCA

Por Arícia Martins — De São Paulo

21/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em recomposição

Trajatória anual da inflação de serviços e do IPCA - Em %



Fonte: IBGE, XP Investimentos. *Projeções da XP para o período

Depois de virarem coadjuvantes na inflação em meio à pandemia, os serviços vêm voltando lentamente a recompor margens, tendência que deve ganhar força no segundo semestre conforme a vacinação alcançar parcela maior da população e as restrições à mobilidade forem diminuindo ainda mais. Segundo economistas, a alta dos preços no setor, de 2,24% nos 12 meses encerrados em junho, deve avançar a cerca de 3,5% até o fim do ano.

Essa é uma taxa modesta e que não assusta, pensando no histórico da variação dos preços no segmento, que responde por cerca de 36% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A recomposição preocupa, no entanto, porque é mais um vetor de alta inflacionária num momento em que há pressão de tarifas administradas, de commodities e gargalos na cadeia produtiva - dinâmica que o próprio Banco Central classificou como “perigosa”, e que deve levar o IPCA a subir mais de 6% em 2021. O teto da meta é 5,25%.

Em evento virtual do Santander no começo da semana passada, o diretor de política monetária do BC, Bruno Serra, afirmou que a combinação entre pressões de custos no setor de bens e atividade “robusta” no curto prazo torna o momento “perigoso” em termos inflacionários. Em sua visão, há um nível elevado

de incerteza sobre como evoluirá o consumo de bens e serviços e como vão reagir os preços à medida que a normalização avançar.

Devido à perspectiva de aquecimento mais forte nos serviços com a reabertura, a XP Investimentos elevou a projeção para a inflação do setor em 2021 de 3,2% a 3,6%. Com a mudança, a estimativa para a alta do IPCA no ano subiu 0,2 ponto, para 6,6%.

“É uma aceleração significativa se considerarmos que praticamente não houve alta dos serviços no primeiro semestre”, observa a economista Tatiana Nogueira. De janeiro a junho, esses preços subiram 0,9%. Já para a segunda metade do ano, a plataforma de investimentos estima que os serviços vão avançar 2,7%.

Segundo Tatiana, a previsão mais salgada incorpora a expectativa de que, com o avanço da vacinação - a XP espera que todos os adultos estejam imunizados até outubro -, os reajustes nos serviços que reagem mais à demanda, como passagens aéreas e alimentação fora de casa, vão ganhar ímpeto. Para ela, preços mais inerciais, que respondem mais à inflação passada, tais como educação e empregado doméstico, seguirão com comportamento mais comedido.

Marcelo Toledo, economista-chefe da Bradesco Asset Management (Bram), diz que “há nuances” na trajetória de ascensão que os serviços tendem a mostrar. Na parte de alimentação fora de casa, que já reagiu à recuperação da mobilidade e acumula alta de 6,23% nos 12 meses até junho, não deve haver muita pressão adicional, aponta Toledo. “Boa parte do efeito da reabertura já aconteceu. É possível que haja efeitos remanescentes, mas não há evidências de que serão grandes”. Outro setor em que a demanda já foi normalizada foi o de serviços de saúde - como serviços médicos e dentários e psicólogo, que aumentaram 4,38% e 5,77% em 12 meses, pela ordem -, acrescentou.

Já os serviços pessoais, como cabeleireiro, manicure e depilação, foram os mais atingidos pela crise e subiram apenas 1,55% em 12 meses até junho, destaca o economista-chefe da Bram. Em seu cenário, são eles que vão puxar a alta dos serviços, que deve ser de 3,4% em 2021. O grupo está longe de ser a maior explicação para o aumento previsto de 6,4% no IPCA no ano, diz Toledo, mas isso não significa que não há pressões de demanda. “Não me parece que seja uma inflação apenas de choques.”

Além da volta da demanda, Fábio Romão, da LCA Consultores, aponta mudanças no mercado de trabalho como outro vetor de alta nos serviços. Durante a pandemia, muitos profissionais acabaram migrando de serviços voltados às famílias para outros setores menos afetados, como a indústria. Agora, com a volta parcial das atividades, alguns ramos de serviços enfrentam escassez de mão de obra especializada, o que acaba resultando em preços mais elevados, destaca Romão.

Esse gargalo pode aumentar a inflação no último bimestre, aponta o economista, quando há um grande número de eventos agendados, que foram sendo adiados ao longo do ano. Como parte da aceleração maior dos serviços esperada para 2022 pode ser antecipada para o segundo semestre, a inflação do setor este ano pode ser até maior do que os 3,4% estimados pela LCA, diz Romão. “Os serviços não são o carro-chefe da inflação, mas a aceleração deles contribuir para o IPCA ficar mais alto”, diz ele, que também trabalha com alta de 6,4% para o índice em 2021.

Para Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco, tomando como base o que ocorreu em países mais adiantados no processo de reabertura, com exceção dos EUA, não deve haver repique muito forte dos serviços, que devem terminar o ano com aumento de 3%. A taxa de desemprego elevada seria outro fator limitante para repasses mais expressivos no setor, acrescenta Julia. “Mas essa alta preocupa porque já estamos com a inflação de bens rodando em patamar muito elevado, e os serviços acelerarem piora uma situação que já não é boa”, alerta a economista, para quem o IPCA ficará em 6,1% este ano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Como limpar cera de ouvido facilmente.

COTOFLEX

LINK PATROCINADO

Fotos arrepiantes de como os vikings eram na verdade

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Mãe pede o divórcio devido a essa fotografia de família. Você consegue descobrir a razão?

SHOWMARKER

LINK PATROCINADO

Por que os idosos estão delirando com essa Joelheira?

KNEE ELITE

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

O que você vê nesta imagem diz muito de você

EQUITY MIRROR

Mais do Valor **Econômico**



Bolsonaro confirma que fará "pequena reforma ministerial" na segunda-feira

21/07/2021 10:14 — Em Política

“Sequela” da covid sobre trabalho pode durar 9 anos, diz Banco Mundial

Secretário do Trabalho afirma que governo está focado na inclusão de trabalhadores informais no mercado

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

21/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Bruno Bianco: "Por ora, temos que jogar um foco de luz nos informais" — Foto: Divulgação

As grandes "sequelas" de crises econômicas, como a causada pela covid-19, têm efeitos duradouros sobre o emprego e os trabalhadores pouco qualificados tendem a ser mais afetados, observa o Banco Mundial em relatório divulgado ontem.

Presente na apresentação, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, disse que o governo está focado na inclusão de trabalhadores informais no mercado de trabalho e os programas inseridos na Medida Provisória (MP) nº 1045 pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ) vão nessa direção.

No relatório "Emprego em Crise: Trajetória para Melhores Empregos na América Latina Pós-Covid-19", o Banco Mundial destacou que crises afetam trabalhadores de formas distintas. Enquanto alguns se recuperam da perda involuntária de emprego e de outros choques em seus meios de subsistência, outros têm sua vida profissional permanentemente marcada por essas ocorrências.

Os efeitos sobre o emprego e os salários do trabalhador médio brasileiro podem perdurar por até nove anos. "No Brasil e no Equador, embora os trabalhadores com ensino superior não sofram os impactos de uma crise em termos salariais e sofram apenas impactos de curta duração em matéria de emprego, os efeitos sobre o emprego e os salários do trabalhador médio ainda perduram nove anos após o início da crise." Os ingressantes no mercado têm um início de carreira pior, do qual não conseguem se recuperar.

O relatório avalia como as crises alteram os fluxos do mercado de trabalho na América Latina, como as mudanças afetam os trabalhadores e a economia e identifica políticas de resposta.

Um dos desafios a serem enfrentados pelo Brasil é a informalidade da força de trabalho, diz o Banco Mundial, que sugere ainda a reformulação do seguro-desemprego. É possível também aumentar o crescimento de longo prazo reduzindo "a deterioração do capital humano" em decorrência da crise.

O documento diz que os trabalhadores informais não são cobertos pelo seguro-desemprego e que a ampliação de programas de transferência voltados para as necessidades das famílias - e não se o emprego perdido era formal ou informal - pode ter uma função "estabilizadora". Para o economista-sênior do Banco Mundial, Matteo Morgandi, o país conta um seguro-desemprego bem estabelecido, mas, na comparação internacional, é mais curto e tem custo fiscal mais alto. Há ainda, disse, uma má coordenação com o FGTS.

Segundo Bianco, as conclusões do Banco Mundial são aderentes às ações tomadas pelo país durante a crise. O foco agora está nos informais, afirmou, e os programas sugeridos no relatório do deputado Christino Áureo estão "absolutamente em linha" com o que se prega mundialmente.

Áureo apresentou na semana passada seu relatório à MP que prorrogou o programa de suspensão de contratos de trabalho e de redução de jornada e salário. No parecer, incluiu dois programas de inserção no mercado de trabalho: o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore) e o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip). O texto ainda precisa ser apreciado pelos parlamentares.

“Não estamos nos esquecendo da CLT, mas, por ora, temos que jogar um foco de luz nos informais”, disse Bianco. “Em um segundo momento, ainda neste governo ou talvez no segundo governo Bolsonaro olharemos com força para os empregados da CLT”, completou. Nesse momento, poderão ser propostas alterações no seguro-desemprego.

Sobre a participação do Sistema S no pagamento dos programas, disse ver como uma “oportunidade ímpar” de amadurecimento institucional e de dar “um novo propósito ao Sistema S”. “Não critico, tem muitas coisas boas que são feitas, mas aqui está uma oportunidade de trabalhar em conjunto com o governo federal, Parlamento e fazer a qualificação de jovens.” Ele acrescentou que esse trabalho conjunto deve fazer com que o Sistema S tenha uma “redenção do ponto de vista social e de percepção social”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Fotos arrepiantes de como os vikings eram na verdade

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Como limpar cera de ouvido facilmente.

COTOFLEX

LINK PATROCINADO

Mulher pede divórcio depois de ver essa foto

SHOWMARKER

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

O que você vê nesta imagem diz muito de você

EQUITY MIRROR

LINK PATROCINADO

Carteira Slim com proteção RFID é a sucesso entre os bancários e grandes investidores!

CARTEIRA SLIM COM PROTEÇÃO